Caminhos de Solidariedade Marista nas Américas: crianças e jovens com direitos

ediPUCRS

Caminhos de Solidariedade Marista nas Américas: crianças e jovens com direitos

ediPUCRS

Solidariedade Marista nas Américas
Documento de Referência

REDE INTERAMERICANA DE SOLIDARIEDADE MARISTA

SUBCOMISSÃO INTERAMERICANA DE SOLIDARIEDADE

GOVERNO-GERAL

Superior-Geral: **Ir. Emili Turú**

Vigário-Geral: **Ir. Joseph Mc Kee**

Conselho-Geral:

Ir. Antonio Ramalho

Ir. Ernesto Sánchez

Ir. Eugène Kabanguka

Ir. John Klein

Ir. Josep Soteras

Ir. Michael De Waas

Ir. Víctor Preciado

SECRETARIADO DE MISSÃO

Ir. João Carlos do Prado – Diretor

Ir. John Klein – Conselheiro delegado

CONSELHO PERMANENTE DA CIAP

Presidente: Ir. Horacio J. M. Bustos – Província Cruz del Sur

Ir. Wellington Mousinho Medeiros – Província Brasil Centro-Norte

Ir. Bernard Beaudin – Província do Canadá

Ir. Hipólito Pérez – Província da América Central

COMISSÃO INTERAMERICANA DE MISSÃO (CIM)

Ir. João Carlos do Prado – Secretariado de Missão

Mércia Maria Silva Procópio – Brasil

Ir. Valdícer C. Fachi – Brasil

Angélica Alegría Formoso – Arco Norte

Ir. Luis Carlos Gutiérrez Blanco – Arco Norte

Ir. Michael Flanigan – Arco Norte

Ernesto Reyes – Cone Sul

Ir. Juan Ignacio Fuentes – Cone Sul

COORDENADORA-GERAL DO PROCESSO

Mércia Maria Silva Procópio

SUBCOMISSÃO INTERAMERICANA DE SOLIDARIEDADE (2007-2011)

Mércia Maria Silva Procópio – Coordenadora – CIM

Dilma Alves – Brasil

Ir. Juan Carlos Robles Gil – Arco Norte

Mónica Linares – Cone Sul

Angélica Alegría Formoso – Arco Norte

Ir. Vicente Falqueto – apoio – Brasil

Ir. Jorge Gaio – apoio – Brasil

SUBCOMISSÃO INTERAMERICANA DE SOLIDARIEDADE (2011-2014)

Angélica Alegría Formoso – Coordenadora – CIM

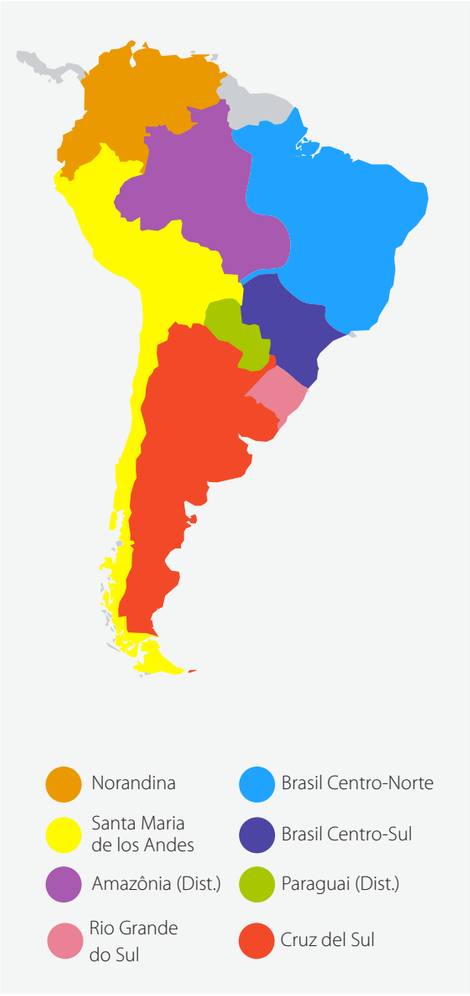
Ma. del Socorro Alvarez Noriega – Arco Norte

Ir. Miguel Orlandi – Brasil

Juan Carlos Pellón Yahuana – Cone Sul

Presença Marista na América – 21 países

Argentina	Bolívia	Brasil
Canadá	Chile	Colômbia
Costa Rica	Cuba	Equador
El Salvador	Estados Unidos	Guatemala
Haití	Honduras	México
Nicarágua	Paraguai	Peru
Porto Rico	Uruguai	Venezuela



© Instituto dos Irmãos Maristas 2012

Texto
Rede Interamericana de Solidariedade Marista

Desenho gráfico
Jackson Willians

Apoio técnico, logístico e de tradução
Assessoria de Comunicação Corporativa da
Rede Marista RS | DF

Diagramação
Design de Maria – www.designdemaria.com.br

Revisão
Irmão Salvador Durante

Impressão e Acabamento
Gráfica Epecê

EDIPUCRS – Editora Universitária da PUCRS

Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 33
Caixa Postal 1429 – CEP 90619-900
Porto Alegre – RS – Brasil
Fone/Fax: (51) 3320.3711
Email: edipucrs@pucrs.br - www.pucrs.br/edipucrs

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C183 Caminhos de solidariedade marista nas Américas : crianças e jovens com direitos / Subcomissão Interamericana de Solidariedade. – Porto Alegre : EDIPUCRS, 2013.
204 p.

ISBN 978-85-397-0290-9

1. Maristas – Projetos Sociais. 2. Solidariedade. 3. Crianças – Aspectos Sociais. 4. Jovens – Aspectos Sociais. I. Subcomissão Interamericana de Solidariedade.

CDD 360

Ficha Catalográfica elaborada pelo
Setor de Tratamento da Informação da BC-PUCRS

Nota

É importante mencionar que este documento é fruto do trabalho colaborativo de muitas pessoas, assim o estilo de redação e os formatos das referências variam no decorrer do texto.

Índice

Apresentação 8

1. Cenários da criança e da juventude nas Américas 16

2. Referências Institucionais, Eclesiais e Internacionais de Solidariedade 60

3. Itinerários de Solidariedade nas Américas 104

4. Vozes e sonhos de crianças e jovens 142

5. Princípios orientadores 186

Considerações Finais 198

Agradecimentos 199

Apresentação

Este Documento surge à luz como sendo um fruto extraído de uma reflexão e do compromisso assumido pelas Províncias e Distritos da América em trabalhar de maneira decidida e articulada em prol dos direitos das crianças e dos jovens do Continente.

Apresenta os cenários da infância, adolescência e juventude nas Américas e as referências Institucionais, Eclesiais e Internacionais de Solidariedade; resgata os itinerários de solidariedade marista nas Américas; escuta as vozes das crianças, adolescentes e jovens; e oferece alguns princípios orientadores para a defesa dos direitos da infância e da juventude nas Américas.

A construção do Documento foi coordenada pela subcomissão Interamericana de Solidariedade (2007-2011), composta por: *Mércia Maria Silva Procópio (Coordenadora – Brasil), Dilma Alves (Brasil), Mónica Linares (Argentina), Angélica Alegría Formoso (México), Ir. Juan Carlos Robles (México), Ir. Vicente Falqueto (apoio – Brasil) e Ir. Jorge Gaio (apoio – Brasil);* subcomissão vinculada à Comissão Interamericana de Missão. O processo final de publicação esteve a cargo da nova Subcomissão Interamericana de Solidariedade (2011-2014), composta por: *Angélica Alegría Formoso (Coordenadora – México), María del Socorro Álvarez (México), Ir. Miguel Orlandi (Brasil) e Juan Carlos Pellón (Peru)*.

A construção do Documento e o seu desenvolvimento contou com a participação de 12 Províncias e Distritos Americanos e com informações de 15 países do continente. Foram realizados dois Encontros continentais de solidariedade que contaram com a participação de dezenas de Irmãos e Leigos: Em Belém (Brasil), em janeiro de 2009, e na Cidade do México, em junho de 2011. No encontro de Belém, foram os Irmãos Emili Turú y Juan M. Anaya os que acompanharam o grupo. Com a constituição do Secretariado da Missão, o Ir. João Carlos do Prado passou a acompanhar o processo de elaboração do texto até a sua finalização.

Durante a elaboração do Documento, esse contou com o apoio da Conferência dos Provinciais de América (CIAP), que alentou seu processo de construção e aprovou suas linhas gerais na reunião de setembro de 2011, em Luján, Argentina.

Este excelente Documento tem alguns antecedentes: **os Encontros Coração Solidário Marista nas Américas.**

- No ano de 2004 teve lugar o **1º Encontro** em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, com a participação de algumas Províncias da América, Bureau Internacional de Solidaridad [BIS] e Solidaridad, Educación y Desarrollo [SED]. Tendo como objetivo principal compartilhar os trabalhos, desafios e esperanças de cada órgão participante, assim como uma rede de solidariedade.
- Em 2006, em Belo Horizonte, Brasil, ocorreu o **2° Encontro Coração Solidário** cujo objetivo foi ampliar o conhecimento da realidade interamericana, sobre as políticas públicas da infância e da juventude, realizando um mapeamento das prioridades.
- O **3º Encontro Coração Solidário**, realizado na Província do Brasil Centro Norte, em janeiro de 2009, na cidade de Belém do Pará (tendo como anfitrião o Irmão Claudino Falqueto), reuniu 24 Irmãos, 21 leigas e 12 leigos provenientes de 10 Províncias e de dois Distritos Maristas da América, além de três assessores externos. Estiveram presentes também os Irmãos Emili Turú y Juan Anaya, pela Administração Geral, o Ir. Dominick Pujia e a Sra. Sara Panciroli, pela FMSI, representantes da SED, Irmãos e leigos da Província de L'Hermitage, Compostela, Ibérica e Mediterrânea. Um total de 62 participantes.
- O **4º Encontro Coração Solidário** foi realizado na Cidade do México, de 10 a 16 de junho de 2011 (tendo como anfitrião o Ir. Ricardo Reynozo da Província do México Central), que trabalhou no processo de validação do Documento. Como representantes da solidariedade das Américas participaram 48 pessoas (Irmãos, leigas e leigos), junto ao Ir. João Carlos do Prado (Secretário de Missão) e dos representantes da Fundação Marista de Solidariedade Internacional (FMSI).

É importante destacar-se que o **3º Encontro Coração Solidário** representou um verdadeiro evento histórico e marco inspirador no caminho da Solidariedade Marista na América. Ali se compartilharam trajetórias, esperanças, desafios, testemunhos e sonhos de crianças, adolescentes e jovens das Américas, através de vídeos trazidos das Províncias e Distritos. Escutaram-se os clamores e as vozes dos povos pan-amazônicos. Compartilhou-se com outros órgãos da Igreja e da Sociedade Civil a crença de que "outro mundo é possível e necessário". Esse terceiro encontro teve os seguintes objetivos:

- Mapear as realidades das infâncias, das adolescências e das juventudes nas Américas.
- Conhecer os Itinerários da Solidariedade Marista nas Américas.
- Definir o foco, a estrutura e o processo de construção do Documento Missão Marista de Solidariedade nas Américas.

- Participar do Fórum Social Mundial 2009, com a apresentação de atividades Maristas das Américas e divulgação da Missão Marista nas Américas.
- Participar do Encontro promovido pela Fundação Marista de Solidariedade Internacional – FMSI.

Como resultado deste 3º Encontro, foram definidas as diferentes secções para o Documento de Solidariedade Marista nas Américas:

I. O Foco do Documento: Infância, juventude e solidariedade Marista nas Américas.

II. A Estrutura do Documento com os seguintes capítulos: Introdução; 1) Cenários da infância e juventude nas Américas; 2) Referências Institucionais, Eclesiais e Internacionais de Solidariedade; 3) Itinerários de Solidariedade nas Américas; 4) Vozes e sonhos de crianças e jovens; 5) Princípios orientadores.

III. A Metodologia de construção do Documento: Para a construção do Documento foram criados Grupos de Redação para cada capítulo, com representatividade de Irmãos, leigas e leigos de Províncias e Distritos Maristas das Américas, presentes no 3º Encontro, sob a coordenação de um dos membros da Comissão Organizadora do Encontro Coração Solidário. Foram apresentadas variadas e criativas metodologias de escuta das crianças e jovens pertencentes aos mais diversos contextos onde há a presença Marista. Recolheram-se suas vozes, sonhos, denúncias, esperanças e situações de violação dos seus direitos. Ou seja, procurou-se realizar um amplo estudo das realidades e cenários socioeconômicos e culturais destas crianças e jovens nos países das Américas, com a colaboração das Províncias e Distritos.

IV. As fases de construção do Documento: Foram realizadas as seguintes fases para a construção, validação e publicação do Documento:

Fases	Atividades	Datas e lugares
Prévia	Consulta aos Superiores Provinciais das Américas sobre o interesse e validação do processo de elaboração do Documento.	Casa Geral (Roma), segundo semestre de 2009.
1ª Fase	Validação da estrutura do Documento e da organização dos capítulos.	Belém (Brasil), janeiro de 2009.
2ª Fase	Trabalho de redação dos grupos interprovinciais para a elaboração dos conteúdos para os capítulos. Escuta das vozes das crianças e dos jovens das Américas.	A partir junho de 2009, nas diferentes Províncias e Distritos da América.
3ª Fase	Consolidação da primeira versão do Documento por parte da Subcomissão Interamericana de Solidariedade.	Durante o primeiro semestre de 2010 (Brasília, Brasil).
4ª Fase	Contribuições das Províncias e Distritos para a primeira versão do Documento.	Durante o segundo semestre de 2010, nas diferentes Províncias e Distritos da América.
5ª Fase	Consolidação da segunda versão, a partir das contribuições recebidas e planificação do 4º Encontro Coração Solidário.	Fevereiro de 2011, na cidade do México, reunião da subcomissão com a participação de um representante de cada grupo de redação.
6ª Fase	Leitura crítica de especialistas e acréscimo de sugestões ao Documento.	Segundo trimestre de 2011, nas diferentes Províncias e Distritos da América.
7ª Fase	Processo de validação do Documento. Apresentação do Documento no 4º Encontro Coração Solidário, para análise, críticas, contribuições e sua validação. Construção do capítulo V: Princípios orientadores e horizontes de futuro.	México, D.F., de 10 a 16 de junho de 2011.
8ª fase	Processo de diagramação, tradução, edição e publicação do Documento.	Durante o ano de 2012, no Brasil e México.

Cabe destacar que o **4º Encontro Coração Solidário** na cidade do México, foi uma experiência fortemente assinalada pela mística e devoção do povo mexicano à Nossa Senhora de Guadalupe, em cujas mãos foi colocado o trabalho de elaboração do Documento. Além disso, o Encontro foi marcado pela participação fraterna e o diálogo intercultural, através de um intenso e promissor debate que contribuiu para enriquecer a última versão do Documento.

Ao final do Encontro, os participantes expressaram sua convicção de que o documento MISSÃO MARISTA DE SOLIDARIEDADE NAS AMÉRICAS constitui uma importante contribuição para o caminho da busca e do discernimento em que se acha comprometido o Instituto Marista. Este aporte representa uma resposta concreta aos lineamentos do XXI Capítulo Geral, o qual nos convida a "ver o mundo com os olhos das crianças e jovens pobres" e a "ser especialistas na evangelização de meninas, meninos e jovens, e expertos na defesa dos seus direitos".

A partir das sugestões dos participantes do 4º Encontro Coração Solidário, o Documento assumiu o seguinte título final: **Caminhos de solidariedade Marista nas Américas: crianças e jovens com direitos**. Em agosto de 2011, finalizou-se a versão que logo foi apresentada à Conferência Interamericana de Provinciais (CIAP), reunida em Luján, Argentina. A finalização do processo de publicação, realizada pela nova Subcomissão Interamericana de Solidariedade, ocorreu, propriamente, no primeiro semestre de 2012.

Deve destacar-se a grande relevância que tem a descrição dos "princípios orientadores" que fundamentam as presenças, as opções e os itinerários de solidariedade marista nas Américas. São sete princípios que, desenvolvidos ao final do Documento, se apresentam – em coerência com os capítulos anteriores – como uma bússola que orienta o caminho a seguir, ou seja, desdobram um programa de vida que necessita ser incorporado aos nossos projetos pessoais e institucionais se quisermos ser fiéis ao Espírito de Deus e à realidade do mundo. São estes os princípios:

- **Para uma nova terra:** princípios que favorecem a construção de itinerários inovadores de solidariedade, de novas utopias e presenças (abertura e atenção, diálogo com novas práticas, participação em experiências significativas, presenciais e proféticas junto aos pobres...);
- **Com os "Montagne" de hoje:** princípios que fazem referência à concepção de crianças e jovens como sujeitos de direito: à escuta de suas palavras e ao compromisso e vulnerabilidade (aporte protagônico de crianças e jovens, fortalecimento da autoestima e vínculos, promoção do exercício dos seus direitos...);
- **Com os povos das Américas:** princípios que valorizam a diversidade cultural, a pluralidade de contextos e que têm o desafio da superação das desigualdades sociais (valorização de diferentes identidades, diálogo com as culturas atuais, compromisso com a luta dos povos indígenas e outros excluídos, além da erradicação da pobreza...);
- **Promovemos "a vida em abundância" (Jn 10, 10):** princípios que defendem a centralidade de Jesus na Missão, a solidariedade como compromisso evangélico, a vida em todas as suas formas (profunda experiência espiritual, trabalhar pela felicidade de todos, denuncia de estruturas que ameaçam a vida, procura por novos estilos de educação e evangelização...);
- **Com Maria, cantamos o Magnificat:** princípios que sublimam a dimensão profética e mariana da solidariedade (escuta da Palavra, disponibilidade à vontade de Deus, crer em Deus da vida e da misericórdia, ser o rosto de Maria…);
- **Nas redes de solidariedade:** princípios que remetem à atualização da atuação na rede e à incidência em políticas públicas para a promoção e defesa dos direitos das crianças e jovens (cooperação entre Unidades Administrativas, colaboração recíproca com o FMSI, participação nas redes da Igreja e da sociedade civil...);
- **Somos Champagnat nas Américas:** princípios que levam a vivenciar um estilo solidário, que sintoniza com aquele de São Marcelino (priorização das necessidades e urgências das crianças e jovens pobres, desenvolvimento de metodologias adequadas, incorporação da solidariedade nos projetos educativos das Unidades Administrativas, defesa do direito da educação integral e de qualidade, harmonização coerente do ideário marista e gestão administrativa...).

Uma maior tomada de consciência de que "somos Champagnat" para as crianças e jovens nos dá a capacidade para trabalhar mais decisivamente a favor da dignidade humana, especialmente daqueles social e historicamente vulneráveis. Nosso coração marista se move ao ritmo do "coração de Champagnat", para quem nenhum esforço resultava impossível quando se tratava dos pobres e postergados. Como ele, acreditamos em nossa capacidade de transcender e transformar a realidade, tendo como objetivo o esforço consciente e tenaz de "comprometer-nos a olhar o mundo com os olhos das crianças pobres, para assim mudar nossos corações e atitudes como fez Maria" (XXI Capítulo Geral). É o espírito que tem levado os maristas inequivocamente a aprofundar o valor da solidariedade, particularmente enfatizado nos Capítulos Gerais XX e XXI.

Na introdução ao Documento Optar pela Vida (XX C.G., 2001), quando assinala os olhares sobre o mundo de hoje, se perfila a figura de Marcelino Champagnat "como um pai que cuida de seus Irmãos, como se fossem seus filhos: um homem cheio de vigor e ternura, que sabe cultivar a alegria e o bom humor: um coração materno e paterno" (nº 15). É que a vida de Marcelino Champagnat foi uma contínua expressão de amor e ternura para os Irmãos, para os pobres e desamparados, para as crianças e jovens sem possibilidades educativas, vulneráveis em seus direitos.

A espiritualidade de Marcelino tinha expressão concreta em sua missão. Como ele, Irmãos e Leigos "nos aprestamos a levar o presente da educação e a presença marista a lugares e situações que talvez nos exijam abandonar toda a segurança e inclusive arriscar nossa vida" (AR nº 155). O chamado central: *Com Maria, saiam depressa a uma nova terra!*, leva-nos a uma presença "fortemente significativa" entre as crianças e jovens pobres.

Por tudo que foi dito, se espera que este Documento venha em ajuda de: uma reflexão pessoal e comunitária; crescimento na vocação solidaria de quantos sintam a alegria de formar parte da grande missão marista; discernimento sobre as opções solidarias; capacidade de tecer com outras pessoas e instituições uma rede que sustente a dignidade completa aos mais vulneráveis da nossa sociedade; movimento efetivo para os sonhos que nos convocam e, como síntese, superação de todos eles, o Reino de Deus crescendo entre nós; e, por último, se espera que venha em ajuda dos que querem permanecer abertos e disponíveis a novos caminhos, à "terra nova," aos novos nascimentos que ainda não distinguimos, mas que Deus nos tem preparado.

Convido-os, queridos Irmãos, Leigas e Leigos, Maristas das Américas, a receber este Documento como um valioso texto institucional, ponto de encontro e ponto de partida, que propõe caminhos, orientações, direções; um olhar compartilhado para as práticas e os marcos de referência no que queremos movimentar-nos, trabalhar, refletir, rezar e viver como comunidades maristas que evangelizam educando.

Finalmente, em nome de todos os Provinciais e Superiores de Distrito das Américas, quero expressar um profundo agradecimento aos membros da Subcomissão Interamericana de Solidariedade e aos membros das equipes de redação por este valioso, essencial, profundo e extenso trabalho realizado com grande seriedade, profissionalismo e compromisso vocacional. Um agradecimento especial ao Ir. João Carlos do Prado (Diretor do Secretariado de Missão) por seu acompanhamento efetivo. Recebam todos, o nosso sentido reconhecimento e satisfação ante este grande empreendimento concluído.

O Ir. Emili Turú, S.G., em sua Circular "Nos deu o nome Maria", assinala: "Estamos onde estamos como Instituto e como pessoas; somos o que somos... quem nos oferece uma visão que nos ilusione para continuar construindo o futuro?". Este Documento tem a serenidade e a novidade de nos oferecer a ilusão de que necessitamos para continuar trabalhando na construção de um futuro melhor. Por isso, graças a todos os que trabalharam na sua elaboração, porque nos presentearam com uma visão do futuro que nos motiva.

Que Maria de Guadalupe, Padroeira das Américas, bendiga este Documento e aos seus criadores. E que São Marcelino Champagnat, homem de coração sem fronteiras, nos ajude a ser sempre semeadores de esperança.

Ir. Horacio Bustos Kessler,
Provincial de Cruz del Sur
Coordenador da CIAP

Buenos Aires (Argentina), 29 de junho de 2012
Solenidade dos Santos Apóstolos Pedro e Paulo

1. Cenários das Infâncias e Juventudes nas Américas

Sumário Capítulo 1

INTRODUÇÃO 18

Cenário internacional a partir da convenção internacional sobre os direitos da criança 21
Cenário socioeconômico e cultural, de políticas públicas e da violação dos direitos nos países das Américas

- Argentina 21
- Bolívia 24
- Brasil 27
- Canadá 30
- Chile 32
- Colômbia 34
- Costa Rica, Nicarágua, El Salvador e Guatemala 36
- Cuba 41
- Equador 43
- México 46
- Peru 49
- Venezuela 52

Visão geral dos países das Américas 53

1. CENÁRIOS DAS INFÂNCIAS E JUVENTUDES NAS AMÉRICAS

INTRODUÇÃO

1. Este capítulo tem como objetivo apresentar os Cenários das Infâncias e Juventudes nas Américas, a partir da coleta de dados e informações de 15 dos 22 países que fazem parte das Unidades Administrativas (UA) Maristas no continente.
2. Os dados foram coletados, com a colaboração das UAs e referem-se ao contexto socioeconômico, políticas públicas e violações dos direitos existentes nos países, dado que a informação recebida não foi igual em todos os casos, simplesmente representam uma amostra cuidadosamente selecionada.
3. A análise crítica dos dados e informações e a sistematização de sua essência foram realizadas com a colaboração de asessoria especializada. Posteriormente, os textos trabalhados foram submetidos a uma análise crítica e comentários de membros do Grupo de Redação, sendo esse fato o que incentivou o diálogo e reflexões sobre o assunto.
4. Houve muitas trocas de informação que levou à compilação de dados que refletem a situação dos direitos das crianças e jovens nas Américas, mostrando a perpetuação de situações de violações, inaceitável à luz da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança.
5. Partindo desta fonte e explorando os dados e informações fornecidos, o objetivo é promover uma maior reflexão e definição de estratégias que visam à proposição de políticas institucionais e públicas voltadas efetivamente para garantir os direitos das crianças e jovens, bem como uma incidência política mais eficiente.
6. Note-se que este é um cenário construído numa base coletiva, o que resultou da coleta de dados de diferentes tipos e fontes que deixaram clara a necessidade de constante busca de outros dados, análises e medições adicionais para melhorar a compreensão da real situação das crianças e jovens em cada país.
7. O presente capítulo alerta para a importância do registro das informações, que permita aprofundar e conhecer a dimensão das dinâmicas sociais. Também confirma a importância de continuar a rica troca de experiências em diferentes países, incentivando a construção do trabalho coletivo.
8. Com este trabalho, reafirmamos que uma sociedade mais justa e solidária é possível quando nós nos esforçamos para produzir conhecimento e unir forças, especialmente para garantir os direitos de crianças e jovens.

CENÁRIO INTERNACIONAL A PARTIR DA CONVENÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA

9. Os princípios e valores da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 10 de dezembro de 1948, foram a base para a elaboração de diversos tratados internacionais e para a formulação da Doutrina de Proteção Integral das Nações Unidas para a Infância. Em 20 de novembro de 1989, a Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), pela Resolução n. L 44 (XLIV), aprova a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, o tratado mais ratificado no mundo, que representa o primeiro instrumento internacional a contemplar os Direitos Humanos numa dimensão mais ampla, inerentes à dignidade humana e ao desenvolvimento saudável e integral de toda criança, sem qualquer distinção. Dentre os princípios consagrados pela Convenção está o direito à vida, à liberdade, às obrigações dos pais, da sociedade e do Estado em relação à criança. A Convenção que estabelece o paradigma da proteção integral e especial de crianças foi aprovada por todos os Estados, exceto os EUA e a Somália.
10. A Convenção Internacional sobre os Direitos Humanos da ONU tem sido um marco no cenário internacional, uma vez que amplia as possibilidades e a responsabilidade dos Estados na construção da cidadania e dos Direitos Humanos a fim de facilitar o trabalho conjunto privilegiando espaços para a interlocução entre Estado e sociedade.

11. A necessidade de proporcionar proteção integral às crianças foi reconhecida no Acordo Internacional sobre Direitos Civis e Políticos de 1966 (arts. 23 e 24) e no Acordo Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais no mesmo ano (art. 10), assim como também, nos estatutos e instrumentos pertinentes das agências especializadas e organizações internacionais empenhadas no bem-estar da criança.

12. A Convenção, ao reconhecer a criança como sujeito de direitos, dispõe que o Estado, por meio de políticas públicas, é o único que pode garantir esses direitos. Nesta perspectiva, as crianças passam a ser consideradas em sua totalidade, como um ser em processo de desenvolvimento físico, mental e psicológico, portanto, sujeito a medidas de proteção, promoção e cuidados especiais. A prioridade dos interesses e direitos das crianças é relevante.

13. Disso, surge um importante processo de constitucionalização dos direitos das crianças em países como Brasil, Venezuela, Bolívia e Equador, ou casos como a Argentina, que concedeu status constitucional a todos os tratados de direitos humanos em uma reforma introduzida em 1994. Entretanto, algumas contradições são fato. Por um lado, há países que estabelecem leis na perspectiva da proteção integral e, por outro lado, há países que ainda contam com dispositivos legais que atribuem à criança a responsabilidade penal por seus atos.

14. A Convenção sobre os Direitos da Criança salienta outro princípio que consiste na participação, que é basicamente o direito à liberdade de expressão e acesso à informação. Este princípio aumenta a possibilidade de que as violações dos direitos das crianças sejam efetivamente prevenidos ou punidos; assim, também, dar prioridade para melhor percepção e atendimento às reais necessidades da criança, tendo sido atribuído à criança o direito de promover e defender seus próprios direitos.

15. Nesse sentido, a luta política e ideológica por uma sociedade mais justa exige a criação de mecanismos jurídicos nacionais e internacionais de proteção dos Direitos Humanos e, entre estes, os relativos à proteção das crianças e da juventude, procurando proporcionar-lhes melhores condições de vida e dignidade, ampliando suas perspectivas presentes e futuras.

16. Apesar do grande número de países que ratificaram a Convenção, comprometendo-se a criar esforços para a sua execução, são notórios a falta de atuação eficaz e o alcance de objetivos concretos que reflitam sobre a garantia dos direitos das crianças. Este fato se dá pela falta de políticas públicas que trabalhem na perspectiva da erradicação das situações de vulnerabilidade e risco social, visando à construção de uma sociedade justa e solidária. Além disso, associa-se a falta de interesse das autoridades públicas para a divulgação da Convenção de suas metas e objetivos, o que representa o descumprimento do instrumento ratificado.

Cenários Socioeconômicos e Culturais das Políticas Públicas e da Violação dos Direitos das Crianças e Jovens das Américas

Argentina

17. A Argentina tem uma área de 2 milhões, 780 mil e 400 km^2 e uma população de 40 milhões, 091 mil e 359 pessoas e uma densidade demográfica de 14,43 habitantes por km^2.

Conjuntura Socioeconômica e Cultural

18. Esperava-se que a economia argentina saísse da recessão em 2010, retornando às taxas positivas de crescimento do produto interno bruto (PIB) em torno de 2,1%. Em 2010, o PIB nominal do país somou 326.867 milhões de dólares. Nos últimos 20 anos, 10% dos mais ricos recebem 36,4% da renda total geral, enquanto 10% dos mais pobres recebem somente 1,3%. A diferença mostra claramente uma elevada percentagem de famílias vulneráveis afetadas pela escassez de alimentos, saúde e habitação.[1]

19. Segundo os dados do Instituto de Estatística da UNESCO, cerca de 10% das crianças da Argentina estão fora da escola. Por outro lado, a repetência nos primeiros anos é elevada. Segundo o Ministério da Educação Nacional, 245 mil alunos abandonam a escola (dois em cada 10)[2].

1 Fonte: Elaboração própria com base em dados do INDEC e Comissão Técnica da Junta Interna, Associação de Trabalhadores do Estado (ATE) – Instituto Nacional de Estatísticas e Censos (INDEC).
2 De acordo com dados oficiais do ano 2001, compilados pelo Instituto Nacional de Estatísticas e Censos (INDEC) e apresentado no seu Relatório de 2005.

20. Atualmente, o desemprego é de 2,8% da População Economicamente Ativa (PEA). Atualmente ter emprego não é condição suficiente para sair da pobreza. Os 22% das pessoas ocupadas (3.000 mil pessoas) pertencem a uma família pobre, incluindo 7% que pertencem à família de indigentes[3].

21. A nova Lei da Educação Nacional prevê, entre seus pontos principais, que a educação é obrigatória em todo o país desde os cinco anos de idade até o final do ensino secundário. Do total de menores de 18 anos (quase dois milhões), 14,2% não compareceram ou nunca participaram de uma instituição de ensino[4].

22. A composição étnica da população é muito influenciada pela grande onda de imigração, principalmente pelos europeus, majoritariamente de italianos e espanhóis, e da mistura com a população de base local. Há importantes etnias aborígenes localizadas em distintas regiões do país e presença minoritária de grupos afrodescendentes.

Políticas Públicas

23. O direito à educação não está suficientemente garantido pela falta de investimento do governo.

24. As despesas de proteção social têm registrado um aumento nos investimentos nos últimos sete anos. Esta política concede prioridade na atenção de crianças mais vulneráveis, juntamente com o cuidado dos idosos em relação ao aumento da cobertura de cuidados de saúde e melhor prestação e informatização dos serviços.

25. As políticas de transferência de renda para crianças e jovens colaboram na redução da pobreza e miséria, ao mesmo tempo em que aumentam o consumo, contribuem para reanimar o mercado interno. No âmbito das políticas de transferência de renda, se concedeu um subsídio universal para as crianças e jovens, uma ajuda anual escolar universal para crianças entre cinco e 18 anos. Com os jovens, sua situação não mostra uma perspectiva promissora, o fato mais preocupante é a alta proporção de jovens que não estudam, não trabalham e nem procuram trabalho. Há 756 mil jovens, dos quais 427 mil têm entre 20 e 24 anos[5].

3 Instituto Nacional de Estatística e Censos INDEC. (2003). "Sobre a metodologia utilizada para medir a pobreza na Argentina". Documento elaborado pela Direção Nacional de Estatísticas de Lares do INDEC, março 2003.
4 Elaboração própria com base em dados da Pesquisa Permanente de Lares (EPH) - Instituto Nacional de Estatística e Censos (INDEC) – 2007.
5 SOSTO PÉREZ, G. (Ed.). "As manifestações atuais da questão social", UNESCO / Instituto Torcuato Di Tella, em Buenos Aires, 2005.

26. A promulgação da Lei 26.061, de proteção integral à criança, foi importante junto à promulgação de outras leis como a de proibição de trabalho infantil, proibição do abuso e exploração sexual e a lei de luta contra a violência de mulheres, crianças e famílias.

27. A inclusão social e a redução da pobreza requerem a implementação de múltiplas e complementares políticas públicas. A complexidade da tarefa não suporta respostas parciais ou ações isoladas, mas as políticas globais e um esforço coordenado entre ministérios, agências e secretarias do estado nacional, provincial e local para a concepção, financiamento, implementação, formação de recursos humanos e avaliação dos resultados das políticas.

28. As políticas públicas implementadas como o subsídio universal por filho (incluindo às mulheres grávidas) e a extensão da escolaridade obrigatória para o nível secundário, nos últimos anos, mostram uma contribuição muito significativa para a melhoria de alguns indicadores sociais. Ainda não foi alterada praticamente a distribuição da renda. Para reverter essa desigualdade, exigem-se profundas reformas estruturais e a implementação de um conjunto abrangente de políticas redistributivas e universais: de emprego, impostos, habitação, renda e serviços públicos, entre outros, para inverter o padrão de concentração de renda e melhorar as condições de vida de todos os cidadãos, especialmente, dos mais vulneráveis.

Violações dos Direitos

29. Existem normas culturais e crenças que continuam a justificar o trabalho infantil. Os números oficiais indicam que esse problema afeta 456 mil crianças na Argentina. Os mencionados trabalhos vão desde cortar grama a vender produtos na rua[6].

30. A presença de jovens em situação de exploração sexual nas ruas é um fenômeno crescente. Ainda faltam políticas públicas coordenadas, existem somente programas isolados.

31. Crianças nas ruas são um reflexo da realidade econômica, política e social do país, e em geral seus pais são excluídos do mercado de trabalho. Isso é confirmado pelo relatório do Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente do Governo da Cidade de Buenos Aires (CDNNyA) sobre crianças em situação de trabalho infantil focado no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), que revela que 25,2% daquelas crianças dormem nas ruas, a maioria é do sexo masculino e com idade entre 13 e 15 anos.

6 Atividades de Pesquisa da Criança e do Adolescente (EANNA), realizado em sete estados de nosso país pelo Ministério do Trabalho e da Segurança Social e do Instituto Nacional de Estatística e Censos (INDEC-2001).

32. Na Argentina é penalizado não só o tráfico, mas também o uso de drogas; dos 80% das pessoas que usam drogas usam maconha, 47% usam cocaína. A soma é superior a 100%, indicando que os consumidores não estão limitados a um tipo de droga (policonsumo de drogas). Podemos especificar que, entre os jovens com baixo nível educacional, a mais presente é a cocaína, com 55% e 39% de cola[7].

33. O tráfico de bebês e crianças, provenientes de famílias em situação de extrema pobreza, nas províncias do Norte do país é um cenário de ação adequado para o funcionamento das redes de tráfico. Essas redes têm contato com os gestores locais, que nos bairros fazem contatos com as mães, muitas delas jovens, sem parceiros, com baixa escolaridade e fracos laços familiares.

Bolívia

34. A Bolívia conta com uma superfície de 1.098.581 km², com uma população de 10.426.154 pessoas e uma densidade demográfica de 9,49 habitantes por km².

Conjuntura Socioeconômica e Cultural

35. O PIB per capita é de 1.683,47 dólares, no ano de 2000 foi de $ 995. Cresceu no ano de 2010 em 4,5% (Fundación Jubileo). A PEA chega a 64,78% da população, das quais 38% encontram-se numa ocupação eventual ou em subemprego. A taxa de desemprego na área urbana é de 10,20%. Os 63% de trabalhadores "não são qualificados". Dos bolivianos urbanos, 71% estão afetados pelo desemprego, subemprego e o trabalho informal.

36. Na população, 77,29% estão em situação de pobreza e 63,94% em situação de extrema pobreza. Os 61,79% da população são proprietários de suas casas. Os 75,46% têm acesso à rede de água encanada e 33,39% têm água dentro de casa. Os 28,38% da população cozinham com lenha. Os 46,56% da população rural não têm energia elétrica (INE, 2010)[8].

37. O salário-mínimo nacional foi aumentado em 20%, chegando a 117,5 dólares em 2010.

7 A dependência de drogas em adolescentes e adultos jovens. Nota de Raul Lutz. Pastoral da *Life Magazine*. São Paulo.
8 Dados de elaboração própria retirados do informe do INE de 2010.

38. A taxa de alfabetização da população de 15 anos de idade ou mais velhos é de 90,74%, na zona urbana é de 95,93% e de 79,97% nas áreas rurais. A média de anos de estudo em pessoas acima de 19 anos é de 8,61 anos, 10,28 em áreas urbanas e 5,10 anos em zonas rurais. A taxa de escolarização da população com idade entre 6 e 19 anos é de 90,24%. A taxa de abandono em 2005 foi de 6% e, em 2010, foi de 2,1% (INE, 2010. Inquérito às Famílias)[9].

39. O país tem um dos menores índices de saúde na América Latina, sendo o penúltimo da lista. A distribuição dos cuidados de saúde é assimétrica e injusta, há muitos médicos nas cidades e carência no campo. Apenas 20% da população têm acesso à seguridade social. Mais de 25% das crianças menores de três anos são cronicamente desnutridas. A cobertura vacinal em crianças menores de três anos em 2008 foi: Poliomielite, 80,62%; e 72,22%, Pentavalente (INE, 2010).[10]

40. A Bolívia é um país plurinacional e multilíngue, com 36 povos indígenas. Cada um tem sua própria língua, costumes e tradições herdadas que se aglutinam em cosmovisões diferentes da Ocidental trazida pelos colonizadores. A Bolívia tem uma população indígena de 51%. Apesar de todos os esforços para melhorar a situação dos povos indígenas, esses continuam sofrendo a marginalização e uma violação explícita dos seus direitos. Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL, 2005)[11].

Políticas Públicas

41. O governo boliviano tem implementado o Plano de Desenvolvimento Setorial 2006-2010, assumindo a responsabilidade para o estado de saúde da população. Entre as suas realizações destaca-se o Seguro Universal Materno Infantil (SUMI), o qual aloca 10% dos recursos da Participação Popular. A mãe grávida ou com filhos menores de dois anos recebem um bônus de 1.800 bolívares (250 dólares) ao longo desse período, sob a condição de ambos se submeterem a exames médicos regulares, "Bono Juana Azurduy Padilla".

42. Na educação, a cobertura é de 91% do ensino público e 9% do privado. A cobertura do ensino público de 10% corresponde a uma responsabilidade partilhada entre as instituições da Igreja e outros. O documento "Estratégia Nacional para o Desenvolvimento" (2005) indica taxas alarmantes de analfabetismo, abandono, marginalização, mau desempenho escolar e má preparação dos professores.

9 Dados de elaboração própria retirados da Encuesta de Hogares do INE de 2010.
10 Dados de elaboração própria retirados do informe do INE de 2010.
11 Dados retirados do informe do CEPAL de 2005.

43. No entanto, o atual governo já destinou, desde 2006, um bônus de permanência na escola chamado "Juancito Pinto", no qual cada criança que frequenta o período do ensino primário (do primeiro ao oitavo), no final do ano escolar, recebe um bônus de Bs. 200 ($ 28). O Programa Governamental "Sim, eu posso" para erradicação do analfabetismo investiu 36,7 milhões de dólares e recebeu reconhecimento internacional da UNESCO, que declara a Bolívia livre do analfabetismo.

Violações dos Direitos

44. De acordo com pesquisa realizada pela OIT – Organização Internacional do Trabalho (Pesquisa de Trabalho Infantil, 2008), 27,94% das crianças de 5 a 17 anos de idade, cerca de 848.000 pessoas, estão ativamente envolvidos em atividades econômicas produtivas (remuneradas ou não). Nas áreas rurais são 64,85% e em áreas urbanas são 16,96%, ligeiramente superior para o sexo masculino em relação ao feminino.

45. Segundo a Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (ENDSA, 2003), 61% e 38%, respectivamente, de meninos e meninas no país têm sido vítimas, por vezes, de castigo físico e psicológico, e 68% destes receberam outro tipo de punição não violenta dentro da casa, tais como a eliminação do apoio financeiro e a proibição de alguma atividade ou algum objeto preferido (UDAPE/UNICEF).

46. Na Bolívia, a violência sexual contra crianças aumentou dramaticamente. Em 2001, registraram-se 915 casos de estupro, assédio sexual, atentado violento ao pudor, lenocínio, pornografia e corrupção de menores. Em 2004, foram registrados 1.784 casos, incluindo tráfico de crianças e, em 2007, o número subiu para 2.321 denúncias (Organização Pan-Americana de Saúde – OPAS, 2009).

47. Há aproximadamente 2.300 crianças vivendo nas ruas. As razões para esse modo de vida são variadas, mas as mais comuns são abuso físico ou psicológico em casa, a negligência dos pais, falta de comida e o abuso sexual. Cerca de 1.000 menores de 12 anos vivem em prisões com seus pais. (UNICEF, 2010).

48. Segundo o relatório CELIN (Centro Latino-Americano de Investigação Científica, 2008), a incidência de uso de drogas entre estudantes de 12 a 21 anos seria a seguinte: álcool lidera a lista, seguido por outras drogas: cigarros, maconha, inalantes, pasta à base de cocaína, cocaína e alucinógenos.

Brasil

49. O Brasil tem uma área de 8 milhões, 514 mil e 877 km², uma população de 190 milhões, 732 mil e 694 pessoas e uma densidade populacional de 22,4 habitantes por km².

Conjuntura Socioeconômica e Cultural

50. O Brasil tem um dos maiores índices de desigualdade social no mundo. O PIB em 2009 representou R$ 3.143.014,70. O país tem 20,6 milhões de crianças menores de seis anos de idade, o equivalente a 11% da população. É a maior população da América nessa idade. Desse total, mais da metade são negros e 11,5 milhões vivem em famílias com renda mensal *per capita* inferior a meio salário-mínimo de R$ 415,00 (U$ 124)[12].

51. Segundo a UNICEF, as crianças e jovens mais atingidos pela desigualdade social, violência e exploração são negros, indígenas, quilombolas e deficientes físicos.

52. Segundo a UNESCO, a Educação no Brasil, apesar da melhora apresentada entre 1999 e 2007, tem o índice de repetência no ensino fundamental brasileiro de (18,7%), é o mais elevado na América Latina e fica expressivamente acima da média mundial (2,9%). O alto índice de abandono nos primeiros anos de educação também alimenta a fragilidade do sistema educacional do Brasil. Cerca de 13,8% dos brasileiros abandonam os estudos já no primeiro ano da educação básica. A educação brasileira ainda enfrenta a estrutura física precária das escolas e o número baixo de horas em sala de aula.

53. O Brasil tem rica diversidade social e cultural e reconhece a histórica discriminação contra os grupos socialmente vulneráveis, sem acesso ao exercício pleno da cidadania. A partir deste reconhecimento, surgem tentativas de medidas compensatórias, visando acelerar o processo de construção da igualdade em relação aos afrodescendentes, indígenas, mulheres e pessoas com deficiência.

12 Fonte: Relatório Situação Mundial da Infância (2008). Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

Políticas Públicas

54. O Ministério da Saúde realiza diversas ações e programas com o objetivo de levar serviços de saúde para os cidadãos e para qualificar melhor os profissionais na área. Dentre essas ações se podem mencionar: Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), ampliação do acesso a medicamentos essenciais (farmácia popular e medicina fracionada), prevenção de doenças com o atendimento à família (Saúde da Família), luta contra o dengue, banco de leite humano, humanização do atendimento na rede pública, dentre outros.

55. O Ministério da Educação implementou uma política de avaliação da qualidade da educação, por meio de avaliações de larga escala. Buscando expandir o acesso ao nível superior de ensino, o Ministério da Educação implementou, dentre outros, o Programa Universidade para Todos (ProUni), que visa à concessão de bolsas integrais e parciais a estudantes de graduação em instituições privadas de educação superior.

56. A Constituição Federal estabelece a Assistência Social como política de Estado. Existem vários programas, entre os quais é prioridade o Projovem Adolescente, o Programa de Combate à Violência e Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), o Programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

57. No Brasil, apesar da implantação de programas governamentais para combater o desemprego e ampliar o acesso das juventudes ao mundo do trabalho, permanece o desafio de desenvolver políticas intersetoriais que priorizem a articulação entre formação humana e técnica e que respeitem a condição destes atores sociais enquanto sujeitos em peculiar desenvolvimento.

58. O Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania (PRONASCI) marca uma nova iniciativa inédita para lidar com a criminalidade no país. Entre os principais eixos do PRONASCI priorizam-se a valorização dos profissionais de segurança pública, reestruturação do sistema penitenciário, o combate à corrupção policial e o envolvimento da comunidade na prevenção da violência.

Violações de Direitos

59. Segundo o IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio/PNAD, 2007), há ainda, no Brasil, quase 4,5 milhões de crianças e jovens trabalhadores. No trabalho predominantemente rural em regime de economia familiar, tanto quanto nas zonas urbanas, o trabalho de crianças é absorvido, principalmente no setor informal. As crianças também participam de atividades ilegais e de alto risco, como prostituição e tráfico de drogas. O governo assumiu o compromisso de enfrentar o problema e implantou o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.

60. No ano de 2002, foram identificadas 241 rotas de tráfico e a existência de exploração sexual de crianças nas estradas brasileiras (Pesquisa Sobre o Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual e Comercial – PESTRAF). Entre os desafios nesta área, destaca-se a necessidade de expandir o número de profissionais e técnicos formados e treinados para trabalhar com essas situações. Coube ao Comitê Nacional de Enfrentamento a Exploração, Abuso e Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes desenvolver um Plano Nacional.

61. A gravidade da pobreza e da miséria, no Brasil, é uma preocupação constante e nos obriga a refletir sobre suas influências na sociedade, especialmente na organização familiar. A permanência de crianças nas ruas é associada com a violência doméstica. Várias estão envolvidas com drogas e passaram por programas sociais que não deram conta da situação. Apresentam alta taxa de evasão escolar.

62. Em 2005, de acordo com a pesquisa realizada pela Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD), em parceria com o Centro Brasileiro de Informação sobre Drogas (CEBRID), o levantamento domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil revelou que 12,3% dos entrevistados com idade de 12 anos são dependentes de alguma droga. Os dados indicam que o consumo de álcool está acontecendo cada vez mais cedo, desde os 12 anos de idade, sugerindo a necessidade de rever as medidas de controle, prevenção e tratamento.

63. Podemos dizer que a sociedade brasileira já acumulou bastante conhecimento sobre juventude, atos infracionais, medidas socioeducativas e educação básica e profissional, no entanto, a responsabilidade e o correto atendimento do jovem em conflito com a lei ainda é um desafio.

64. É importante destacar o papel da sociedade civil na construção das políticas públicas e defesa dos direitos de crianças.

Canadá

65. O Canadá tem uma área de 9 milhões, 974 mil e 670 km², uma população de 34 milhões, 124 mil e 771 pessoas e uma densidade populacional de 3,40 habitantes por km².

Conjuntura SocioEconômica e Cultural

66. A educação é gratuita e obrigatória para todos os que se encontram na faixa etária de 5 a 16 anos de idade. Existem diferentes programas de educação oferecidos aos alunos de acordo com suas habilidades e interesses.

67. Desde 1970, qualquer pessoa estabelecida ou residente em Quebec, que atende aos requisitos da lei, deve ser coberta pelo seguro de saúde.

68. Em 2010, Quebec recebeu 53.985 imigrantes, desses 13.580 com idade de 19 anos ou menos[13].

Políticas Públicas

69. Para a educação de nível superior, há empréstimos para os estudantes e bolsas de estudos. Existe apoio financeiro disponível para os alunos imigrantes no campo da política de integração educacional e formação intercultural, como a valorização do francês, a língua comum da vida pública, dentre outras iniciativas. Para promover o progresso continuado do aluno na escola, são oferecidos serviços complementares.

70. Para as crianças com necessidades de adaptação especial ou de aprendizagem, as crianças nativas oriundas de meios desfavorecidos e para os superdotados e talentosos, os serviços educacionais oferecidos são adequados.

71. Existem vários programas para ajudar as pessoas necessitadas, aqui estão alguns exemplos: "Juventude em Ação" ajuda os jovens de 18 a 24 anos, que enfrentam dificuldades de integração no mercado de trabalho; "Meu Lugar no Sol" oferece ajuda financeira aos pais jovens se eles querem voltar para a escola; a "Juventude Alternativa" é um programa que proporciona aos jovens com menos de 25 anos apoio financeiro e oportunidade de desenvolver a autonomia pessoal; "programa de apoio social e de formação para trabalhadores demitidos coletivamente", que fornece apoio financeiro para as pessoas que perderam seus empregos em demissões em massa.

72. Para prevenir a violência contra as crianças, o governo tomou as seguintes medidas: a comunicação obrigatória às autoridades, a criação de uma Secretaria da Violência contra as Crianças, a promulgação de um prazo para a apresentação de uma queixa de abuso sexual de crianças, entre outros.

73. Quando um jovem de 12 a 18 anos é condenado por um crime, há medidas alternativas de intervenção adequada a esse caso. A comunidade de referência prevê medidas de desenvolvimento de habilidades sociais em centros de juventude, depois de uma reunião com a vítima e uma avaliação.

Violações de Direitos

74. A Comissão de Normas de Trabalho impõe regulamentações que se aplicam especificamente ao trabalho infantil. Um empregador não pode contratar uma pessoa de 16 anos que não foi qualificada para o exercício da atividade e tampouco para trabalhar em horário escolar. O empregador que queira empregar alguém com 14 anos deve solicitar a autorização dos pais ou responsável. O trabalho precoce e escravo é praticamente inexistente em Quebec.

75. Todo ano, entre 4.000 e 5.000 jovens são atendidos pelos serviços destinados a cuidar de jovens de rua[14]. O número de jovens que vivem nas ruas é cada vez maior. O mercado de trabalho exige o conhecimento de forma mais qualificada, tornando-se difícil chegar a um emprego estável para aqueles com menor nível de escolaridade, o que resulta em um número significativo de pessoas vivendo nas ruas.

76. As drogas são um problema de longa data, muitas vezes, ligado à rua. No entanto, um problema mais sério agora aparece: o uso de drogas cada vez mais fortes e padrões de consumo perigosos. A média de idade do primeiro uso de droga é a partir de 11 anos, de crianças em situação de vulnerabilidade[15].

13 Disponível em: www.stat.gouv.qc.ca/donstat/societe/demographie/migrt-poplt-imigr/604.htm.

14 Disponível em: www.maisondupere.org/statistiques.html.
15 Disponível em: www.rcmp-grc.gc.ca/de-pd/index-fra.htm.

Chile

77. O Chile tem uma área de 756 mil, 096 km², uma população de 17 milhões, 248 mil e 450 pessoas e uma densidade populacional de 22,81 habitantes por km².

Conjuntura Socioeconômica e Cultural

78. De acordo com o Ministério do Planejamento do Chile MIDEPLAN(vi), a UNICEF e a Cooperação de Desenvolvimento Econômico OCDE, existem informações sobre indicadores de infância em quatro dimensões[16].

79. Em relação à Saúde, o índice nacional chega a 0,646[17] com uma baixa mortalidade infantil (sete por 1.000 nascidos vivos e menores de um ano de idade, em 2009[18]). A saúde está organizada no Chile por um atendimento público, de atenção primária, transferidos para os municípios, um sistema secundário (hospital) para a Região Metropolitana (Santiago).

80. O Chile apresenta condições de moradia bastante avançadas. No entanto, a condição de desigualdade em nível territorial é de 98% (em 2008)[19], das residências que têm saneamento adequado.

Políticas Públicas

81. Para combater a pobreza, há uma série de programas sociais, como o "Chile Solidário" (famílias indigentes); "Chile Cresce Contigo" (primeira infância) e "Plano Auge" (assegurar saúde).

82. Por meio do Serviço Nacional de Prevenção e Reabilitação de Consumo de Drogas e Álcool (SENDA), o Governo promove políticas públicas nesse setor, desenvolvendo programas de prevenção em primeiro lugar em todas as áreas. Também desenvolve ações para o tratamento, reabilitação e reintegração social.

16 Índice da infância e da adolescência, 2008, MIDEPLAN e Observatório da Infância e da Adolescência.
17 Disponível em: http://www.unicef.cl/unicef/public/noticia/ficha.php?id=464.
18 Disponível em: http://www.unicef.org/spanish/infobycountry/chile_statistics.html.
19 Disponível em: http://dados.banco mundial.org/indicador/SH.STA.ACSN.UR/countries/CL?display=default.

83. Atualmente o Governo está desenvolvendo uma nova institucionalidade para a segurança cidadã que até o momento depende, tanto do Primeiro-Ministro como do Ministério do Interior.

Violações de Direitos

84. No Chile, o "trabalho infantil", que é uma grande preocupação mundial em questões da infância, foi medido com instrumentos diferentes nos últimos anos. Uma pesquisa realizada pelo Ministério do Trabalho, em 2003, revelou que existiam cerca de 238.000 crianças (de 5 a 17 anos) trabalhando, ou seja, 6,6% da população nessa faixa etária. Outra fonte fala que 196 mil crianças entre 5 e 17 anos trabalham para o mercado, pelo menos uma hora por semana[20].

85. Um estudo encomendado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que, no Chile, pelo menos, 3.719 crianças se encontram em situação de exploração sexual. Entre os resultados de um Serviço Nacional de Menores, SENAME, "entre junho de 2005 e maio de 2006 foram um total de 2.936 crianças internadas em 53 programas especializados em grave situação de abuso de criança em todo o país"[21].

86. Segundo dados (2009) do SENDA, o uso da maconha entre a população escolar atingiu 15,1%, a cocaína 3,4%, a base de cocaína atinge 2,6%. Enquanto a prevalência do consumo de álcool vai além de 35%[22].

87. Desde 2005, existe uma Lei de Responsabilidade Penal Juvenil, que "estabelece o discernimento aos 14 anos de idade, sendo passível de punição com até 5 anos de prisão os menores entre 14 e 16 anos e 10 anos de prisão os menores entre 16 e 17 anos, para crimes graves"[23].

88. Atualmente a sociedade civil trabalha ativamente para incidir nos poderes legislativos e executivos com a finalidade de alcançar uma Lei de Proteção Integral de Direitos de Crianças e Jovens, ferramenta legal que adéqua a legislação nacional aos princípios da Convenção dos Direitos da Criança, ratificada pelo Chile em 1990.

20 OIT e Min. do Trabalho: Trabalho Infantil e Adolescente. Diagnóstico Nacional, Resumo Executivo. Disponível em: http://www.oitchile.cl/pdf/publicaciones/tra/tra023.pdf.
21 SENAME: Serviço Nacional de Menores. Disponível em: http://www.sename.cl/wsename/otros/doc_sename/Síntesis del "Estudio de género, infancia y maltrato".pdf.
22 Disponível em: http://www.bibliodrogas.cl/biblioteca/digital/ESTUDOS_ESCOLARES_FINAL.pdf.
23 Rede de ONGs da Infância e Juventude do Chile: Informe Alternativo Chile. Respostas às principais recomendações.

Colômbia

89. Colômbia tem uma área de 1 milhão 141 mil 748 km², uma população de 45 milhões 656 mil 937 pessoas e uma densidade demográfica de 38,00 habitantes por km².

Conjuntura Socioeconômica e Cultural

90. Ao final dos anos noventa, a Colômbia viveu uma de suas maiores crises econômicas e sociais que levou em 1999 a que o Produto Interno Bruto (PIB) caísse a 4,2%, a pobreza moderada ficou em cerca de 58% e a pobreza extrema em 25%[24].

91. De acordo com a projeção do Censo de 2005, estima-se que, em 2010, a Colômbia tinha uma população total de 45.508.205, dos quais 17.405.226 (38,4%) são menores de 19 anos[25]. Em 2005, 49,2% da população vivia abaixo da linha de pobreza determinada pela renda, e 14,7% abaixo da linha de extrema pobreza, com maior ênfase na área rural em relação à área urbana[26].

92. Para as crianças de 12 a 15 anos, a frequência escolar apresentou um aumento no total nacional passando de 86,4% para 90,6%. A taxa de analfabetismo de pessoas acima de 15 anos, em nível nacional, atingiu 6,9% em 2008[27].

93. A Colômbia é um país reconhecido por ser multicultural e multilíngue, dada a existência de 87 etnias indígenas, a população de afro-colombianos e rom ou povo cigano. Existem 64 línguas ameríndias[28]. No país residem 1.392.623 indígenas, o que corresponde a 3,43% da população do país, os afro-colombianos somam 4.311.757 pessoas, ou seja, 10,62%. O povo rom ou cigano é composto de 4.858 pessoas, representando 0,01% da população total do país[29].

24 Disponível em: <http://www.dnp.gov.co/PortalWeb/Portals/0/archivos/documentos/DDS/politica%20social%20febrero.pdf>.
25 Cf. Departamento Administrativo Nacional de Estatística-DANE (2009). Estudos Pós-Censitários nº7. Projeções Nacionais e Departamento de Demografia. 2006-2020.
26 Montenegro, Santiago (Dir). (2006) Estimativas da pobreza indígena na Colômbia 2005. III trimestre. Bogotá: Departamento Nacional de Planejamento-DNP. Janeiro.
27 Disponível em: http://www.dane.gov.co/files/comunicados/cp_calidadvida_0309.pdf; página 3.
28 DANE. (2007). Colômbia Uma Nação Multicultural. Sua diversidade Étnica. Bogotá: Direção de Censos e Demografia do DANE. p. 9.
29 DANE. (2007). Colômbia Uma Nação Multicultural. Sua diversidade Étnica. Bogotá: Direção de Censos e Demografia do DANE. p. 35.

94. O principal objetivo da política de saúde é alcançar uma cobertura universal para subsidiar 24,8 milhões de pessoas, correspondendo à população mais pobre do país, e aumentar em 1,5 milhão a cobertura do regime contributivo[30].

Políticas Públicas

95. As políticas públicas para a infância surgem em resposta a um processo de mobilização social, gerada a partir da necessidade de voltar e dar um novo significado para o tema de oportunidades efetivas para o desenvolvimento da primeira infância. Na Colômbia, as Casas Comunitárias do Instituto Colombiano de Bem-Estar Familiar buscam promover o desenvolvimento psicossocial, moral e físico das crianças, pertencentes a famílias vulneráveis, econômica, social, nutricional e/ou psicoafetivamente, mediante ações de formação e fortalecimento da família[31].

96. O Governo lançou uma estratégia para melhorar as condições de vida das populações rurais, o que permitiu um aumento de mais de 370 mil hectares agrícolas e florestais plantados entre 2002 e 2005. Mais de 40 mil famílias foram beneficiárias do "Programa Família Guarda Bosques" entre 2002 e 2006, e mais de 1,8 milhão de agricultores foram vinculados a projetos de autoconsumo por meio da Rede de Segurança Alimentar e Nutricional no mesmo período[32].

97. Enquanto estratégia de redução da pobreza e da desigualdade avançou no fortalecimento e articulação do Sistema de Proteção Social, assegurando a promoção, a formação de capital humano e o acesso a bens e, especialmente, em ações temporais para grupos de populações pobres e vulneráveis, melhorando os processos de focalização dos programas sociais e ampliando a cobertura do programa "Famílias em Ação" para 1,5 milhão de famílias.

30 Disponível em: http://www.dnp.gov.co/PortalWeb/Portals/0/arquivos/documentos/DDS/politicasocialfebrero.pdf.
31 Construção da Política e Mobilização Nacional. Política pela primeira infância. Colômbia pela Primeira Infância. Página 8.
32 Disponível em: http://www.dnp.gov.co/PortalWeb/Portals/0/archivos/documentos/DDS/politica20social20febreroro.pdf.

Violações de Direitos

98. O país está empenhado em reduzir a taxa de desemprego para 8,8% (atualmente 9,9%) e reduzir o trabalho infantil, especialmente em suas piores formas. Como estratégia enfatiza o desenvolvimento da política de geração de renda que estimule o empreendimento, a competitividade e a capacitação dos indivíduos. Em relação às micro, pequenas e médias empresas, vai trabalhar para criar condições para facilitar o seu acesso aos mercados financeiros e promover entre elas mecanismos de associativismo[33].

99. De um total de 23.447 casos notificados entre 1983 e 2001, a Colômbia tinha identificado 51 crianças de 10 a 14 anos vivendo com HIV/AIDS, 785 entre 15 e 19 anos, 3.434 jovens com idades entre 20 e 24 anos e 4.985 com idades entre 25 e 29 anos[34].

100. O conflito armado no país e a luta entre seus múltiplos atores são causas de vulnerabilidade dos direitos de crianças e jovens. De acordo com dados da Ação Social SIPOD, com corte em 30 de junho de 2009, indicam que está incluído no registro de população excluída, 1.124.198 crianças entre 0 e 17 anos de idade[35].

Costa Rica, Nicarágua, El Salvador e Guatemala

101. Costa Rica conta com uma superfície de 51 mil e 100 km^2, uma população de 4 milhões e 579 pessoas e uma densidade demográfica de 85,00 habitantes por km^2.

102. El Salvador conta com uma superfície de 21 mil e 041 km^2, uma população de 5 milhões, 744 mil e 103 pessoas e uma densidade demográfica de 273,00 habitantes por km^2.

103. Guatemala conta com uma superfície de 187 mil e 889 km^2, uma população de 14 milhões, 700 mil pessoas e uma densidade demográfica de 126,00 habitantes por km^2.

104. Nicarágua conta com uma superfície de 129 mil e 494 km^2, uma população de 5 milhões, 465 mil e 100 pessoas e uma densidade demográfica de 39,00 habitantes por km^2.

33 Rentería, Carolina (Dir.) (2008). Avanços e desafios da Política Social. Bogotá: Departamento Nacional de Planejamento-DNP. Fevereiro. p.9, 10.
34 Disponível em: http://www.dnp.gov.co/PortalWeb/Portals/0/archivos/documentos/DDS/politica20social20febrero.pdf.
35 Disponível em: http://www.codhes.org/index.php?option=com_content&task=view&id=654.

Conjuntura Socioeconômica e Cultural

105. As sociedades da América Central tornaram-se mais violentas, em parte por fatores, como o acentuado aumento do desemprego, a alta concentração de riquezas e exclusão, bem como por ações que seus governos implementaram que geram violência, a militarização, a repressão do protesto social ou a adoção das entidades jurídicas que são contrárias aos direitos humanos. Nesses países entre 2004 e 2007, há registro de 94.515 crianças (de 0 a 17 anos) com algum grau de pobreza[36].

106. Na Costa Rica, Nicarágua e El Salvador 60% da população vive em cidades (na Guatemala 50%) e 7,5% das crianças apresentam baixo peso ao nascer. Apenas 8% da população vivem com instalações de saneamento básico (na Nicarágua, 5%).

107. Em Costa Rica mais de um quarto das crianças menores de 18 anos (368.996) vive na pobreza. Em El Salvador mais da metade dos pobres vive em cidades: 75% dos jovens entre 18 e 24 anos estão em assentamentos urbanos precários (Mapa da Pobreza e da Exclusão Social, 2010). Na Guatemala metade da população (6,7 milhões) são crianças menores de 18 anos de idade, dos quais 41% são consideradas indígenas. Neste país, 66% do total da população vivem em situação de pobreza (na população indígena rural, 72%). Na Nicarágua, 80,5% das famílias contam com crianças, sendo que 48% delas estão em estado de pobreza. A taxa de pobreza para a população de 0 a 14 anos é de 56,4%.

108. Em 2009, a taxa de alfabetização da população com idade igual ou superior a 15 anos nos quatro países foi 82%, destacando a Costa Rica com 95,9%[37].

36 Fonte: Cepal, Pobreza infantil na América Latina e no Caribe, 2010. Nicholas Virzi, Diretor de Economia Empresarial Universidade Rafael Landivar. Relatório sobre Direitos Humanos e Conflitos na América Central 2008-2009, 2010.
37 Fonte: "América Central, com notas baixas". Mauricio Garita, 26 de outubro de 2010. Sexto Relatório sobre a situação das crianças e adolescentes na Costa Rica (2008).

109. Na Costa Rica, em 2007, o acesso ao ensino primário foi de 100% e ao secundário de 60%. Por outro lado, a taxa de expulsão na educação secundária foi de 11,4%. Na Guatemala 96% das crianças estão matriculadas no ensino básico e, em El Salvador, a taxa de escolarização aumentou mais do que o dobro no período de 1998 a 2003, embora persistam desafios como a qualidade da educação, as altas taxas de repetição, a exclusão dos povos indígenas (na Guatemala meninas indígenas têm em média apenas três anos de escolaridade). Na Nicarágua 26,4% de crianças entre 7 e 17 anos têm graves carências da educação, 75,8% delas são pobres[38].

110. Em Guatemala e Nicarágua 15% das crianças são trabalhadoras; e, para cada 1.000 nascimentos, 100 mães são jovens com idade entre 15 e 19 anos. Em Costa Rica e El Salvador, a porcentagem do trabalho infantil é de 5,5%; e a taxa de partos de mães jovens é de 68%. Em 2008, a OIT para América Central estimou que 52% dos jovens (9,9 milhões) entre 15 e 24 anos são economicamente ativos. Eles representam um quarto da força de trabalho total e 62% (4,5 milhões) trabalham no setor informal, enquanto outro quarto destes jovens não estuda ou trabalha (2,3 milhões)[39].

Políticas Públicas

111. [...] em Guatemala e El Salvador o que se destaca nas políticas de atenção à criança são a promulgação e a entrada em vigor das leis de Proteção da Infância e Adolescência, conhecidos como LEPINAS. Nicarágua se destaca com uma ação legislativa mais integral com a promulgação do Código da Infância, como centro da sua política de atenção[40].

38 Fonte: UNICEF, Estado Mundial da Infância, 2011. Panorama, Disponível em: http://www.unicef.org/guatemala/spanish/panorama_18465.htm, "Nicarágua, Bem-estar e Equidade na Infância", 2005. VI-Relatório de Estado dos Direitos da Criança e do Adolescente na Costa Rica (2008). V-Estatuto da Criança e do Adolescente (EDNA), UNICEF e Universidade da Costa Rica em 2006. A atenção e educação da primeira infância na América Central: Desafios e Perspectivas. Ana Patricia Elvir, Celso Luis Asensio, 2006. Estudo regional de balanço sobre a implementação da Convenção sobre os Direitos da Criança na América Latina e no Caribe. Boletim Direitos Humanos, das Nações Unidas. Relatório sobre a Guatemala do relator sobre o direito à educação. Nº 18..

39 Fonte: UNICEF, "Nicarágua, Bem-estar e Equidade na infância", 2005. "Situação mundial da infância", 2011. OIT-sub-região, "Juventude e trabalho decente e as vinculações entre trabalho infantil e emprego juvenil na América Central, Panamá e República ", 2008. Relatório sobre os resultados da Auditoria de Programas Sociais e Serviços do Ministério da Educação, 2009.

40 Fonte: Cantera, Políticas e práticas de atenção à primeira infância na Guatemala, El Salvador e Nicaragua, 2011.

112. Costa Rica conta com uma política nacional para a Infância e Adolescência baseada no enfoque da proteção integral. Compreende quatro níveis: Políticas Sociais Básicas (saúde, educação, cultura e outras); Políticas de Bem-Estar Social (assistência e desenvolvimento humano); Políticas de Proteção Especial e Políticas de Garantias. Conta com Código da Infância e Adolescência (1998)[41].

Violações dos Direitos

113. Violência e insegurança na América Central são configurados em uma situação muito complexa. A região tem uma taxa de homicídios superior a 36 por 100.000 habitantes e altos níveis de violência; sendo a maioria das mortes de crianças e jovens[42].

114. Na Costa Rica, apenas metade das crianças entre 15 e 17 anos de idade que trabalham (18%) podem estudar. Dessas crianças, 45% trabalham mais de 36 horas por semana e 29,8% trabalham entre 48 e mais de 60 horas. Vinte e dois por cento não têm um contrato de trabalho. Setente e seis por cento receberam um salário. Apenas 21% dos jovens indígenas têm acesso ao ensino secundário. As crianças entre 15 e 17 anos das zonas rurais não estudam por falta de interesse (homens: 34,6%, e mulheres: 37,4%). De 1995 a 2006, as taxas de suicídio entre crianças e jovens aumentaram. Os jovens entre 15 e 17 anos de idade vivem situações de violência de uma a três vezes por ano. Os 11,8% das mulheres jovens enfrentam situações de violência todos os dias. "Os cuidados de saúde abrangentes para aquelas pessoas que sofrem de uma situação de exclusão social (pessoas com deficiência, os povos indígenas e migrantes especialmente) continuam a ser uma permanente 'dívida' do país no campo da garantia dos direitos das pessoas menores de idade." Um estudo de 2010 mostrou que 48% dos entrevistados acreditavam que as pessoas afrodescendentes são: "criminosos", "associados da toxicodependência", "violentos", "pouco trabalhadores", "vadios e às vezes malvados", entre outras respostas[43].

41 Fonte: UNICEF, Política Nacional para a infância e a adolescência. Costa Rica, 2009.

42 Fonte: Relatório sobre direitos humanos e os conflitos na América Central 2008-2009

43 Fonte: VI Informe do estado dos direitos das crianças e adolescentes em Costa Rica (2008). UNICEF, Percepções dos Costa-Riquenses sobre a população afrodescendente, 2010.

115. Em 2007, em El Salvador, do total de crianças trabalhadoras (172.588), 50 mil se encontravam inseridas nas piores formas de trabalho infantil. Não se investigou o sumiço de 700 crianças durante o conflito armado (1980-1992). Houve alerta para o aumento da violência: intrafamiliar e sexual contra as crianças e jovens. A cada dia uma criança morre assassinada. Entre 2009 e 2010, por dia, três crianças em média foram violentadas sexualmente. Em 2010, 45% dessas denúncias (938) foram de crianças entre 12 e 18 anos. Persistem problemas como altos níveis de desistência e exclusão escolar, deficiente sistema de saúde e a ausência de uma legislação penal juvenil adequada[44].

116. Em 2001 o Comitê Contra a Tortura das Nações Unidas estimou que mais de 2.000 crianças, de 7 a 9 anos, foram exploradas sexualmente somente na capital da Guatemala e que entre 1.000 e 1.500 bebês e crianças são traficadas por ano no país. Mantiveram-se 400 casos de violações dos direitos de crianças não resolvidos. A Polícia Nacional Civil é uma das principais torturadoras das crianças, especialmente as que vivem na rua. A este respeito, o Comitê de 2006 advertiu de "limpeza social" o assassinato delas e das pessoas que vivem em áreas marginalizadas. Em 2008, 1.719 crianças migrantes foram devolvidas pelo governo do México. Entre 2008 e 2009, 88% dos crimes cometidos contra menores de 17 anos, 53.764 ficaram impunes. Como resultado da emigração dos pais, em 2010, relataram-se 640 meninas chefes de família entre 10 e 14 anos. A desnutrição crônica afeta oito de cada 10 crianças indígenas, mais que o dobro, o que afeta o resto das crianças do país (43,4%). Crianças indígenas entre 13 e 17 anos são as que estudam menos (3,5 anos)[45].

44 Fonte: Direitos das crianças e adolescentes em El Salvador. Um relatório alternativo, Novembro de 2009. Polícia Nacional Civil: A Imprensa Gráfica, Três casos diários de abuso sexual a crianças. Ormusa, Indicadores de violência sexual, 2010. Pesquisa Nacional de Saúde Familiar, 2008. Pddh, Informe sobre A Convenção dos Direitos da criança: El Salvador, 2009.-------, Contribuição ao EPU: El Salvador, 2009.

45 Fonte: OMCT, Informe sobre a implementação da Convenção sobre os Direitos da Criança na Guatemala , 2001. Comunicado: Guatemala. A OMCT condena novamente a limpeza social em áreas marginalizadas. Disponível em: http://www.omct.org/es/rights-of-the-child/urgent-interventions/guatemala/2006/07/d3589/Unicef, Caminho ao norte, 2009. UNICEF, Panorama. Disponível em: http://www.unicef.org/guatemala/spanish/panorama_18465.htm. Pesquisa sobre Remessas. Proteção da infância e Adolescência na Guatemala, 2010. Criança guatemalteca. Cifras.

117. Na Nicarágua, 25% e 23,4% dos estudantes, atendidos pela política alimentar de ensino pré-escolar e primária, respectivamente, sofrem de anemia. E o mais alto nível de anemia ocorre em crianças de cinco anos (35%). Mais de 40% da população não têm acesso a medicamentos e apenas 77% das crianças têm o esquema de vacinação completa. Cinquenta e nove por cento das crianças vivem em moradia inadequada, dos quais cerca de 75% são pobres. "Entre 2005 e 2007, jornais informaram sobre 1.247 meninas que tinham sido estupradas ou vítimas de incesto. Destas, 16% (198) ficaram grávidas. A grande maioria das meninas grávidas em consequência de uma violação (172 das 198) tinha entre 10 e 14 anos". Em 2008, uma em cada três mulheres sofreram violência física ou sexual em suas vidas. Sessenta e seis por cento de todas as vítimas de violência durante o ano eram meninas com idade entre 0 e 17 anos. E 77% de casos de violência denunciados tinham como vítimas meninas menores de 17 anos (295.379)[46].

Cuba

118. Cuba tem uma área de 110 mil, 860 km^2, uma população de 11 milhões, 242 mil e 621 pessoas e uma densidade populacional de 102,30 pessoas por km^2.

Conjuntura Econômica e Cultural

119. Em 2008, havia em Cuba 2.506.000[47] pessoas menores de 18 anos de idade. Nos últimos anos, Cuba obteve resultados positivos nos indicadores relacionados à proteção das crianças, sendo o país latino-americano com melhor qualidade de vida para as crianças.

120. O acesso à educação em Cuba é gratuito e obrigatório até a idade de 15 anos, e uma vez concluídos os estudos no ensino médio, as crianças têm uma chance real de prosseguimento dos estudos na universidade.

46 Fonte: UNICEF, Nicaraguá. Bem-estar e Equidade na Infância. Ceplaes, Mapeamento das Delegacias da mulher e da infância na Nicarágua, 2008. AI, Informação sobre Nicarágua ao Comitê dos Direitos da Criança das Nações Unidas. 2010.

47 Fonte: UNICEF, Estado Municipal da Infância, 2008.

121. Em outubro de 2009, a Organização Mundial da Saúde (OMS) disse que sua visita à ilha foi de grande importância *"para ver e aprender sobre os esforços dos excelentes sistemas de saúde cubana, o trabalho desenvolvido na assistência primária e comunitária, igualdade e acesso de todos aos cuidados da saúde"*. Cuba terminou o ano com uma taxa de mortalidade de 4,8 por mil nascidos vivos, sem dúvida, melhorou a alimentação infantil e das grávidas, resultando em um declínio da mortalidade infantil.

Políticas Públicas

122. No campo da educação, melhora o processo de ensino com o programa de redução do número de crianças por sala de aula, para alcançar uma diferenciação na aprendizagem, ampliando as taxas e os procedimentos para formas de acesso ao ensino superior e ao ensino informatizado. Melhora a educação em escolas especiais, que também são beneficiadas por esses programas e as ações de agências, como a UNICEF. Fortalece o Programa Nacional "Eduque seu filho", que é uma inovação no ensino integrado nas primeiras idades de zero a cinco anos, alcançando o reconhecimento de seus sucessos como uma alternativa de educação não formal.

123. Descentralizou os serviços da saúde, cuidados na comunidade, reforço e consolidação dos programas, tais como "Casas de Maternidade" por meio da institucionalização de iniciativas. As crianças cubanas têm garantida a cobertura da saúde na implementação de 10 tipos de vacinas que protegem contra 13 doenças contagiosas. A atenção à nutrição de crianças e jovens são reforçados por meio da rede de restaurantes escolares, assegurando a cobertura total de almoços para os estudantes.

124. Cuba tem se caracterizado como um país que dá prioridade à política social com um sentido de equidade territorial, gênero e idade. O modelo de desenvolvimento social cubano não se concentra apenas na receita para fazer o melhor: oferecer gratuitamente uma série de serviços vitais e de subsídios, como a cesta básica de alimentos, também é forma de desenvolver a qualidade de vida. O governo implementou um programa de desenvolvimento da agricultura urbana, construção de reservatórios de água para mitigação da seca, o reforço de alimentos para crianças e gestantes com baixo peso, suplementos alimentares para estudantes e atividades de cooperação internacional para o desenvolvimento e, assim, tem melhorado a situação alimentar da população.

Violações de Direitos

125. A Lei sobre a Proteção do Trabalho e Saúde afirma que, em nenhuma circunstância, uma criança menor de 15 anos de idade pode trabalhar. Se houver necessidade financeira, será encaminhada pelo atual sistema de assistência social no país.

126. É importante concluir que as crianças e jovens não vivem em situações dramáticas em Cuba. O país atua no sentido de gerar condições para educação formal e suas crianças não estão expostas a drogas, prostituição e violência, como visto em outras sociedades. Embora se saiba que no país existe o abuso de crianças nas famílias, situações assim devem ser estudadas, mas as leis são severas com os que cometem tais crimes.

Equador

127. O Equador tem uma área de 283 mil, 561 km^2, uma população de 14 milhões, 306 mil e 876 pessoas e uma densidade populacional de 55,80 habitantes por km^2.

Conjuntura Econômica e Cultural

128. A economia do Equador é a oitava maior da América Latina e experimentou um crescimento médio de 4,6% entre 2000 e 2006. O PIB ***per capita*** duplicou entre 1999 e 2007, atingindo 65.490 milhões de dólares de acordo com o BCE.

129. Estima-se que cerca de 9 milhões de equatorianos têm uma ocupação econômica e cerca de 1,01 milhão de habitantes é inativo.

130. Aproximadamente 75% da população reside em centros urbanos, enquanto o restante reside nas zonas rurais[48]. Com relação à população de crianças e jovem, as estatísticas são as seguintes[49]: na faixa etária de um a nove anos, representam 2.865.681 pessoas; de 10 a14 anos, são 1.440.171 crianças; e, de 15 a 24 anos, somam 2.675.182 jovens.

48 Equador. Consultado em 8 de maio de 2011. Disponível em: http://es.wikipedia.org/wiki/Ecuador.
49 Jovens na população equatoriana. Portal da juventude para a América Latina e o Caribe. Consultado em 8 de maio de 2011. Disponível em: http://www.joveneslac.org/portal/000/publicaciones/pais_mes/2006/may/0420juventud20en20la20poblacion.htm.

131. A nova Lei da Educação pretende proporcionar solidariedade, o coletivo, o respeito à diversidade e outras formas de saberes; ao mesmo tempo que se propõe enfrentar a crise de infraestrutura, a baixa remuneração de professores, a falta de investimentos, a falta de qualidade, o alto índice de evasão, repetência e a falta de acesso[50].

132. Equador é um dos países da região com maiores desigualdades em matéria de saúde. A cobertura da seguridade social é relativamente baixa (IESS 10% e Seguro Campesino 10%) e a rede assistencial pública é muito limitada, com cobertura de aproximadamente 30% da população, sendo a mais afetada a população pobre, que vive em áreas rurais, indígenas em sua maioria.

133. Estima-se que, no Equador, mais de 70% dos menores de18 anos de idade são pobres; o índice de analfabetismo é de 9,4%; mais de meio milhão de crianças e jovens não têm acesso ao sistema escolar; a desnutrição afeta 48% da população nacional e 64% da população dos cantões de alta concentração indígena.

134. Há uma escassez de 1.400.000 unidades habitacionais, e a cada ano esse déficit aumenta em 200.000 unidades a mais; 59,4% das habitações não têm água potável; 60,5% não têm nenhuma rede de esgotos; 22,3% não têm eletricidade; 55% das habitações sofrem com a superlotação; a crise também afetou os setores de classe média[51].

135. A população indígena é significativa, não só em termos quantitativos, mas pela grande presença social e política que conseguiu ter. A maioria está localizada na Serra. A população negra é distribuída em todo o país, embora em um pequeno número. A população mestiça hoje adquiriu um papel fundamental na constituição da burocracia profissional que mantém o Estado e será a base fundamental dos partidos políticos modernos, mas representa também grande parte da população equatoriana empobrecida. Em geral, representa mais de 75% da população[52].

136. No que se refere ao emprego, a situação é crítica devido ao lento crescimento da oferta de empregos, porque a política neoliberal terminou com o emprego estável e passou para o sistema de flexibilização e precarização da força de trabalho.

50 Lei Orgânica de Educação Intercultural. Quito, 31 de março de 2011.
51 Vásquez, Lola y Saltos, Napoleón. "Equador, a sua realidade". Fundação José Peralta. Edição 2008-2009. Setembro 2008, p.319..
52 Ib., p. 171-180.

Políticas Públicas

137. O estado equatoriano fez enormes esforços de forma abrangente para a promoção dos direitos das crianças – NNA. No ordenamento jurídico interno, a Constituição incorpora regras que visibilizam as crianças como cidadãos sujeitos de direitos. Para dar efeito à implementação dos direitos de crianças e adolescentes, foram harmonizados preceitos jurídicas em conformidade com o Código da Infância e Adolescência.

138. O Estado tem investido em programas de atenção integral a crianças, tais como: o Plano de Erradicação Progressiva do Trabalho Infantil; a Política Nacional de Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos; o Plano Decenal de Educação; Plano Nacional de Erradicação dos Delitos Sexuais no Sistema Educativo; o Plano Nacional de Luta Contra o Tráfico de Pessoas, o tráfico de migrantes, exploração sexual, trabalhista e outros modos de exploração e prostituição de mulheres, crianças e jovens, pornografia infantil e corrupção de menores (2006); Plano Estratégico Multissetorial em Resposta Nacional ao HIV/AIDS 2007-2015; o Plano Nacional de Redução da Mortalidade Neonatal e o Plano Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência (2007). Por outro lado, o Programa de Resgate da Criança (ORI), em 2007, registrou uma cobertura de 49.233 crianças atendidas em 1.465 Centros Comunitários de Desenvolvimento Infantil habilitados em nível nacional.

139. A sociedade civil por meio do Observatório da Infância e Adolescência tem desenvolvido índices que permitem medir o cumprimento dos direitos da criança.

Violações de Direitos

140. De acordo com uma pesquisa realizada em nível nacional pela *Defensa de Niños Internacional,* dos 808.000 trabalhadores infantis do país, 14% trabalham nas ruas, 43% são engraxates, 6% vendem jornal, 9% trabalham com negócios, 3% trabalham em oficinas, outros 3% trabalham em mecânicas e 5% trabalham no serviço doméstico. Duas de cada três crianças são trabalhadoras do setor rural, na sua maioria trabalham na agricultura, no regime familiar sem remuneração.

141. Os problemas que afetam as crianças são a criminalidade, o abuso sexual, o tráfico de drogas, maus-tratos e a prostituição. Das crianças menores de 10 anos que trabalham em áreas urbanas, 70% frequentam a escola, das com idade de 14 anos que trabalham a frequência escolar é ainda menor, ou seja, de 40%.

142. Outra situação que afeta as crianças é o problema da migração, mais de metade dos migrantes na última década (52%) deixava seus filhos no país.

México

143. O México tem uma área de 1 milhão, 972 mil e 550 km², uma população de 102 milhões, 322 mil e 756 habitantes e uma densidade populacional de 56,00 habitantes por km².

Conjuntura Socioeconômica e Cultural

144. A situação econômica corresponde ao impacto de crise internacional de 2008, que começou nos Estados Unidos e se espalhou para outras nações. A forte dependência do México com este país é um fator relevante. As percentagens mostram que, em comparação, por ano, em maio[53], a balança comercial registrou um déficit de 60,24%, enquanto o PIB cresceu 4,3%, e a atividade econômica global atingiu 7,24%. Por outro lado, o PIB ***per capita*** caiu de 20,2% ao final de 2008, representando um retrocesso de quatro anos. Em síntese, um grupo de 10 concentra mais de um terço de todos os ingressos gerados nesse ano. Todavia, ele tenta compensar a má distribuição de transferências, que conseguiu reduzir esse desequilíbrio em 0,016%. Os resultados demonstram a persistência e agravamento de desigualdade da distribuição de renda[54].

145. A população infantil total é estimada em 30 milhões, 489 mil e 619 pessoas. Estima-se que pouco mais da metade das pessoas no México é menor de 29 anos, 55,6% ao todo, sendo cerca de 28% de meninos e 27% de jovens (Instituto Nacional de Geografia e Estatística, do INEGI, 2009).[55]

53 INEGI (2010), Economia Quadro Resumo oportuno ao dia 30 de junho de 2010.
54 Composição de ingresso per capita total atual na Pesquisa de Orçamento Familiar ENIGH 2008. Disponível em: http://www.inegi.org.mx/inegi/default.aspx?s=est&c=16787&e=&i=.
55 INEGI, 2009.

146. O aumento da mortalidade por causas externas é derivado de violência, de homicídios, de suicídios e de acidentes. Para cada 1.000 crianças menores de cinco anos, seis meninos e cinco meninas morreram de desnutrição. Acidentes, doenças infecciosas e parasitárias são as duas principais causas de morte das crianças (27,3% e 16,5%) e meninas (21% e 15,5%) de um a quatro anos[56].

147. A Organização das Nações Unidas (ONU) apontou o México como "o segundo país mais desigual na América Latina, sendo que, um décimo da população mais rica recebe 42,2% da renda, comparado a 1,3% do mesmo percentual dos mais pobres". Algumas estimativas indicam que 18,2% da população sobrevivem em situação de extrema pobreza e outros 24,7% têm algum nível de pobreza. Uma vez que quase um terço da população é jovem, a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) estima que um em cada três jovens é pobres. Por sua vez, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) prevê que em 2010 serão seis milhões de novos pobres[57].

148. No México, considera-se que as pessoas com mais de 14 anos são elegíveis para o trabalho. O Ministério de Saúde (MS) estima que a população em idade ativa (de 15 a 64 anos) em 2010 ascende a 71,5 milhões de pessoas, ou seja, 66% de população total. Em maio de 2010, 59,4% das pessoas em idade de trabalho eram economicamente ativas. Mais da metade da população ocupada (62,2%) trabalha como comerciante ou oferece qualquer serviço[58].

Políticas Públicas

149. O cuidado da saúde, no que diz respeito à esfera pública, tem suas falhas. São programas incluídos no Sistema Nacional de Saúde: 1) Sistema da Qualidade; 2) Comunidades Saudáveis; 3) as Caravanas da Saúde; 4) Seguro de Saúde Para Uma Nova Geração; 5) Financiamento Equitativo para Atendimento Médico; Programas de Assistência às Famílias e Populações Vulneráveis; 6) Programas de Auxílio às Pessoas com Deficiência; e 7) Programa de Proteção e Desenvolvimento Integral da Infância.

56 CONAPO, as principais causas de mortalidade no México 1980-2007, 2010.
57 Fonte: The Sentinel, boletim bimestral, Centro de Direitos Humanos Fray Francisco de Vitoria, Núm. 13 – Março de 2010 Disponível em:. http://www.derechoshumanos.org.mx/centinela/marzo-10.php?x=2 # _edn3.
58 Elaboração própria com base no INEGI, a Figura 1 População empregada segundo a sua posição em maio de 2010, indicadores de ocupação e emprego em tempo oportuno: Dados preliminares para maio de 2010.

150. A política do governo na educação está inserida – como o resto dos programas do setor – no âmbito do PDN 2007-2012, que aposta na "construção de um país com igualdade de oportunidades e desenvolvimento humano sustentável". Em suma, o programa tem os seguintes objetivos: 1) Melhorar a qualidade de educação; 2) Expandir as oportunidades educacionais; 3) Promover o desenvolvimento e a utilização das tecnologias de informação e comunicação; 4) Proporcionar uma formação integral; 5) Qualificação dos serviços educacionais; 6) Incentivar a gestão da escola e responsabilidade institucional. O foco central da política de educação é a Aliança para a Educação de Qualidade (ECA), implementado em 2008. A estratégia federal "Para Viver Melhor" herdada dos seis anos de tentativas do governo anterior de combate à pobreza através da geração de "igualdade de oportunidades educativas", mediante a concessão de bolsas para a população em idade escolar, a fim de ajudar na compra de material escolar.

151. O programa "Oportunidades" foi a principal estratégia empreendida pelo governo federal para combater determinados tópicos da pobreza. É importante mencionar que o governo comprometeu-se a criar comissões de acompanhamento e monitoramento de implementação da Convenção sobre os Direitos da Criança nos estados.

152. O Banco do México (BM) afirmou que, no país, desde 2006, estão sendo gerados menos da metade dos empregos necessários para atender à população em idade ativa. Alguns programas importantes são: Serviço Nacional de Emprego, Programa de Preservação do Emprego e o Programa de Trabalho Temporário. O programa "Primeiro Emprego" visa gerar trabalho bem remunerado e permanente para ocupar os jovens recém-ingressados no nível superior de educação. O Programa Creches foi criado para apoiar as mães trabalhadoras.

Violações de Direitos

153. O México é o segundo país, na América Latina, que tem recebido mais ajuda para combater o tráfico de drogas. A ação em nível federal para combater o crime organizado, tem o apoio político e financiamento dos EUA.

154. Estima-se que das 29.200.000 crianças de 5 a 17 anos, 3,64 milhões são trabalhadoras. Dessas, 31 de 100 (69%) têm menos de 14 anos, um número estimado de 1.110.000 crianças trabalhando ilegalmente.

155. Não existem estatísticas oficiais sobre a violência, exploração e abuso sexual contra crianças e jovens. As estimativas são baseadas em casos informados pela imprensa que registrou de 1998-2000 entre 16.000 e 20.000 crianças menores de 18 anos, vítimas de exploração sexual comercial. O México é considerado o segundo maior país do mundo, com produção de pornografia infantil e onde se oferecem serviços sexuais para estrangeiros. Existem comitês interinstitucionais para implementar ações e programas de combate à exploração sexual comercial, que operam em nível estatal.

156. Pesquisa Nacional da Toxicodependência 2008 (ENA 2008) mostra que aumentou o uso de drogas em geral, a maconha continua sendo a droga mais usada, mas dobrou o consumo de cocaína e metanfetamina, o uso de crack e de heroína continua a ser inferior.

157. Em 2004, um total de 45.593 crianças foram colocadas à disposição de instituições estatais de justiça. No México, há uma discussão sobre a redução da idade de responsabilidade criminal.

Peru

158. O Peru tem uma área de 1 milhão, 285 mil e 215 km², uma população de 29 milhões, 885 mil e 340 pessoas e uma densidade populacional de 21,96 habitantes por km².

Conjuntura Socioeconômica e Cultural

159. O PIB variou nos últimos anos, em 2008 (9,8), 2009 (2,2) e 2010 (5,0)[59].

160. Em 2009, a pobreza, medida pelo método monetário, afetou 34% do total da população, desses 11,5% são extremamente pobres. Ao analisar a incidência da pobreza por área de residência, há um nítido contraste entre os residentes em áreas urbanas e rurais[60].

161. De acordo com o Censo Nacional da População e Habitação 2007, a população de crianças e jovens correspondia a 27.412.157 pessoas sendo 500 mil menores de um ano, 7.856.681 entre 1 e 14 anos e 7 milhões 554.204 de 15 a 29 anos[61].

59 http://www.mef.gob.pe/ESPEC/MMM2010_2012/MMM_2010_2012_Rev.pdf
60 http://www1.inei.gob.pe/biblioineipub/bancopub/Est/Lib0906/cap03.pdf
61 Censo Nacional de População e Habitação de 2007. http://desa.inei.gob.pe/censos2007/tabulados/

162. Um total de 8.169.236 pessoas de 3 a 24 anos frequentam um estabelecimento de ensino. Desse total, 861.213 representando 10,5% têm entre 3 a 5 anos e 3.143.247, ou seja, 38,5% entre 6 a 11 anos de idade, 2.572.208 pessoas, representando 31,5% entre 12 e 16 anos e 1.592.568, ou seja, 19,5% estão entre 17 e 24 anos[62].

163. No país, 42,3% da população tem algum tipo de seguro de saúde, ou seja, 11.598.698 pessoas, no entanto 57,7% da população ainda estão desprotegidas. Por área de residência, 8.748.433 pessoas residentes em áreas urbanas têm seguro de saúde. Nas áreas rurais do país, 2.850.265 pessoas tem algum tipo de seguro para saúde.

164. O Peru é um país multicultural e multiétnico, como previsto pelo próprio Estado e todas as organizações internacionais. Neste país não existe uma maioria étnica, o que existe é uma minoria de etnias: mestiços 44%, ameríndios 31%, brancos 15%, mulatos 7%, negros 2% e, finalmente, 0,4% do leste asiático[63].

165. A População em Idade Ativa (PET) de 14 anos e mais velhos é de 19.646.652 pessoas. Na área urbana atinge 15.379.882 e, em área rural, 4.266.770 pessoas. De todas as pessoas que fazem parte da PEA, 10.163.614 pessoas estão empregadas e 474.266 se encontram desempregadas.

166. A insegurança é uma das questões centrais no Peru. As pesquisas mostram a necessidade de a segurança pública tornar-se uma política de Estado, a necessidade de aumento da presença policial e melhorar seus equipamentos, profissionalizar a divisão antiterrorismo e sequestros e criar um fundo de defesa para melhorar as Forças Armadas. O sistema judicial é caracterizado pela falta de recursos em um país que tem uma das taxas mais baixas de juízes na América do Sul, com seis por 100 mil habitantes.

Políticas Públicas

167. Os programas existentes em saúde pública no Peru, durante o ano de 2006, compreenderam os seguintes subsistemas: público, 27,8%: Seguro Integral de Saúde, Ministério de Saúde; seguridade social, 28,1% (Saúde, 25,1%; Entidades Prestadoras de Serviços de Saúde [EPS], Forças Armadas e Polícia, 3%); privado, 10,0% (seguros privados, 2%; pagamento direto de serviços e medicina tradicional, 8%); sem cobertura, 42,1%: sem cobertura de seguro social ou seguro de saúde privado.

62 Censo Nacional de População e Habitação de 2007. http://desa.inei.gob.pe/censos2007/tabulados/
63 Disponível em: http://www.vn.org.pe/forum/forum_posts.asp?TID=29.

168. As linhas de inversão social e as instituições executoras do Ministério da Presidência que atenderam estas inversões buscam alcançar a inclusão social dos lugares mais pobres ampliando as possibilidades de exercício dos direitos básicos em educação, saúde e nutrição, assim como o acesso à identidade de seus membros, com ênfase na mulher gestante e crianças menores de 14 anos de idade[64].

169. Os programas que se destacam são: água e deságue por FONCODES (Fundo de Cooperação para o Desenvolvimento Social) e SEDAPAL (Serviço de Água Potável e Saneamento de Lima); aulas e colégios por INFES (Instituto de Formação e Capacitação em Seguridade) e FONCODES; postos e centros de saúde por INFES e FONCODES; infraestruturas por INADE (Instituto Nacional de Desenvolvimento) e FONCODES; eletrificação por INADE e FONCODES; habitações por ENACE (Empresa Nacional de Edificações) e BANMAT (Banco de Materiais); o Programa de Habitações "Mi Vivienda", lugares beneficiados com programas de crédito para habitação segundo âmbito geográfico 1995[65]; o Programa de Restaurantes Populares tem como objetivo contribuir no acesso alimentar da população pobre e, em extrema pobreza, mediante a entrega de rações complementares para as famílias organizadas em nível nacional[66]; o Programa do Vaso de Leite (PVL), assistência alimentar à população mais vulnerável[67].

Violações de Direitos

170. Das crianças entre seis e 17 anos, 28,6% trabalham (53,9% homens e 46,1% mulheres), 90% estão no setor informal, trabalhando mais de 45 horas por semana e recebem o mesmo ou menos do que o mínimo salarial[68].

64 Fonte: http://www.inei.gob.pe/biblioineipub/bancopub/Est/Lib0487/Libro.pdf
65 Disponível em: http://www.inei.gob.pe/biblioineipub/bancopub/Est/Lib0083/CAPVI61.htm; http://www.inei.gob.pe/biblioineipub/bancopub/Est/Lib0083/N00.htm. Programas dirigidos a la reducción de la pobreza y la desnutrición. Programa Juntos (programa nacional de apoyo directo a los más pobres 2006).
66 Disponível em: http://www.pronaa.gob.pe.
67 Disponível em: http://peru.nutrinet.org/politicas-publicas/programas-sociales.
68 Disponível em: http://www.monografias.com/trabajos74/explotacion-infantil-abuso-ninez-peru/explotacion-infantil-abuso-ninez-peru.shtml;http://white.oit.org.pe/ipec/boletin/documentos/el_riesgo_ninos_minas.pdf; http://www.mailxmail.com/curso-trabajo-infantil-familia/consecuencias-trabajo-infantil; www.mintra.gob.pe/contenidos/.../expo_min_10_06_05.ppt

Venezuela

171. A Venezuela tem uma área de 916 mil e 445 km², uma população de 30 milhões, 102 mil e 372 pessoas e uma densidade populacional de 32,35 habitantes por km².

Conjuntura Socioeconômica e Cultural

172. Segundo dados de Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), cerca de 40% da população estão abaixo dos 17 anos de idade, com uma representação significativa afrodescendente e 2,2% pertencem a povos indígenas[69].

173. Apesar de que as crianças que vivem nas ruas são as mais afetadas, vale ressaltar que mais de sete milhões de crianças menores de 18 anos vivem em situação de pobreza, e quase quatro milhões de pessoas vivem na extrema pobreza, o que se soma, de acordo com informações do Instituto Nacional (INAM), a 305 mil crianças que trabalham na economia formal, mais de um milhão na economia informal e 206 mil em atividades marginais, que vão desde o roubo à exploração sexual.

174. A educação é gratuita e obrigatória entre os 6 e os 15 anos de idade. O Estado garante também a escola de ensino público gratuito médio e universitário. A alfabetização tem sido crescente, a taxa de alfabetização entre a população acima de 10 anos aumentou de 51,2% em 1950 para 91,1% em 1995[70].

175. A saúde é um direito social fundamental e obrigação do Estado, que deve garanti-lo como parte do direito à vida. O Estado deve promover e desenvolver políticas destinadas a melhorar a qualidade de vida, o bem comum e o acesso aos serviços.

Políticas Públicas

176. A Venezuela tem projetos educacionais que procuram dar continuidade ao processo de construção de salas de aula para incluir a população sem escolaridade, dando prioridade ao nível pré-escolar e segunda fase do ensino secundário, desenvolver um plano nacional de formação para professores com ênfase na educação em direitos humanos, reativar o Sistema Nacional de Medição e Avaliação da Aprendizagem (SINE), bem como desenvolver e tornar públicos os resultados de avaliações de qualidade dos resultados de aprendizagem.

69 PNUD. (2010). Regional Relatório de Desenvolvimento Humano para a América Latina e Caribe 2010. New York: PNUD. P. 202.
70 Ib.

177. Em termos de assistência social, há um esforço para assegurar a grande participação dos interessados na aprovação final das leis que regem os sistemas da saúde e benefícios de pensões e serviços e promover a implementação e funcionamento das instituições do Sistema de Assistência Social.

Violações de Direitos

178. Segundo o censo do Centro de Vida à Infância Caracas, no ano de 2006, pelo menos 300 crianças estavam dormindo nas ruas da capital. Até 2007, o registro mostra que esse número caiu para 120, no entanto, estudos também mostram que o número de crianças que usam drogas e a presença de meninas aumentaram em comparação com outros anos.

Visão Geral do Cenário dos Países das Américas

179. O agravamento da desigualdade social na sociedade, nos países das Américas, apresenta um desafio que está se tornando mais complexo. É uma das ramificações mais graves, o fato de que a desigualdade social expressada pela concorrência da pobreza e exclusão social, correndo o risco de ser interpretado como imutável. As pessoas, em geral, irão conviver com a realidade como se algo estivesse já determinado, perdendo a perspectiva da transformação.

180. A contribuição de um documento dessa natureza, de autoria das Unidades Administrativas das Américas, baseia-se no possível esclarecimento de questões que podem levar a queixas, alertando para as consequências graves de uma estrutura baseada na desigualdade. O mesmo documento informa-nos sobre os programas e projetos sociais de cunho educacional.

181. Como um campo das ciências humanas, a educação trata diretamente com pessoas e, particularmente, os programas desenvolvidos pela Solidariedade Marista são dedicados a seres humanos marcados pela exclusão social ou, nas palavras de Paulo Freire[71], os seres humanos

71 Paulo Freire é educador e um filósofo brasileiro. Destacou-se por seu trabalho na área da educação popular, voltada tanto para a escolarização como para a formação da consciência. Criou um método de alfabetização dialético e sempre defendeu o diálogo com as pessoas simples, não só como método, mas como modo de ser realmente democrático. É considerado o influenciador do movimento chamado "pedagogia crítica".

que vivenciam o processo de sua "humanidade roubada", "seres humanos proibidos de ser". A educação deve ter a mesma percepção dos oprimidos "tentar superar as condições que os proíbem de ser, perceber e opor-se às situações e condições nas quais se desenvolvem e que tornam a sua existência deformada e desumanizada"[72].

182. De fato, é no interior das contradições vividas na condição de crianças socialmente excluídas, que jovens e adultos de camadas sociais menos favorecidas construirão estratégias para superar qualquer legado histórico que insiste em ampliar sua presença em detrimento da transformação.

183. Ao nos debruçarmos na compreensão do contexto em que nossas práticas educativas ocorrem, há uma distinção importante a ser feita entre condicionamento e determinação, sendo essa questão um legado de debate popular desenvolvido entre os educadores, ou seja, uma distinção que se revela na seguinte afirmação de Freire (2000, p. 57): "[Sou] condicionado pelas estruturas econômicas, mas eu não sou determinado por elas"[73]. Freire complementa esse raciocínio para manifestar a sua preocupação em que não deve ser interpretado como um inconsequente voluntário, defendendo a sua posição sobre o antifatalista, a possibilidade de intervenção no mundo: "Recusar a determinação não significa recusar-se a condicionalidades".[74]

184. As sínteses elaboradas por membros do Grupo de Redação do Capítulo "Cenários da Infância e Juventude das Américas", do Documento Interamericano de Solidariedade Marista, se referem sobre a realidade social de 15 países americanos. Sua leitura e análise reforçam nossa crença de que, mais do que nunca, é urgente alimentar nossas esperanças e cultivar nossas utopias, uma vez que a realidade revelada pelo Cenário das Américas é muito preocupante.

185. Vamos à visão geral do Cenário dos países das Américas, com base na apresentação de um resumo de cada país em relação aos três eixos estruturais do Capítulo 1: Eixo 1 – Cenário socioeconômico e cultural das Américas; Eixo 2 – Cenário das políticas públicas dos países das Américas; Eixo 3 – Cenário da violação dos direitos das crianças e jovens nos países das Américas.

72 Miguel Arroyo é doutor PHD em educação na Espanha. Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais. Autor de vários livros. Ex-Secretário de Educação do Município de Belo Horizonte. Atua na perspectiva de pensamento do educador Paulo Freire.
73 FREIRE, P. (2000), p. 57.
74 FREIRE, P. (2000), p. 59.

Eixo 1 – Cenário socioeconômico e cultural das Américas

186. As crianças e os jovens que vivem em regiões consideradas bolsões de pobreza estão em situação de maior vulnerabilidade. O que difere entre os países é o grau de gravidade, variando de uma realidade de extrema pobreza, à miséria e à exclusão. O fato é que todas trazem a marca de uma vulnerabilidade social. É uma população ainda desprotegida dos seus direitos.

187. A educação é obrigatória em todos os países, mas a gratuidade é variável. Há países em que apenas o nível de ensino elementar, fundamental, é assegurado por fundos públicos. E outros afirmam que a educação gratuita é até o nível superior. Ainda permanecem altos índices de repetição, evasão, abandono, e falta de acesso à escola, resultando em taxas elevadas de analfabetismo.

188. A área da saúde é também preocupante. Apesar de a maioria dos países contar com um Sistema de Saúde, esse ainda não atende às demandas existentes, já que mantém elevados índices de mortalidade infantil, de desnutrição crônica e carência de equipamentos sanitários e água potável. A gravidez precoce também é um fenômeno muito frequente na maioria dos países.

189. A diversidade cultural é marcada por uma forte presença indígena, com sua diversidade linguística e cultural que expressa visões diferentes. Uma vez que não têm a demarcação de seus territórios, muitos deles migram para as cidades em busca de melhores condições de vida. Esse objetivo, na maioria dos casos não foi alcançado, resultando na ocupação das regiões periféricas ou das ruas dos centros urbanos.

190. O trabalho é marcado pela precariedade, desemprego, subemprego, trabalho ocasional e pela instabilidade do setor informal da economia.

Eixo 2 – Cenário das políticas públicas dos países das Américas

191. Saúde – Temos observado a existência de Sistemas de Saúde Pública na maioria dos países que procuram desenvolver políticas destinadas a melhorar a qualidade de vida. Vários planos de saúde são anunciados com o objetivo de atender à população carente, revelando a consciência da existência de graves problemas como a desnutrição, gravidez na adolescência e mortalidade infantil associada à falta de condições sanitárias. No entanto, os serviços existentes em muitos países em desenvolvimento não fornecem os cuidados necessários.

192. Educação – Planos Nacionais de Educação estão presentes com o anúncio da defesa da igualdade de oportunidades, por meio da extensão de vagas; infraestruturas, melhoria da qualidade da educação, promoção de uma gestão colegiada, incentivos à formação de professores, etc. Apesar dos anúncios e promessas, as taxas de analfabetismo continuam a ser elevadas (especialmente em áreas rurais), bem como a evasão escolar, o baixo desempenho escolar e a precária preparação dos professores.

193. Assistência Social – Sistemas de Proteção Social dirigidos às famílias desabrigadas que procuram o atendimento de crianças, jovens e idosos na maioria dos países, sendo considerados, até mesmo pela Constituição Federal, como política de Estado em alguns. Assim como, na área de Saúde (redução da mortalidade infantil) e na Educação (redução do analfabetismo), alguns indicadores apontam redução da pobreza. No entanto, pela gravidade e complexidade dos problemas, planos e programas não atingem a meta de redução da desigualdade social.

Eixo 3 – Cenário da violação dos direitos das crianças, adolescentes e jovens

194. Exploração da mão de obra infantil/escravo – Apesar do acompanhamento e das denúncias do trabalho infantil pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), este ainda está presente em muitos desses países. Há alguns em que o trabalho ocorre com a idade de seis anos, principalmente no setor informal da economia. Associada ao trabalho, há exploração sexual de crianças e jovens, que, por sua vez, agrava o problema da gravidez na adolescência. Fenômeno presente em quase todos os países e, o que é pior, está associado ao tráfico de bebês e crianças de famílias extremamente pobres. A falta de registro de identidade é outro problema destacado.

195. Violência, exploração e abuso sexual – Além da violência sexual, por meio do abuso e da exploração, de pessoas que atuam em redes nacionais e internacionais, ainda existe, na maioria dos países, a violência física, violência doméstica, negligência, violência psicológica e os sequestros. O que varia é o grau de incidência.

196. Abandono e situação de rua – Em muitos desses lugares, o abandono das crianças é alarmante. A gravidade deste fenômeno é expressa na ausência dos registros de identidade. O abandono é tão grande que as crianças e jovens tornam-se seres invisíveis. A maioria dos pais está desempregada, sem abrigo, excluídos do mercado de trabalho e, muitas vezes, ligados ao mundo da droga. Há também a realidade das crianças que vivem com os pais na prisão.

197. Tráfico e uso de drogas – Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o consumo de álcool tem aumentado nos últimos anos e acontece cada vez mais cedo. Além do álcool, segundo a OMS, o consumo das drogas também se agravou, tornando-se uma ameaça crescente.

198. Conflito com a lei – A complexidade do contexto atual que enfrentam as crianças e jovens se confirma com o alarmante número destes, com idade entre 10 e 17 anos, envolvidos com assassinatos, assaltos, roubo, posse ilegal de armas e tráfico de drogas.

199. Ao finalizar nossa reflexão valemo-nos de uma visão geral dos cenários dos países das Américas, citamos Jurandir F. Costa[75], cujo pensamento nos alerta:

> A mudança [portanto] exige que pensemos que o que todos fazemos no dia a dia, em qualquer atividade profissional ou cultural, é importante. O que cada um de nós faz ou diz importa, e importa muito! O mundo se faz de pequenos gestos cotidianos e das grandes crenças que os sustenta.

200. O mesmo autor nos desafia:

> Quanto aos caminhos ou saídas pontuais, regionais, locais, bem deixo isso a cada um, como não poderia deixar de ser. Espero que cada um de nós tente agir no domínio de interesse ou de poder no qual se ache mais competente para experimentar, errar, recomeçar e, por fim, encontrar soluções mais satisfatórias para as questões que nos afligem.[76]

---

75 Jurandir Freire Costa (Pernambuco, 1944) é um psicanalista, escritor brasileiro. É membro do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro e professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), no Instituto de Medicina Social (IMS), onde desenvolve suas pesquisas e orienta dissertações de mestrado e teses de doutorado. Ele não se considera um Dom Quixote numa sociedade programada para outro tipo de sucesso ("Não somos filhos de economistas e sim do sonho alucinado de Rousseau e Diderot"). É um dos maiores pensadores que o Brasil tem atualmente.
76 COSTA, 2000, p. 54.

201. Eduardo Galeano[77] nos inspira:

> Embora não possamos adivinhar como será o mundo, poderemos imaginar o que nós queremos que seja. O direito de sonhar não está previsto nos trinta direitos humanos proclamados pelas Nações Unidas em 1948. Mas, se não fosse esta fonte que fornece água para beber, os outros direitos iriam morrer de sede.

202. A visão geral do cenário dos países das Américas revela uma realidade alarmante, refletindo a violação dos preceitos estabelecidos pela Convenção Internacional que estabeleceu a doutrina da proteção integral, implicando um agravamento das desigualdades sociais. Apesar da existência de planos e projetos sociais em todos os países, os mesmos foram orientados para enfrentar situações de violações de direitos. Sentimos a urgência de mobilizar mais recursos (humanos, físicos, materiais e financeiros) para enfrentar um desafio de dimensão continental. Tudo isso mais o compromisso da ética e vontade política para que sejam tomadas decisões certas e implementadas com zelo e perseverança.

---

77 Eduardo Hughes Galeano (Montevidéu, 3 de setembro de 1940) é um jornalista e escritor uruguaio. É autor de mais de quarenta livros, que já foram traduzidos em diversos idiomas. Suas obras transcendem gêneros ortodoxos, combinando ficção, jornalismo, análise política e História. A obra mais conhecida de Galeano é, sem dúvida, *As Veias Abertas da América Latina*. Nela, analisa a História da América Latina como um todo desde o período colonial até a contemporaneidade, argumentando contra o que considera como exploração econômica e política do povo latino-americano primeiro pela Europa e depois pelos Estados Unidos da América. O livro tornou-se um clássico entre os membros da esquerda latino-americana.

2. Referências Institucionais, eclesiais e internacionais de Solidariedade

Sumário Capítulo 2

INTRODUÇÃO 62

REFERÊNCIAS BÍBLICAS, ECLESIAIS E INSTITUCIONAIS 63

A solidariedade na tradição bíblica 63

Valor profético 63

Boa-Nova do Reino de Deus 64

A solidariedade na Doutrina Social da Igreja - DSI 67

Uma Igreja inculturada 67

Os principais documentos de caráter social 70

Os princípios da Doutrina Social da Igreja 72

As diretrizes da Doutrina Social da Igreja no contexto da América Latina 75

A solidariedade na práxis de Champagnat 79

A solidariedade e os Documentos Institucionais Maristas 82

Do Concílio Vaticano II (1964) à comemoração dos 200 anos do nascimento de Champagnat (1989) 83

Da comemoração dos 200 anos do nascimento de Champagnat até os 200 anos da Fundação do Instituto Marista 85

REFERÊNCIAS INTERNACIONAIS DOS DIREITOS 98

Temas relevantes 98

Infâncias, juventudes e DIREITOS HUMANOS 98

Infâncias, juventudes e EDUCAÇÃO 99

Infâncias, juventudes e POBREZA 100

Infâncias, juventudes e MEIO AMBIENTE 100

Infâncias, juventudes e TRABALHO 101

Infâncias, juventudes e SAÚDE 101

Infâncias, juventudes e GÊNERO 102

Infâncias, juventudes e VIOLÊNCIA 103

Infâncias, juventudes e DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL 103

2. REFERÊNCIAS INSTITUCIONAIS, ECLESIAIS E INTERNACIONAIS DE SOLIDARIEDADE

Introdução

203. As referências aqui apresentadas são uma síntese do caminho percorrido ao longo da história por diferentes atores sociais e eclesiais. História e passado que não passam, o presente pedindo para ser narrado, o futuro à espera de sua realização.

Tudo está guardado na memória,
sonho da vida e da história…
Tudo está gravado na memória,
espinha da vida e da história…
Tudo está carregado na memória,
arma da vida e da história…
A memória desperta para ferir
os povos adormecidos
que não a deixam viver
livre como o vento.
(*A memória,* León Gieco)

204. Optou-se por dividir o capítulo em dois blocos: o primeiro contém as referências bíblicas, eclesiais e institucionais, e o segundo, as referências internacionais dos direitos.

205. Na primeira parte se apresenta uma síntese da mensagem profética da manifestação de Deus e da Boa-Nova do Reino, anunciada por Jesus e pelas primeiras comunidades cristãs; como a DSI assegura a dignidade humana e o bem comum; as respostas concretas dadas por Champagnat às crianças e aos jovens de sua época. Ao mesmo tempo, se apresentam os diversos documentos institucionais, que indicam luzes sobre a opção pelos pobres, a solidariedade e a defesa e promoção dos direitos das infâncias, retomados a partir de Vaticano II e evidenciados principalmente na década de 1990.

206. A segunda parte do capítulo contém uma revisão de documentos que condensam, em níveis diversos, os consensos alcançados pela comunidade internacional durante o último século. São esforços para estabelecer pontos convergentes para avançar no desenvolvimento integral, respeitando-se os direitos de toda a humanidade. Sendo as crianças e os jovens o nosso principal foco de atenção, revisamos transversalmente o que esses documentos indicam sobre seus direitos, sua educação, as implicações que têm em suas vidas a luta contra a pobreza, o cuidado com o meio ambiente, o trabalho, a saúde, os assuntos relativos ao gênero, à violência e à questão racial.

Referências bíblicas, eclesiais e institucionais

207. Aprofundar os aspectos bíblicos, a DSI e o amplo patrimônio histórico marista a partir do enfoque da solidariedade, da defesa e da promoção dos direitos das crianças e dos jovens. Coloca em evidência que a identidade marista tem como missão primordial a educação das infâncias e das juventudes pobres, à maneira de Maria.

A solidariedade na tradição Bíblica

Valor profético

208. Os textos do Antigo Testamento apresentam Deus caminhando com seu povo, manifestando-se nas pessoas que ressaltam os valores de justiça e dignidade, que indicam a libertação e a transformação, que lutam contra tudo o que é característico da escravidão, do sofrimento e da humilhação.

209. Para Abraão e Moisés, patriarcas do Antigo Testamento, Deus se revela como libertador, reúne o povo e o conduz à vida, mantendo sempre a preocupação de salvaguardar os direitos da pessoa humana. "Por isso desci a fim de libertá-lo da mão dos egípcios, e para fazê-lo subir desta terra para uma terra boa e vasta, terra que mana leite e mel" (Ex 3,8)[78].

210. Deus se revela aos profetas, levando-os a denunciar os opressores e injustos, a indicar os caminhos de libertação, a recordar a fidelidade à Aliança, a percorrer o caminho.

211. "O espírito do Senhor está sobre mim, porque o Senhor me ungiu; enviou-me a anunciar a boa-nova aos pobres, a curar os quebrantados de coração e proclamar a liberdade aos cativos…" (Is 61,1). "Eu, Senhor, te chamei… a fim de abrires os olhos aos cegos, a fim de soltares do cárcere os presos, e da prisão os que habitam nas trevas" (Is 42,6-7). No trabalho de formação do povo de Deus, procurando ser porta-voz dos marginalizados e oprimidos, o profeta tem uma árdua e difícil missão, pois enfrenta a perseguição, o desprezo e o risco de sua própria vida. Procurando ser fiel à missão, o profeta provoca a instabilidade, conflito e oposições, mas Deus se manifesta, dando-lhe ânimo, realimentando a esperança e assinalando os direitos dos pobres (Is 49,10; Jer 17,7; 31,25). Por meio dos profetas, Deus se mostra preferencialmente como o defensor dos marginalizados.

212. Os pobres encontrarão nos profetas grandes defensores. Um exemplo é o profeta Amós, que gritava contra os crimes de Israel, denunciando a violência e a pilhagem de que era vítima o país, as fraudes vergonhosas no comércio, as invasões de terras, a escravidão dos pequenos, o abuso de poder e a perversão da mesma justiça. Os profetas, de modo geral, são os que denunciam as situações opressoras que ocorrem na sociedade da época e assinalam horizontes de esperança, anunciando, dando testemunho e vivendo novos tempos.

Boa-Nova do Reino de Deus

213. Esperava-se o Menino Deus como rei poderoso, habitante de palácios esplêndidos, chefe de um exército invencível. Em contrapartida, Deus surpreende e Jesus aparece proveniente de uma realidade empobrecida, na comunidade dos anawim, e depois do seu nascimento é visitado pelos magos (Mt 2,1-12) e pelos pastores (Lc 2,8-20).

78 Os textos bíblicos citados foram extraídos da Bíblia Cultural, Madri, PPC y Ediciones SM, 2002.

214. Maria e José precisam ser fortes para responder imediatamente às diferentes situações pessoais e da realidade em que viviam. De maneira especial, José e Maria agem em defesa de seu filho quando, à noite, partem apressadamente de Belém para o Egito (Mt 2,13-15), escapando da fúria de Herodes.

215. Jesus, no Sermão da Montanha (Mt 5,1-12), faz uma lista das virtudes dos anawim: misericórdia, humildade, pureza de coração, promoção da paz e sede de justiça. Da mesma maneira, as palavras de Maria no Magnificat (Lc 1,46-56) parecem luz que ilumina a espiritualidade dos discípulos. Lucas descreve Maria como uma mulher jovem, entusiasta e valente, que anuncia a queda dos poderosos e a dispersão dos soberbos.

216. Jesus anuncia o Reino de Deus como libertação dos que escravizam. Coloca no centro os que estão à margem: os pobres, os pecadores, as pessoas com deficiências, as crianças e as mulheres. Em relação a estes últimos, Jesus interpela: "Deixai as criancinhas virem a mim e não as impeçais, pois delas é o Reino de Deus" (Lc 18,15-17). Ao ser perguntado pelos seguidores de João Batista, Jesus diz: "Ide contar a João o que ouvis e vedes: os cegos recuperam a vista, os coxos andam, os leprosos são purificados e os surdos ouvem, os mortos ressuscitam e os pobres são evangelizados" (Mt 11,4-5).

217. A proposta da Boa Nova de Jesus consiste na práxis da solidariedade fraterna que liberta os sujeitos e em uma relação permanente de confiança com o Pai. Ao longo da vida de Jesus, observa-se uma progressiva sintonia horizontal com as pessoas e as realidades emergentes de sua época e uma sintonia vertical com o Pai. Tal experiência não dicotomiza, mas atravessa toda a sua vida, sua opção e doação.

218. Na proposta de Jesus, os pobres são protagonistas da história[79], pois estando nesta situação eles permanecem distantes dos bens essenciais da vida, o maior dom que Deus nos oferece a cada um e à humanidade. De fato, há humanidade quando existe justiça e direito. Poder-se-ia destacar que a proposta do Reino se traduz hoje em uma mais efetiva ação para promover e defender os direitos humanos.

219. Jesus, a partir de sua condição humana e divina, convida toda a humanidade a promover a inclusão e a dignidade, na luta e na consolidação dos direitos da pessoa, individual e coletivamente, já que:

79 FREI BETTO, *Gosto de Uva* – escritos selecionados, São Paulo, Editora Garamond, 2003, p. 68.

- rompe com as estruturas de observância formal do sábado, em detrimento da ajuda ao próximo (Mt 12,1-14);
- age para transformar as estruturas opressoras (Jo 2,13-18);
- vai ao encontro do cego Bartimeu, que estava à margem do caminho mendigando (Mc 10,46-52);
- enaltece a atitude de fraternidade do Samaritano, estrangeiro e, por isso, marginalizado, que surpreendeu por mostrar solidariedade ao aproximar-se do judeu ferido, cuidando dele, acompanhando-o e certificando-se de seu bem-estar futuro (Lc 10,29-37);
- apresenta-se como ungido e consagrado pelo Senhor para "proclamar a libertação aos presos e aos cegos a recuperação da vista, para restituir a liberdade aos oprimidos e para proclamar um ano de graça do Senhor" (Lc 4,18);
- assume a posição de servo, lavando os pés dos apóstolos (Jo 13,1-12);
- promove a partilha entre as pessoas com o gesto da multiplicação dos pães (Mt 14,13-21);
- ensina que a felicidade eterna está reservada aos que se dedicam a promover a justiça em favor dos necessitados e marginalizados, por meio de obras da caridade cristã (Mt 25,31-46).

220. Os textos bíblicos estão repletos de fortes críticas a quem oprime as vítimas e se aproveita delas: os sacerdotes (Mc 11,15-18), os escribas (Mc 12,38-40), os fariseus (Mt 23,23) e os governantes (Mt 23,25).

221. Depois da ressurreição, Jesus animava os discípulos com a promessa de sua presença: "E eis que eu estou convosco todos os dias, até a consumação dos séculos" (Mt 28, 20). Os primeiros cristãos, fortalecidos pelos dons do Espírito Santo (At 2,1-13.33), rezavam e testemunhavam a Boa-Nova do Reino (At 2,42-47; 4,32-35). Eram assíduos na comunhão fraterna, na oração, na partilha do pão e dos bens, tinham um único coração; rompiam com a exclusão, a discriminação e a discórdia; exercitavam o amor fraterno e a prática do perdão (Col 3,12; Gal 5,22-23; Ef 4,32). Afirmavam que "o Reino de Deus não consiste em comida e bebida, mas é justiça, paz e alegria no Espírito Santo" (Rm 14,17) e, neste sentido, enquanto temos tempo, "pratiquemos o bem para com todos, mas, sobretudo para com os irmãos na fé" (Gal 6, 10). Jesus propõe um novo paradigma, uma mudança estrutural que não gere mais pobres e marginalizados. Para isso, devem ser prioritários certos valores fundamentais, como o amor, a solidariedade, a justiça e a partilha.

222. Constantemente, nos chama e nos dá a graça para tornarmos realidade o Reino de Deus em nosso contexto histórico, para praticar e anunciar os valores do Evangelho, construindo conjuntamente espaços de crescimento humano e espiritual que possam ser partilhados com as crianças, as juventudes, os adultos e idosos, especialmente com os pobres e, a partir disso, com todo ser humano.

A solidariedade na Doutrina Social da Igreja

Uma Igreja inculturada

223. O Instituto Marista, como instituição católica cuja missão é a educação integral na ação social e solidária, tem assumido com convicção moral e fomento do estudo, a discussão, a difusão e tem colocado em prática os princípios da DSI em todos os seus campos de ação.

224. Tal processo se inicia com a formação pastoral da comunidade socioeducativa na qual se incorporam, através do currículo e da prática cotidiana, as crianças e jovens atendidos em nossas obras, sobretudo por meio de uma formação humana e de cidadania que lhes oferecemos. De acordo com o *Documento de Aparecida*[80], nossa proposta socioeducativa aspira a uma vivência cristã genuína, promovendo uma visão de mundo atenta aos clamores sociais de solidariedade e liberação.

225. Portanto, consideramos que a DSI constitui uma inavaliável riqueza, que tem animado o testemunho e a ação solidária dos leigos e leigas, os que se interessam cada vez mais por sua formação teológica, como verdadeiros missioneiros da caridade e se esforçam por transformar de maneira efetiva o mundo segundo Cristo. Inumeráveis iniciativas leigas nos âmbitos social, cultural, econômico e político, hoje se inspiram nos princípios permanentes, nos critérios de juízo e nas diretrizes de ações provenientes da DSI[81].

---

80 V Conferência Geral do Episcopado da América Latina e do Caribe. Realizada de 13 a 31 de maio de 2007, em Aparecida, São Paulo, Brasil, Texto Conclusivo..
81 V CELAM, *Aparecida*, n. 99 f.

226. O pensamento da Igreja sobre as questões sociais está organizado em uma série de documentos eclesiais, conhecidos como *Doutrina Social da Igreja*. Pode afirmar-se que a DSI está formada pelo conjunto de escritos e mensagens que expressam o pensamento do magistério católico a respeito da *questão social*, cuja finalidade é expor, orientar, educar e animar as relações sociais segundo a *práxis cristã*. Tais reflexões de caráter teológico-social se entendem como a "atualização da palavra de Deus para o tempo atual, traduzida na sensibilidade e na solicitude da Igreja para com as situações em que a vida se encontra mais ameaçada"[82]. Desse modo urge à Igreja sobretudo, através das pastorais organizadas, continuar sendo promotora da vida, como o *Bom Pastor*[83]. Em relação à responsabilidade da Igreja para com as questões sociais, o Papa Paulo VI nos advertia:

> Nosso primeiro dever neste campo é afirmar os princípios, observar e assinalar as necessidades, declarar os valores primordiais, apoiar os programas sociais e técnicos verdadeiramente úteis e marcados com o selo da justiça, no seu caminho para uma ordem nova e para o bem comum, formar sacerdotes e leigos no conhecimento dos conhecimentos e dos problemas sociais, encaminhar leigos bem preparados para a grande obra da solução dos mesmos, considerando-os sob a luz cristã que nos faz descobrir o homem em seu primeiro posto e os demais bens subordinados à sua promoção total no tempo e à sua salvação na eternidade[84].

227. A DSI se propõe a analisar os fenômenos sociais a partir de princípios essenciais, que equivalem a "critérios fundamentais da ação pastoral no campo social: anunciar o Evangelho; confrontar a mensagem evangélica com as realidades sociais; projetar ações cuja finalidade seja a renovação de tais realidades, conforme as exigências da moral cristã"[85]. O Serviço à Vida é a principal exigência moral dos cristãos. É a condição inerente à vivência do Evangelho no âmbito individual e comunitário. Neste sentido se destaca a proposta socioambiental, incluindo o cuidado e a harmonia com a vida como um todo, pois a vida humana se integra com todas as outras manifestações de vida.

82 CNBB, Temas da Doutrina Social da Igreja, Caderno 1, p. 18.
83 Jn 10, 10b.
84 PAULO VI, Discurso de abertura da II Conferência Episcopal da América Latina em Medellin, III - Orientações Sociais.
85 Conselho Pontifício Justiça e Paz, Compêndio de Doutrina Social da Igreja, n. 526.

228. "E a Palavra se fez carne e habitou no meio de nós"[86]. Essa é a premissa irrefutável de que a nossa tradição religiosa nasce intimamente ligada ao contexto social, estabelecendo uma relação indissolúvel entre a realidade histórica e o projeto de Deus.

229. Devido à sua vocação mediadora, "a Igreja caminha junto a toda humanidade pelos caminhos da história"[87], buscando ser, nesse caminho, fermento da vocação humana orientada à plenitude da vida[88].

230. A evangelização é o tronco da missão da Igreja. Nós, que formamos a Igreja Povo de Deus, somos chamados a nos comprometer incansavelmente na construção do Reino, tornando significativa a nossa presença entre as pessoas e culturas, promovendo a vida e a dignidade humana. A evangelização é o modo cristão de agir no mundo, que ocorre por diversos meios: pelo testemunho autêntico da fé, da esperança e da caridade; pelo serviço solidário; na luta pela justiça, pela paz e o bem comum; pelo diálogo e unidade entre as culturas, religiões e conhecimentos; pela oração, ação litúrgica e sacramental; pelo anúncio ou proclamação explícita do Evangelho e a ressurreição de Jesus Cristo; pela catequese e demais formas de aprofundamento da fé. Convém explicitar que o seguimento autêntico de Jesus Cristo se traduz na espiritualidade e na ética, cujos referenciais são os valores que provêm do Evangelho.

231. Cada homem e mulher, assim como todas as instituições cristãs, são convidados a cultivar, a viver e a difundir os valores do Evangelho em todas as relações da vida social, contribuindo à edificação de uma humanidade renovada, com respeito às diferenças entre os povos, acolhendo-os como irmãos e membros de uma única família humana[89].

232. O compromisso com a promoção da vida é incumbência de todos, da comunidade e de cada um. A práxis cristã é algo que se efetiva na complementaridade entre o engajamento pessoal e a ação comunitária, sendo que "a missão comunitária não elimina nem diminui a responsabilidade de cada pessoa, à qual se dirige o mandato do Senhor de 'fazer-se próximo' de todo homem: 'Vai, e também tu, faze o mesmo' (Lc 10,37)"[90].

86 João 1, 14a.
87 CONSELHO PONTIFÍCIO JUSTIÇA E PAZ, Compêndio de Doutrina Social da Igreja, n. 18.
88 Jesus disse: "Eu vim para dar vida aos homens e para que eles a tenham plenamente." (Jn 10, 10b)
89 Em documentos eclesiásticos é frequente o uso da expressão família humana em vez do termo humanidade. A primeira expressão designa toda a comunidade de povos e nações que, apesar da diversidade cultural, é capaz de produzir vínculos fraternos.
90 Cf. JOÃO PAULO II, Evangelium Vitae, n. 79..

233. Na década de 1960, a constituição pastoral *Gaudium et Spes* reconhecia as transformações da modernidade por meio da leitura conjuntural de que "o gênero humano se acha em um período novo de sua história, caracterizado por mudanças profundas e aceleradas, que progressivamente se estendem ao universo inteiro"[91]. Desde o ponto de vista da fé, tal mudança paradigmática nos desafiava a discernir as novas implicações da vida pessoal e da vida social cristã no mundo contemporâneo, gerando, em relação, à Igreja não somente uma expectativa de ciúme espiritual, mas também uma postura política – que não deve confundir-se com um posicionamento de partido – mais proativa, contundente e eficaz. Em resposta às múltiplas problemáticas dos novos tempos, notou-se a urgente necessidade de revisar a *práxis* evangelizadora tanto na organização formal da Igreja como na atuação das pastorais. Como bem disse João Paulo II, fomos reconhecendo que os métodos e as estratégias de evangelização devem responder aos novos desafios que se apresentam à humanidade em nosso tempo. Necessitamos uma nova *evangelização*[92], o que significa uma evangelização nova em seu ardor, em seus métodos e em suas expressões. "Falar de Nova Evangelização… não significa propor um novo Evangelho diferente do primeiro: há um só e único Evangelho no qual se pode descobrir luzes novas para os problemas novos... o que não quer dizer reevangelizar"[93]. Tem que estar, sobretudo, atenta aos sinais dos tempos, que há que discernir à luz do Espírito que atua na História.

Os principais documentos de caráter social

234. Costuma-se afirmar que o primeiro documento da DSI é a encíclica *Rerum Novarum*, de Leão XIII, publicada no final do Século XIX no momento da revolução industrial europeia. O documento pontifício se arriscava a colocar em segundo lugar os problemas internos da Igreja para lançar um olhar profético sobre a vida cotidiana, denunciando a condição dos operários, trabalhadores desumanizados e explorados pelos mecanismos da economia industrial moderna. Ainda que a *Rerum Novarum* tenha representado um progresso de pensamento católico da época, a atualização da ação evangelizadora se produzirá no século seguinte, por meio de outros documentos pontifícios chegando a sua culminância no *Concilio Vaticano II*[94], o qual inicia uma nova etapa na Igreja. Posteriormente se elaborarão outros documentos que continuam essa reflexão e favorecem a busca por respostas aos desafios do mundo de hoje.

91 CONCÍLIO VATICANO II, Gaudium et Spes, n. 4.
92 A partir de 1992, na CELAM de Santo Domingo, a nova evangelização tornou-se um desafio assumido pela Igreja. Sua principal estratégia é baseada no diálogo, na inculturação e na criatividade catequética.
93 IV CELAM , Santo Domingo, Conclusões, n. 24.

235. A encíclica *Quadragesimus Annus* foi publicada em 1931 por Pio XI, em comemoração aos 40 anos da Rerum Novarum. A encíclica versava sobre a dignidade inalienável da pessoa humana e a *primazia do bem comum* sobre os interesses corporativos.

236. A encíclica *Mater et Magistra*, de João XXIII, é apresentada em 1961. É uma homenagem aos 70 anos da *Rerum Novarum*. O documento analisava o progresso e as discrepâncias sociais inconcebíveis, lançando uma crítica ao perigo da formação dos blocos dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, além dos fatores geradores de pobreza.

237. O Concílio Vaticano II, realizado entre 1962 e 1965, supera um modelo eclesiológico de igreja instituição hierárquica e se abre a uma reflexão teológica sobre si mesma como novo povo de Deus (LG, 9): "foi vontade de Deus santificar e salvar os homens não isoladamente, sem conexão alguma de uns com os outros, mas para constituir um povo". Na constituição pastoral, *Gaudium et Spes* acolhe "os gozos e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de nosso tempo, sobretudo dos pobres, de quantos sofrem, são os gozos e esperanças, tristezas e angústias dos discípulos de Cristo... A Igreja por isso se sente íntima e realmente solidária do gênero humano e de sua história" (GS, 1).

238. A encíclica *Populorum Progressio*, proclamada por Paulo VI em 1967, denunciava a distância crescente entre os povos desenvolvidos e subdesenvolvidos. A encíclica dará impulso à 2ª Conferência geral do episcopado latino-americano na cidade de Medellín, em 1968. A conferência se transformou no marco fundador de uma Igreja inculturada na América Latina. Em 1971, o mesmo Papa publicou a carta apostólica *Octogesima Adveniens*, comemorando os 80 anos da *Rerum Novarum*, reafirmando que a transformação política é missão cristã de todos os batizados, sejam eles Religiosos ou Leigos.

94 O Concílio teve como tema *A Igreja e sua Missão*.

239. A encíclica *Laborem Exercens*, publicada por João Paulo II em 1981, centraliza novamente o problema social na questão do trabalho. Em 1987, escreveu a encíclica *Sollicitudo Rei Socialis* para comemorar os 20 anos da *Populorum Progressio*, afirmando que somente um movimento global de solidariedade seria capaz de promover o desenvolvimento integral da humanidade. Em 1991 publicou a encíclica *Centesimus Annus*, convidando os cristãos a revisar e aprofundar a DSI, projetando seus princípios fundamentais nas relações sociais do Novo Milênio.

240. A encíclica *Deus Caritas Est*, publicada por Bento XVI em 2006, resgata o sentido da *gratuidade do amor de Deus e do mandamento do amor ao próximo* nos tempos atuais, quando, muitas vezes, o amor de Deus é distorcido e associado à vingança e à intolerância entre os povos. A encíclica mais recente, *Caritas in Veritate*, de 2009, fala sobre os aspectos de um mundo cada vez mais globalizado e ameaçado por um colapso econômico e ético. Considera urgente a reforma da ONU e do atual modelo econômico-financeiro internacional, apresentando críticas às especulações nocivas fomentadas principalmente pelo neoliberalismo econômico. O pontífice defende a organização de uma instância política global representativa de todos os Estados, conduzida pelos princípios da subsidiariedade e solidariedade.

241. Para Bento XVI, são dois os critérios orientadores da ação moral e política para a sociedade contemporânea: a justiça e o bem comum. "Antes de tudo, a *justiça* [...]. Não posso 'dar' ao outro do que é meu sem ter-lhe dado em primeiro lugar o que em justiça lhe é devido"[95].

Os princípios da Doutrina Social da Igreja

242. A DSI é sustentada por *princípios permanentes*, com universalidade de significado; que se encontram enraizados numa ética comum a todas as sociedades humanas. Os ensinamentos, em geral, enfatizam: a primazia do bem comum sobre o interesse particular; a vontade de Deus em eliminar as desigualdades e promover a comunhão de bens.

243. "Estes princípios têm um caráter geral e fundamental, pois se referem à realidade social em seu conjunto: desde as relações interpessoais [...] até aquelas mediadas pela política, pela economia e pelo direito; desde as relações entre comunidades ou grupos até as relações entre os povos e as nações.[96]

95 BENEDICTO XVI, *Caritas in Veritate*, n. 6.
96 Cf. CONSELHO PONTIFÍCIO JUSTIÇA E PAZ, Compêndio de Doutrina Social da Igreja, n.161.

244. *O princípio da dignidade inalienável da pessoa humana* é aquele no qual todos os demais princípios e conteúdos da DSI encontram fundamento. Ele garante que o problema do *desenvolvimento* econômico-social só pode ser considerado *autêntico desenvolvimento* se levar em conta a *centralidade da pessoa humana,* à qual não se pode subtrair a dignidade[97]. O princípio da dignidade exclui qualquer discriminação racial, social, econômica, religiosa ou cultural. Afirma ainda que "a dignidade da pessoa humana é um valor transcendente, reconhecido sempre como tal por aqueles que buscam sinceramente a verdade. Em realidade, toda a história da humanidade deve ser interpretada à luz dessa convicção. Toda pessoa, criada à imagem e semelhança de Deus[98] (Gn 1,26-28) e, por isso, radicalmente orientada a seu Criador, está em relação constante com aqueles que têm a sua mesma dignidade"[99].

245. *O princípio do bem comum*, segundo *Gaudium et Spes*, é "o conjunto das condições da vida social que tornam possíveis às associações e a cada um de seus membros o êxito mais completo e mais fácil da própria perfeição".

246. *O bem comum* difere do *interesse geral* e do *interesse particular*. O interesse geral, às vezes, pode implicar o sacrifício e a exclusão de alguns, geralmente os mais frágeis, em favor de outros. Em contrapartida, o *bem comum* compreende todos os indivíduos, de acordo com as necessidades específicas de cada um. A conciliação entre o *bem comum* e o *bem particular* se dá por meio do exercício da *caridade* e da *justiça*, virtudes importantes para a vida social. A primeira, a caridade, ensina a vencer o egoísmo e inspira a consciência da sociedade como espaço que congrega as pessoas; a segunda, a justiça, favorece o reconhecimento e o respeito dos *direitos do outro*. O bem comum ainda se bifurca em dois planos: o nacional e o mundial. O *bem comum nacional* é responsabilidade e a razão de existir do Estado. O *bem comum*, em sua *dimensão mundial*, segundo Bento XVI, deveria ser confiado a uma *organização supranacional*[100], cujos sujeitos seriam a comunidade de todas as nações do mundo, representadas em igual dignidade. A Igreja, além disso, salienta o ideal democrático em conjunto com os direitos humanos, como a organização política melhor qualificada para promover a dignidade da pessoa humana[101].

97 Capítulo que conclui a encíclica *Centesimus Annus.*
98 Cf. Gn 1, 26-28.
99 JOÃO PAULO II, *Mensagem para a XXXII Jornada Mundial da Paz*, 1999, n. 2.
100 Concretização de uma organização supranacional e sua eficácia estão apenas esboçadas, embora pertençam à natureza social do homem. Para Benedicto XVI, em Caritas in Veritate, caberia à ONU, nas atuais circunstâncias, cumprir esse papel, uma vez que representa a luta em defesa dos Direitos Humanos..
101 Cf. JOÃO PAULO II, *Centesimus Annus*, n. 52.

247. O *princípio de subsidiariedade* se fundamenta no pressuposto de que Deus não quis exercer sozinho o governo de todas as coisas que criou. O Criador confiou a cada criatura um conjunto diversificado de dons, que são exercidos segundo sua natureza e sabedoria. O princípio de subsidiariedade garante que os cidadãos e as organizações políticas devem ser incentivados a desempenhar suas próprias funções, de modo que cumpram suas responsabilidades e façam valer seus direitos. Em *Centesimus Annus*, João Paulo II destaca que o *princípio de subsidiariedade* implica garantir "as condições favoráveis ao livre exercício da atividade econômica, baseada em uma oferta abundante de oportunidades de trabalho e de fontes de riqueza".

248. Neste sentido, uma *instância superior* – principalmente o poder econômico – não deve influenciar autoritariamente a vida interna de outra sociedade. O dever das instâncias economicamente favorecidas deve ser suplementar e pontual, no sentido de que garanta a vida, a criatividade, o *bem comum* e a *solidariedade*.

249. Com esse mesmo princípio, a Igreja também salienta tanto o perigo do autoritarismo estatal como da iniciativa privada. Por outro lado, enfatiza que as responsabilidades sociais correspondem principalmente ao Estado, em colaboração com a empresa privada e as organizações sociais.

250. O *princípio de solidariedade* assevera que cada um cresce em valor e dignidade na medida em que investe suas capacidades e dinamismo na promoção do outro. João Paulo II afirma em *Sollicitudo Rei Socialis* que "a solidariedade não é um sentimento de compaixão superficial pelos males de que sofrem tantas pessoas, sejam próximas ou distantes. Ao contrário, é a determinação firme e perseverante de empenhar-se em favor do bem comum, isto é, pelo bem de todos e de cada um, para que todos nós sejamos verdadeiramente responsáveis por todos". Isso vai em direção diametralmente oposta à avidez do lucro e da sede de poder. O princípio da solidariedade vale, analogicamente, para todas as relações concretas. Atualmente também se destaca uma consciência crescente da relação solidária entre o ser humano e a natureza: o ser humano também se valoriza na medida em que preserva e promove a natureza, e esta, uma vez protegida, lhe garanta melhor qualidade de vida. O dever de solidariedade vale tanto para as pessoas como para os povos, de modo que "o exercício da solidariedade dentro de cada sociedade é válido somente quando seus membros se reconhecem uns aos outros como pessoas"[102]. A solidariedade nos ajuda a ver o outro – pessoa, natureza ou nação – como participante do banquete da vida, ao qual todos os homens foram igualmente convidados por Deus.

102 CONSELHO PONTIFÍCIO JUSTIÇA E PAZ, Agenda Social, n. 131.

251. No processo de estruturação e organização da sociedade, esses princípios nos fazem perceber outras prioridades, ou princípios complementares. Por exemplo, o *primado do destino universal dos bens sobre a apropriação individual* nos alerta a respeito do fato de que os bens, criados por Deus ou pelo trabalho humano, devem buscar o benefício de toda a família humana. A apropriação individual – chamada direito de propriedade – é uma via eficaz para realizar este destino, desde que seja entendida como um tipo de responsabilidade social e não como privilégio excludente, pois "sobre ela [a propriedade privada] sustenta-se 'uma hipoteca social'"[103]. O *primado do trabalho sobre o capital* garante que o capital "é legítimo apenas na medida em que serve ao trabalho"[104] e, por ele, à realização do ser humano.

As diretrizes da Doutrina Social da Igreja no contexto da América Latina

252. Depois do Concílio Vaticano II, o episcopado latino-americano publicou importantes reflexões e orientações pastorais. Dentre estes documentos se sobressaem as conclusões das *Conferências gerais do episcopado latino-americano e do Caribe* (CELAM). "Em todas estas Conferências houve preocupação explícita com o problema de uma autêntica promoção humana, em relação com as exigências da justiça e da paz, da família e da demografia, da educação e da juventude"[105], colocando a Igreja diante da opção preferencial pelos pobres. Dentre elas, as conferências que tiveram maior impacto eclesial foram as de *Medellín* (1968) e de *Puebla* (1979). Tais conferências conseguiram mudar de modo contundente a conjuntura eclesial e social do continente, sobretudo por indicar uma perspectiva de *Igreja povo de Deus*, ou seja, menos verticalizada e mais comprometida com as causas sociais e com a promoção da *verdadeira justiça*.

103 JOÃO PAULO II, *Sollicitudo Rei Socialis*, n. 42.
104 JOÃO PAULO II, *Laborem Exercens*, n. 14.
105 Bispos AVELAR BRANDÃO VILELA (Presidente da CELAM) e EDUARDO PIRONIO (Secretário-geral da CELAM), em Conclusões da Conferência de Medellin - 1968. Introdução.

253. Medellín enfatiza que devemos fortalecer nossa consciência do "dever de solidariedade para com os pobres. Esta solidariedade implica tornar nossos os seus problemas e suas lutas, saber falar por eles [...] na denúncia da injustiça e da opressão, na luta cristã contra a intolerável situação que o pobre suporta com frequência, na disposição ao diálogo com os grupos responsáveis por essa situação, para fazê-los compreender suas obrigações"[106].

254. Diante disso se busca contribuir para a libertação dos pobres, estar junto deles, optando por um modelo de organização pastoral mais eficaz, representada pelo método *ver-julgar-agir*, capaz de superar as recorrentes práticas paliativas para promover sistematicamente a dignidade humana.

255. "A promoção humana deve ser a linha de nossa ação em favor dos pobres, de maneira que respeitemos sua dignidade pessoal e o ensinemos a ajudar-se a si mesmo. Com esta finalidade, reconhecemos a necessidade da estruturação racional de nossa pastoral e da integração de nossos esforços com os de outras entidades"[107].

256. A Conferência de Medellin teve como tema *A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio Vaticano II*. A exortação de Paulo VI, *Populorum Progressio*, em 1967, sobre a situação dos países pobres e as conseguintes exigências cristãs, teve significativa repercussão na América Latina.

257. O maior desafio a que teria que fazer frente o anúncio do Evangelho na América Latina era a dura realidade de fome e miséria; de analfabetismo; de profunda desigualdade de admissão entre as classes; das tensões políticas entre grupos sociais; de violência armada e de exploração do trabalho; de extermínio sistemático dos povos indígenas; de ausência de participação popular na gestão dos bens públicos, sobretudo nos regimes autoritários.

258. Os apelos de *Medellín* também causaram um debate teológico importante que, embora incômodo em alguns aspectos, foi saudável para a maturação da Igreja. Em síntese, se contrapunham nesta conferência dois modelos de Igreja: uma fiel à ortodoxia tradicional e neutra, e a outra, de aspiração mais político-social, que sugeria uma organização eclesial mais horizontalizada, organizada *em comunidades eclesiais de base*. O segundo modelo fomentará uma reflexão teológico-social conhecida na década seguinte como *teologia da libertação*.

106 *Conclusões da Conferência de Medellin- 1968. Pobreza da Igreja. III - Orientações pastorais (10).*
107 *Conclusões da Conferência de Medellin- 1968. Pobreza da Igreja. III - Orientações pastorais (11).*

259. A *Conferência de Puebla,* de 1979, seguiu aprofundando criativamente a perspectiva iniciada em *Medellín* ao utilizar como critério para o discernimento eclesial uma leitura da ação evangelizadora que levava em conta os *sinais dos tempos. Puebla* tem uma visão pastoral muito ampla da realidade latino-americana, abordando elementos históricos, socioculturais, econômicos e eclesiais que a leva a denunciar uma situação de grave injustiça: "A situação de extrema pobreza generalizada assume na vida real rostos muito concretos, nos quais deveríamos reconhecer os traços sofredores do Cristo, o Senhor, que nos questiona e interpela". É notável que, "do seio dos diversos países do continente está subindo até o céu um clamor cada vez mais tumultuoso e impressionante. É o grito de um povo que sofre e que pede justiça, liberdade, respeito aos direitos fundamentais do homem e dos povos".[108]

260. A partir dessas reflexões, o episcopado latino-americano faz duas grandes opções pastorais: a opção pelos pobres e a opção pelos jovens. "A opção preferencial pelos pobres tem como objetivo o anúncio de Cristo Salvador, que os iluminará a respeito de sua dignidade, os ajudará em seus esforços de libertação de todas as suas carências e os levará à comunhão com o Pai e os irmãos, mediante a vivência da pobreza evangélica. Essa opção, exigida por causa da realidade escandalosa dos desequilíbrios econômicos na América Latina, deve conduzir a estabelecer uma convivência humana digna e fraterna e a construir uma sociedade justa e livre".

261. A opção pelos jovens aparece, pela primeira vez, de maneira mais explícita: "A Igreja confia nos jovens. São eles, para ela, a sua esperança". Para tanto, se propõe a "desenvolver, de acordo com a pastoral diferencial e orgânica, uma pastoral de juventude que leve em consideração a realidade social dos jovens de nosso continente; que atenda ao aprofundamento e ao crescimento da fé para a comunhão com Deus e com os homens (favorecendo) a participação ativa na Igreja e na transformação da sociedade".

262. A grande maioria dos teólogos latino-americanos considera *Medellín* como "um verdadeiro acontecimento histórico que mudou o rumo da atuação da Igreja católica em todo o continente. Para a Igreja latino americana, a Conferência foi "um segundo *kairós*", como foi o *Concilio Vaticano II* para a Igreja universal"[109].

108 *Cf.* Mt 16, 1-4.
109 Bispo CÂNDIDO PADIN, OSB, *A educação libertadora proclamada em Medellin, em Trinta anos depois, Medellin ainda é atual?*, p. 227..

263. A opção de *Puebla* pelos pobres, no entanto, continua a ser ainda hoje o maior desafio da Igreja e suas instituições. Apesar de ser o lema inicial da maior parte das instituições católicas dedicadas ao ensino, temos hoje ainda que progredir no combate às formas de exclusão social. Apesar disso, parece que ainda somos frágeis no que se refere a criarmos espaços de contestação, a sermos amplificadores das vozes dos excluídos e marginalizados da sociedade.

264. O documento de *Aparecida*, de 2007, destaca que a Igreja é chamada a revisar profundamente a realidade e a lançar-se com audácia e fidelidade diante das novas circunstâncias de seu tempo, tanto no contexto da América Latina como no cenário mundial, de maneira que se promova uma evangelização com renovado ardor. A partir do ponto de vista social, "uma globalização sem solidariedade afeta negativamente os setores mais pobres. Não se trata simplesmente do fenômeno da exploração e da opressão, mas de algo novo: a exclusão social. Com ela fica afetada em sua própria raiz a participação na sociedade na qual se vive, pois não se está abaixo, na periferia ou sem poder, mas se está fora. Os excluídos não são apenas 'explorados', mas 'os que sobram' e 'descartáveis'".[110]

265. Nossa solidariedade é motivada pela nossa fé em Cristo. A solidariedade, "como atitude permanente de encontro, irmandade e serviço, deve se manifestar em opções e gestos visíveis, principalmente na defesa da vida e dos direitos dos mais vulneráveis e excluídos, e no permanente acompanhamento em seus esforços para serem sujeitos de mudança e de transformação de sua própria situação".

266. Dentre os diversos cenários da exclusão denunciados em *Aparecida* estão as comunidades indígenas e afroamericanas; muitas mulheres, que são excluídas em razão de seu sexo, raça ou situação socioeconômica; os jovens, que recebem uma educação de baixa qualidade e não têm oportunidade de progredir em seus estudos nem de entrar no mercado de trabalho; muitos pobres, desempregados, imigrantes, desalojados, camponeses sem terra; crianças submetidas à prostituição infantil, ligada muitas vezes ao turismo sexual; também as crianças vítimas do aborto; o tráfico de órgãos e de seres humanos. Milhões de pessoas e famílias que vivem na miséria e que também passam fome; que vivem em situação de drogadição, as pessoas com capacidades diferentes, os portadores e que padecem enfermidades graves; os sequestrados e que são vítimas da violência, do terrorismo, de conflitos armados e da insegurança urbana; os idosos; a situação inumana em que vive a grande maioria dos presos.

267. A DSI nos permite de orientar nosso caminho pessoal e social em um mundo de mudança. Deve-se recordar que a DSI não postula teorias científicas, nem ideologias políticas, nem prescrições jurídicas. O que pretende oferecer é um conjunto de ideias, de experiências e valores refletidos à luz do Evangelho inseridos em um contexto histórico-cultural, de modo que se defenda a dignidade de todos os seres humanos. A Igreja crê que a aplicação desses princípios cristãos nas realidades econômica, política e social dará frutos de justiça e de paz, promovendo o genuíno desenvolvimento humano. Seus ensinamentos tocam as estruturas da atual ordem social, que cria e sustenta mecanismos geradores de pobreza. Os princípios de justiça, caridade, solidariedade expressam a Boa-Nova de Jesus e geram uma nova ordem social, em que não há excluídos nem explorados.

110 Cf. V CELAM – *Aparecida*, n. 11.

A solidariedade na práxis de Champagnat

268. Marcelino vive em um contexto sociopolítico convulsionado, marcado pela pobreza e a violência revolucionária. Esse ambiente tem efeitos na educação, sendo a sala de aula um reflexo do que se vivia na sociedade. Os exemplos vividos por Marcelino poderiam parecer ordinários e não necessariamente de muita gravidade, mas ficaram registrados nele e marcaram sua infância, e por meio de sua experiência podemos descobrir que tais atitudes ocasionam efeitos indesejados no desenvolvimento das infâncias e juventudes. Posteriormente o Padre Champagnat reapresentaria essas situações e as incorporaria como premissas de seu projeto educativo emergente. Com frequência, contava essas experiências para tornar evidente aos educadores, nessa época Irmãos, as consequências causadas pela aplicação inadequada de práticas pedagógicas, a falta de vínculo dos professores em relação aos educandos e a importância do acompanhamento para o desenvolvimento das crianças e jovens.

269. Durante sua infância, Marcelino Champagnat presenciou situações de agressão e de abuso de poder por parte de um catequista e de um professor, o que marcou profundamente a sua vida. Dessa maneira provocou-se em Marcelino uma repulsa à escola, e a decisão de voltar a um ambiente escolar no qual ocorressem tais práticas, porque "o castigo que sem razão [o mestre] aplicou a esse menino dá a entender o que posso esperar dele. Em qualquer momento fará o mesmo comigo. Assim, não quero nem suas lições e nem seus castigos também"[111]. Ao longo de sua vida, em cada momento possível, recordava aos Irmãos este fato, para fazê-los compreender o quanto a brutalidade, os castigos e as correções inoportunas podem afastar as crianças do ambiente educativo.

111 JUAN BAUTISTA FURET, *Vida de José-Benito-Marcelino Champagnat*, Zaragoza, Luis Vives, 1989, p. 6.

270. Desde o início de sua atividade pastoral como sacerdote, o Padre Champagnat demonstrou preocupação com a situação social das pessoas que integravam sua paróquia, pois "os vizinhos de La Valla eram gente boa e muito crente, mas simples e ignorantes. [...] A situação não o amedrontou. Colocando a sua confiança na Providência, começou imediatamente a lavrar a parte que lhe havia sido encomendada"[112]. De modo especial, demonstrou a sua maneira de se aproximar das crianças. Anteriormente, ainda adolescente, intuía que a marginalização das regiões pobres do interior era consequência da falta de acesso à educação e à cultura: "... apenas com infinitas dificuldades pude chegar a ler, por falta de mestres capacitados: a partir daquele momento senti a urgente necessidade de uma instituição que pudesse, com menos gastos, fazer o mesmo nas zonas rurais..."[113].

271. A fundação do Instituto dos Irmãos Maristas foi o recurso que encontrou para resolver as lacunas socioeducativas de sua época. Imaginou escolas gratuitas nas regiões pobres, mas com a qualidade de ensino comparável à das cidades. Para poder desenvolver serviços em comunidades marginalizadas e com difícil acesso à educação, estabeleceu acordos com municípios e paróquias, para que assumissem os gastos de funcionamento das escolas. "As escolas serão gratuitas, mas os municípios poderão aceitar uma retribuição mensal para cobrir parte dos gastos da escola"[114]. Quando o acordo estabelecido com algum município não se cumpria, o fundador não tinha dúvidas em reclamar o que lhe era devido.

272. Sendo superior dos Irmãos, diante da denúncia de violência cometida contra um dos meninos internos da casa de La Valla por parte de um postulante, averiguou a veracidade do fato e determinou que fosse dado um sinal claro que tinha sido sanado e, ao mesmo tempo, que fosse referência no trabalho desses futuros educadores. Reuniu todos os Irmãos e mandou chamar o agressor. Quando chegou, o repreendeu, colocando um crucifixo no chão e desafiando-o a pisoteá-lo. A falta cometida contra a inocência desse menino era um pecado mais grave do que profanar uma imagem de Deus.

112 JUAN BAUTISTA FURET, *Vida de José-Benito-Marcelino Champagnat*, p. 36.
113 Ao Rei Louis-Philippe, 28/01/1834, em *Crônicas Maristas V*. Cartas do P. Champagnat, Zaragoza, Luis Vives, 1996, doc. 34..
114 Ao Vigário-Geral de Nevers, P. Jean-Marie Frain, agosto de 1834, em *Crônicas Maristas V*. Cartas do P. Champagnat, doc. 43.

273. Em 1840, ano de sua morte, expõe com clareza o objetivo da instituição marista: "Monsenhor, nossa obra está inteiramente dedicada ao interesse das crianças pobres do campo e dos pequenos vilarejos. Com o menor custo possível, nos esforçamos em oferecer-lhes a instrução religiosa e cristã que os Irmãos das Escolas Cristãs oferecem, com tanto mérito, às crianças pobres das grandes cidades"[115].

274. Depois da morte do fundador, os primeiros Irmãos publicaram, em 1853, o *Guia do Mestre*, texto pedagógico-educativo, fruto da experiência no ensino dos Irmãos durante os primeiros 40 anos da instituição. Trata-se de um texto de referência, fonte de inspiração e de unidade na ação. O *Guia do Mestre* foi revisado em diversas ocasiões à luz das necessidades suscitadas pela grande expansão do Instituto e pela incorporação de novos enfoques educativos[116]. O prefeito da cidade de Peaugres escreveu ao Padre Champagnat elogiando a maneira marista de educar: "desde o estabelecimento de seus irmãos neste município, não deixamos de nos felicitar por sua presença e pelas inúmeras vantagens que eles nos trouxeram... Esta mudança é fruto dos princípios sólidos que eles se esforçam de transmitir, e pelo método apropriado que empregam no ensinamento..."[117].

275. Neste mesmo contexto, é importante ressaltar alguns elementos da prática educativa de Champagnat[118], que ao longo dos anos foram se consolidando como características da proposta educativa marista. Por exemplo: criar condições para que sejam bons cristãos e bons cidadãos; proximidade do educador aos educandos; as crianças devem ser valorizadas e estimuladas diariamente; que haja disciplina e regras claras; emprego de todos os recursos educativos necessários para educar; fortalecer o empenho e a participação dos pais e responsáveis, assim como da comunidade local; que os professores tenham qualificação, autoridade e momentos de formação; cuidado com o ambiente e, acima de tudo, amor por eles.

276. Champagnat se preocupava com os pobres, os órfãos, os idosos e os desamparados, ou seja, situações que transcendiam a educação formal. São diversas as iniciativas empreendidas, juntamente com os primeiros irmãos, para dar uma resposta às urgências e realidades de seu tempo. Por exemplo:

115 Ao Cardeal Hughes de Latour d'Auvergne, 11/02/1840, em Crônicas Maristas V. Cartas do P.Champagnat, doc. 319.
116 *Missão Educativa Marista,* Introdução.
117 Da carta do Prefeito de Peaugres, Sr. Vallas, 01/10/1838, em *Cartas Passivas*, doc. 165.
118 Cf. JUAN BAUTISTA FURET, *Vida de José-Benito-Marcelino Champagnat*, p. 531-560.

- na comunidade de La Valla, em 1820, interveio para que acolhessem meninos da rua, como Jean-Baptiste Berne[119];
- no tempo de l'Hermitage, em 1833, edificou um asilo simples, para acolher idosos e mendigos[120];
- em 1838, em Paris, matriculou dois Irmãos em um curso de capacitação para trabalhar com surdos-mudos[121].

277. Champagnat demonstrou, ao longo de sua vida, clarividência no que se refere à finalidade do Instituto, como expressou na carta endereçada ao bispo dom Alexandre Raymond Devie, da diocese de Belley, em 1833. "Esta obra boa me atrai cada vez mais, pois, bem dirigida, não se desvia de nosso objetivo, ao se concentrar principalmente na educação dos pobres"[122].

278. Por conseguinte, assumir o enfoque da promoção e defesa das crianças e dos jovens é dar continuidade à proposta educativa do Padre Champagnat, que enfatiza a ação cristã e cidadã das pessoas, capazes de um papel ativo na sociedade. Isso se concretiza em nossos dias por meio de: i) atenção direta pelas crianças e jovens em diversos serviços, programas e projetos desenvolvidos pelo Instituto Marista espalhado pelo mundo; ii) representações e articulações políticas nos espaços instituídos e redes associadas no âmbito local, nacional e internacional; iii) sistematização e construção de conhecimento adquirido pela prática educativa e do diálogo qualificado com as redes que agem voltadas para a mesma causa.

A solidariedade e os Documentos Institucionais Maristas

279. Champagnat legou à humanidade a instituição marista, que desde a sua fundação continua consolidando e atualizando a sua proposta educativa, sendo que atualmente encontra-se presente em mais de 80 países, em cinco continentes, ocupando-se da educação das crianças e jovens de todas as condições sociais, raças, classes e culturas. Os maristas se esforçam diariamente na arte de educar integralmente. Da tradição de Champagnat surge um conjunto de ensinamentos que forma o patrimônio espiritual e filosófico da educação marista, que se resume nos esforços constantes dos Irmãos, dos Leigos e Leigas Marista nas diferentes culturas e identidades dos jovens.

119 Cf. JUAN BAUTISTA FURET, *Vida de José-Benito-Marcelino Champagnat*, p. 522.
120 Cf. *Crônicas Maristas V.* Cartas do P. Champagnat, doc 27 e Frère Avit, *Annales de l'Institut*, p.126
121 Cf. *Crônicas Maristas V.* Cartas do P. Champagnat, doc 235.
122 Cf. *Crônicas Maristas V.* Cartas do P. Champagnat, doc 28.

280. Dando uma olhada nos documentos elaborados pela instituição marista nesses quase dois séculos de história é como resgatar sua práxis e postura espiritual, teológica, política, apostólica e eclesial. São documentos que buscam atualizar a espiritualidade e o carisma marista e fortalecer, em consonância com a sociedade, uma proposta inovadora de educação para as infâncias e as juventudes. Vamos nos deter especificamente nos documentos institucionais do Pós-Concílio Vaticano II, que pretendem aumentar e manter acesa a chama da visão e da opção propostas por Champagnat.

Do Concílio Vaticano II (1964) à comemoração dos 200 anos do nascimento de Champagnat (1989)[123]

281. Vaticano II solicitou às congregações religiosas a reformulação de suas Constituições, de seu estilo de vida, de sua relação com a sociedade, de suas políticas sociais, pastorais, etc. Foi nesse clima de renovação que aconteceu o XVI Capítulo geral (1967), que tem continuidade no XVII Capítulo, em 1976. Ambos traçaram linhas de ação desafiadoras.

282. Um tema amplamente abordado no XVII Capítulo geral (1976)[124] é a pobreza e a justiça, refletidas a partir da mensagem evangélica e da Igreja. Já que somos Irmãos, temos a obrigação de dar nossa contribuição a um mundo no qual grande parte da humanidade está atormentada pela fome e pela pobreza, e onde muitos vivem sujeitos à opressão e à miséria.

283. Segundo *Pobreza e justiça*[125], a realidade social e o espírito evangélico provocaram em nós, como ocorreu a Champagnat, uma chamada a nos dedicarmos com maior esforço apostólico aos pobres, aos oprimidos, aos marginalizados. A buscar caminhos evangélicos para melhorar a promoção e a defesa dos direitos do homem e a da mulher, seja no âmbito local, nacional ou internacional.

123 Optou-se por apresentar documentos institucionais que têm relevância social desde o Concílio Vaticano II, uma vez que este representa um marco para a Igreja e, consequentemente, para as Congregações. A partir do Concílio Vaticano II, o Instituto Marista tem dado passos progressivos para resgatar o carisma, a espiritualidade e a missão apostólica do P. Champagnat: o crescimento da participação de leigas e leigos; o deslocamento dos Irmãos e das atividades apostólicas em favor dos pobres; a expansão das atividades apostólicas; a inculturação da proposta Marista nas diferentes realidades da infância e da juventude, entre outros.
124 *Atas do XVII Capítulo Geral,* Roma, 1976.
125 *Atas do XVII Capítulo Geral*, p. 39-56.

284. As pessoas e as estruturas devem expressar abertamente a solidariedade para com os pobres, e o compromisso social deve ser realizado por pessoas preparadas e qualificadas. Como educadores, temos que estar atentos ao clamor do Espírito, que neste momento histórico nos convida a sermos testemunhas com nossas vidas e com nosso compromisso direto com os menos favorecidos. Para tanto, é obrigação de todo cristão, Irmãos e educadores construir com amor uma sociedade mais justa, mais humana, que sejam as primícias do reino de justiça e de paz.

285. A fidelidade ao Cristo e ao seu Evangelho e a fidelidade ao carisma de Marcelino alimentam o desejo de compromisso com Deus e com os jovens. Assim como expressa o Ir. Charles Howard na circular *Semeadores de Esperança*[126], ser Champagnat hoje é ser sinal de esperança para os jovens, é ser capaz de semear serenidade, paciência, audácia, criatividade, valentia e presença de Deus.

286. A Instituição Marista, alinhada com a DSI, destaca as ideias principais da encíclica papal, *Um apelo urgente: Sollicitudo Rei Socialis*[127], que destaca o compromisso da Igreja junto aos povos, na luta pelo desenvolvimento humano. Os cristãos devem assumir a luta pela justiça social e combater as desigualdades e a pobreza que se intensificam em muitas partes do mundo.

287. A solidariedade é a determinação firme e perseverante de empenhar-se em favor do bem comum, ou seja, com o bem de todos e de cada um, porque todos nós somos verdadeiramente responsáveis por todos, somos interdependentes. O pontífice ressalta que fazer opção por Jesus e pelo Evangelho é o mesmo que fazer a opção pelos pobres. O Ir. Charles reconheceu que nem sempre o instituto marista e, consequentemente, os Irmãos foram fiéis como deveriam. Reforçou o apelo para que o conhecimento e os bens estejam a serviço dos destinatários pobres, como fez Champagnat. Tal opção pode resultar, às vezes, conflitiva em relação a certas estruturas sociais, políticas e culturais. Ou seja, distinguimos entre diferentes vozes, como os profetas. A opção pelos pobres deve se materializar na estrutura das Unidades Administrativas e na vida dos Irmãos.

126 H. CHARLES HOWARD, Semeadores de Esperança, Roma, 1990. Disponível no site: www.champagnat.org..
127 H. CHARLES HOWARD, Um chamamento urgente: Sollicitudo Rei Socialis, Roma, 1990. Disponível no site: www.champagnat.org.

288. Com as crescentes contradições que as Américas apresentam, nos quais ocorre um aumento das injustiças e cresce dolorosamente a distância entre ricos e pobres, percebe-se um espaço fecundo para fortalecer a presença marista: *Um apelo e uma esperança para o Irmão marista na América Latina*[128].

289. Diante dessa realidade, a Instituição Marista deve ser sinal de esperança para o desenvolvimento da missão evangelizadora e educativa, que se concretiza nas obras em favor da justiça e da promoção humana. Somos chamados a ser testemunhas da Páscoa da Ressurreição, o que resulta em um convite para vencer a inércia e o medo, para mudar nossa tristeza em alegria e a enfrentar os tempos difíceis com confiança.

290. Irmãos e apóstolos, educadores das infâncias e das juventudes, somos chamados a cumprir uma tarefa da qual não podemos fugir, o desafio de promover os valores evangélicos. Os projetos educativos e eclesiais devem manifestar nossa opção preferencial pelos pobres. Assumiu-se um compromisso de conversão no seguimento do Cristo pobre e irmão universal, para que se concretize progressivamente, em todos os âmbitos, um real compromisso com a opção da preferência pelas crianças e jovens pobres.

Da comemoração dos 200 anos do nascimento de Champagnat até os 200 anos da Fundação do Instituto Marista

291. Neste período nos defrontamos com os documentos do XIX Capítulo Geral (1993)[129]. O Instituto é chamado resolutamente a estabelecer laços de solidariedade, para enfrentar as novas formas de injustiça que castigam as crianças e os jovens nos tempos modernos. Ser marista é ser capaz de causar indignação e imortalizar a esperança.

128 III CONFERÊNCIA LATINO-AMERICANA DE PROVINCIAIS - CLAP, Chosica (Peru), 1984, e Cali (Colômbia), 1987, *Uma Chamada e uma Esperança* para o *Irmão Marista na América Latina*, Roma, Luis Vives, 1987. O documento consolida as principais reflexões obtidas em Chosica e Cali, a pedido de H. Charles Howard. A CLAP é um grupo estruturado pelo Conselho Geral, em 1979, para favorecer a análise, a avaliação e o fortalecimento da presença Marista na América Latina, bem como promover a articulação e os projetos conjuntos, alinhados com o Capítulo Geral precedente. Realizada a cada quatro anos, desde 2004 passou a denominar-se Conferência Interamericana de Provinciais - CIAP..
129 *Atas do 19º Capítulo Geral, Roma, 1993. Disponível no site: www.champagnat.org.*

292. Para identificar, como o fundador reconheceu o apelo do Espírito, todos nós somos chamados a nos referirmos à experiência de *Montagne*, acontecimento que fortaleceu o sonho de Champagnat de fundar os Irmãos[130]. Ele viu com nitidez, nos olhos daquele menino, o clamor de milhares de crianças e jovens, vítimas, como ele, da adversidade humana e espiritual.

293. O XIX Capítulo Geral solicitou que se tivesse a audácia de abandonar certas seguranças para se aproximar dos pequenos e dos pobres, de desenvolver um serviço educativo de qualidade e garantir recursos humanos e financeiros. A opção preferencial pelos necessitados deve impulsionar os Irmãos, Leigos e Leigas Maristas, para que cheguem a lugares ainda inexplorados, que estejam nas fronteiras da sociedade, como sinal de fidelidade ao carisma, à identidade fundacional.

294. A missão evangelizadora da Igreja, entendida na perspectiva da opção preferencial pelos pobres, leva a compreender que a fé deve estar a serviço da promoção da justiça social e da defesa dos direitos humanos. O Evangelho exige que a realidade seja interpretada cada vez mais a partir do ponto de vista dos pobres e a partir de sua perspectiva. Este é o desafio para a Igreja e do Instituto, para ajudá-los a encontrar os instrumentos necessários para a sua própria transformação social. Irmãos, Leigos e Leigas Maristas se sentem chamados a uma conversão de mentalidade e de atitudes, isto é, a concretizar ações viáveis para colaborar na superação da pobreza.

295. A Instituição Marista salienta em sua proposta educativa a solidariedade, o compromisso em transformar a sociedade, a integração de fé e cultura, a prioridade das ações pastorais, a criação de espaços de fraternidade e participação efetivas das crianças e dos jovens em todos os processos educativos.

130 P. Champagnat visitou o jovem Montagne, que estava doente em uma aldeia nas proximidades de La Valla. Ao perguntar-lhe sobre as verdades da fé, ficou perplexo com sua ignorância. Depois de orientá-lo, foi visitar uma casa na vizinhança para atender a outro doente. Ao retornar, constatou que o jovem havia morrido. Analisando o que havia vivido, P. Champagnat perguntou-se: "Quantas crianças encontram-se diariamente na mesma situação e correm os mesmos riscos por não ter ninguém que lhes ensine as verdades da fé!". E a ideia de fundar uma Sociedade de Irmãos, dedicados a impedir este perigo por meio da educação cristã, tornou-se uma obsessão para ele. Cf. Missão Educativa Marista, p. 117.

296. Chegou o momento de assumir coletivamente, de modo decisivo e sem equívocos, o apelo evangélico à solidariedade. Maria oferece o exemplo perfeito de solidariedade vivida com seu Filho e com os mais necessitados. No *Magnificat*, canto de louvor e de solidariedade, encontram-se a audácia e a esperança necessárias para continuar a missão de evangelização, que busca formar verdadeiros discípulos de Jesus Cristo, a exemplo de Maria discípula. Tendo Maria como orientadora, empreende-se o caminho de solidariedade para com os pobres.

297. Pode-se destacar que o XIX Capítulo Geral entusiasma os Irmãos, Leigos e Leigas Maristas, a serem audazes na missão, a fim de intensificar programas de formação à solidariedade; de empenhar-se para que os responsáveis, em todos os âmbitos, privilegiem novos projetos destinados às crianças e aos jovens desfavorecidos; criar um Secretariado de Solidariedade na Administração-Geral; fortalecer o destino de recursos humanos e financeiros a objetivos de solidariedade; prever estratégias que sensibilizem o uso evangélico dos bens; incluir o tema da solidariedade no projeto educativo e coordenar ações correspondentes; entusiasmar para que as instituições se comprometam em ações de ajuda mútua, de promoção social e de defesa dos direitos humanos, focalizando prioritariamente os direitos das crianças, adolescentes e jovens.

298. Por último, cabe ressaltar que o XIX Capítulo Geral foi aquele que impulsionou a reestruturação e a reorganização das unidades administrativas do Instituto, para facilitar a mútua cooperação e para dar uma resposta às novas exigências do milênio. Essa oportunidade fica mais evidente na VI Conferência Geral[131], quando destaca que o Instituto deve unificar as prioridades no desenvolvimento espiritual, na missão educativa e de solidariedade, na pastoral, na promoção vocacional e na administração. Portanto, deve trabalhar de modo mais integrado, em ações que deem sentido de coesão e, sem acomodação, *caminhar na paz, mas depressa*[132].

299. O Ir. Benito Arbués, durante o seu mandato como Superior-Geral, contribuiu para que os

131 É importante distinguir entre: I) Capítulo Geral, que é uma assembleia representativa de todo o Instituto e expressa a participação de todos os Irmãos em suas vidas e missões; e II) Conferência Geral, que é uma assembleia consultiva que tem por finalidade consolidar a unidade dentro do Instituto e estudar os assuntos de interesse geral para solucioná-los. Esta prática já era encontrada na época de Marcelino, mas tornou-se evidente após o Concílio Vaticano II, consolidando-se como uma reunião convocada entre Capítulos Gerais. Extraído do site: www.champagnat.org/es/220600000.htm e http://www.champagnat.org/es/221300000.htm no dia 13/02/10.
132 H. BENITO ARBUÉS, *Caminar con paz pero de prisa,* Roma, 1997.

critérios evangélicos estivessem mais presentes no uso e na administração dos bens, por meio do texto *A propósito de nossos bens* (2000)[133]. Conclama a instituição e as pessoas a um estilo de vida simples, profético e evangélico. Cada vez mais em nossa sociedade se destacam as diferenças sociais, embora também se tornem visíveis as possibilidades. Devem-se dar passos audazes que permitam oferecer soluções práticas e únicas aos diferentes contextos sociais, culturais e econômicos.

300. No contexto latino-americano, por ocasião da VIII Conferência Latino-Americana de Provinciais – CLAP (Campinas, Brasil, 1995)[134], os maristas provocam respostas a favor das crianças e jovens pobres, pois Champagnat fundou o Instituto para educá-los e evangelizá-los. A situação de pobreza e a violação dos direitos das crianças e jovens nas Américas aumentaram ao longo dos anos, portanto as iniciativas e os esforços devem ser imediatos em vista do desenvolvimento da justiça, da paz e dos direitos humanos. Destaca-se, além disso, o fortalecimento da espiritualidade do educador e da educadora maristas na formação contínua e nos projetos educativos.

301. Nesse mesmo contexto se realiza a IX CLAP (Bolívia, 1999)[135], que retoma os aspectos já apresentados pelo XIX Capítulo Geral, de maneira especial o de tornar a espiritualidade apostólica marista o coração da nova fundação, em vista da fidelidade criativa ao carisma. Nova fundação significa fazer uma opção hoje, ser profeta no contexto latino-americano, ter zelo pelo dinamismo do carisma, reorientar o que existe, recuperar elementos que deram originalidade ao carisma e empreender projetos que possam ser mais fiéis às intuições fundadoras. Essa CLAP decidiu fortemente também dar agilidade ao deslocamento de Irmãos e comunidades na direção dos pobres, a ampliação e o aprofundamento da colaboração com Leigos e Leigas Maristas, a espiritualidade e a missão, a avaliação e a orientação das obras, para que sejam evangelicamente fecundas e solidárias.

133 H. BENITO ARBUÉS, *A propósito de nuestros bienes,* Roma, 2000
134 VIII CLAP, *Misión Marista en América Latina, rumbo al siglo XXI*, 12 a 21 de septiembre de 1995, Campinas (Brasil).
135 IX CLAP, *Espiritualidad y refundación según la intención de Champagnat*, 8 a 17 de septiembre de 1999, Cochabamba (Bolivia).

302. O documento do XX Capítulo Geral (2001)[136] convida a *optar pela vida*. Vida que se deve acolher, perceber, compartilhar e celebrar. Há vida nas pessoas, nos educadores e educandos das obras maristas e na comunidade. Irmãos, Leigos e Leigas Maristas e outras pessoas de boa vontade são chamadas a experimentá-la e a proclamá-la com alegria – "escolha a vida" (Dt 30,19). Vivê-la com intensidade é prova de reconhecimento e de entrega.

303. Deus nos ofereceu os dons necessários para entender o mundo e aqueles que nos rodeiam. Somos semeadores de esperança. Aproximamo-nos dos jovens e os ajudamos a formarem, a partir de suas existências fragmentadas, um bonito mosaico e a descobrirem o sentido da vida. Por isso, é necessário avançar juntos, Irmãos, Leigos e Leigas Maristas, de maneira decidida e inequívoca, para estarmos próximos das crianças e jovens mais pobres e excluídos, empreendendo caminhos novos de educação, de evangelização e de solidariedade[137].

304. A Instituição Marista reafirma seu compromisso de garantir uma educação de qualidade. O Instituto se sente fortemente chamado a viver a profecia da fraternidade, em gestos concretos de atenção e acolhida, de escuta e diálogo, de participação e de libertação. Está convencido de que a educação é um lugar privilegiado de evangelização e de promoção humana. Expressa seu reconhecimento aos Irmãos, Leigos e Leigas Maristas que exercem diversas formas as atividades educacionais. Ao mesmo tempo, aspira que as estruturas e obras sejam mais evangelizadores, solidárias e promotoras da justiça e estejam cada vez mais a serviço dos que se encontram marginalizados.

305. O XX Capítulo Geral chama os Irmãos, Leigos e Leigas Maristas ao processo de "alargar o espaço da tenda"[138], para que se possa responder a uma diversidade de necessidades e contextos locais e, ao mesmo tempo, chama a um movimento para que se possa impulsionar a presença dentre os mais pobres, com uma missão assumida com os próprios membros e com outras instituições civis e religiosas. Dessa forma, o Capítulo assinala uma maneira concreta de *alargar a tenda* (a solidariedade), que significa compromisso com a vida, no

136 Documento *Optamos por la vida*, en *Actas del 20º Capítulo General,* Roma, 2002, p. 21-40. Puede consultarse en el sitio: www.champagnat.org.
137 Documento *Optamos por la vida*, n. 31.
138 Is 54,2.

sentido de defendê-la, de promovê-la, de preservá-la. Nossa compreensão e prática podem e devem garantir a proposta do Reino de Deus, que se concretiza quando a humanidade faz a experiência de saciar "a fome de pão e de beleza"[139]. Esse alargamento ocorre por meio da capacidade dos Irmãos, Leigos e Leigas Maristas de compartilhar de forma corresponsável o carisma, a missão e a espiritualidade de Champagnat.

306. O XX Capítulo Geral oferece diversas recomendações aos Irmãos, Leigos e Leigas Maristas e às Unidades Administrativas, para que continuem avançando, onde se destacam: responder às necessidades dos jovens abandonados; harmonizar fé, cultura e vida; estabelecer um diálogo multicultural e inter-religioso; romper com a situação de pobreza e de injustiça; fortalecer a educação para a justiça, a paz e a solidariedade; discernir sobre o uso evangélico dos bens; fortalecer a evangelização de crianças e jovens, fortalecer os projetos do Secretariado Internacional de Solidariedade (BIS)[140], intensificar a sua presença junto aos organismos internacionais ligados à educação e à solidariedade; priorizar o deslocamento de Irmãos, comunidades e obras na direção dos pobres, em colaboração com outras organizações civis ou religiosas, levando em conta as necessidades reais das crianças e jovens; fortalecer a comunhão e a cooperação com a Igreja local; fortalecer a formação profissional e espiritual; favorecer o despertar e o acompanhamento da opção vocacional religiosa; convocar os Irmãos, os Leigos e Leigas Marista para a missão *ad gentes*[141]; elaborar a reorganização administrativa; fortalecer e desenvolver a espiritualidade.

307. Leigas Maristas, os recursos mais valorosos da instituição marista. A competência necessária dos líderes é para *ajudar os demais a sonhar* e contribuir para tornar *os sonhos realidade*, ou seja, serem capazes não apenas de valorizar o passado, mas também de prestar atenção ao presente e vislumbrar o futuro. Para tanto, os líderes devem superar o plano individual para garantir a identidade coletiva com planos referentes à espiritualidade e a missão. Os líderes têm um papel fundamental na análise e na prática da solidariedade, pois não é suficiente protestar em nome dos marginalizados, mas compreender por que esses grupos de pessoas vivem à margem da sociedade, ajudando-os a ter voz forte.

308. Já a VIII Conferência Geral (2007)[142] garante que não basta manter o curso de uma reorganização geográfica e administrativa já existente. O desafio de fato é construir unidade, formar uma nova identidade, mobiliar os espíritos e sensibilizar os corações, em consonância com o espírito do Hermitage[143], ou seja, que os Irmãos, Leigos e Leigas Maristas sejam mensageiros de esperança, a fim de garantir que o carisma, a espiritualidade e a missão oferecidos por meio de Champagnat continuem disponíveis para os *Montagnes*[144] de hoje e de amanhã, os que estão excluídos da sociedade, sem esperança, sem conseguir dar sentido à sua própria vida.

139 FREI BETTO, *Gosto de Uva* – escritos selecionados, São Paulo, Editora Garamond, 2003, p. 53-105.

140 O Secretariado Internacional da Solidariedade (BIS) é um serviço do Instituto para promoção da educação e da defesa de crianças e jovens, coordenação de projetos, promoção da justiça, da paz e da solidariedade. O BIS foi criado em 1995 a pedido dos participantes do XIX Capítulo Geral. Em 2004, o Conselho Geral, baSeándo-se na mensagem do XX Capítulo Geral, que solicitava a criação de estruturas de apoio que garantissem a representação do Instituto perante as organizações internacionais comprometidas com a educação e a solidariedade, adotou recomendações referentes ao trabalho conjunto e à criação de um programa de defesa dos direitos da infância nas Nações Unidas. Em março de 2005, foi firmado um acordo com a Franciscans International (FI), uma ONG franciscana com status de consultora geral ante as Nações Unidas. Esse protocolo com a FI possibilitou a instalação pelo BIS de um escritório para a defesa dos direitos da criança em Genebra. Para ampliar sua representação, articulação e atuação, em 2007 o BIS deixa de existir e torna-se legalmente Fondazione Marista per la Solidarietà Internazionale-onlus (FMSI), com sede na Itália. Atualmente, a partir de Genebra, a FMSI utiliza mecanismos das Nações Unidas para realizar a representação e intervenção em defesa dos meninos, meninas e jovens, conectada com as diferentes Províncias e Organismos Maristas de atendimento e proteção à infância e juventude. Além disso, tem a missão de favorecer a captação de recursos para as organizações maristas. Em 25 de julho de 2011, a Fundação obteve status consultivo especial que a credita para atuar frente ao Conselho Econômico e Social (ECOSOC) das Nações Unidas, com sede em Genebra..

141 O Projeto da Missão *ad gentes* foi lançado na VII Conferência Geral em Sri-Lanka, em 2005, com o objetivo de identificar, preparar e enviar Irmãos, leigas e leigos a regiões missionárias, com a finalidade de aumentar a viabilidade e a vitalidade do carisma marista, especialmente no continente asiático. A dimensão missionária do Instituto é visível em toda a história da congregação, como quando o P. Champagnat afirmava: "Todas as dioceses do mundo fazem parte dos nossos planos". Mais detalhes sobre este projeto no site:www.champagnat.org.

142 H. Seán SAMMON, Discuro de abertura da VIII Conferência Geral, 23 de maio de 2007; ID. Discurso de encerramento da VIII Conferência Geral, 2 de junho de 2007. Disponível no site: www.champagnat.org.

143 Para aprofundar este tema, consultar H. Seán SAMMON, Carta Reivindiquemos o espírito do Hermitage!, 6 de junho de 2007. Disponível no site: www.champagnat.org.

144 Cf. Documento *Optamos pela vida*. Disponível no site: www.champagnat.org.

309. Os maristas das Américas, em consonância com a Igreja peregrina, lançam um grito profético contra a miséria, a discriminação, a exploração, que marcam nosso Continente. Tal expressão surge a partir da I Conferência Interamericana de Provinciais – CIAP (2007)[145]. De tal realidade brotam respostas inovadoras e um forte grito por justiça social em favor dos pobres e marginalizados da sociedade. A identidade da vida religiosa passa pelo aprofundamento de nossa missão profética e de discipulado. No entanto, deve-se progredir na opção preferencial pelos mais necessitados, dando espaço para que Irmãos, Leigos e Leigas Maristas trabalhem diretamente com os mais pobres, além de favorecer a participação em projetos no âmbito eclesial, entre congregações e com outras organizações.

310. O conselho do Ir. Seán Sammon se dirige a todas as pessoas e organismos do Instituto por meio do plano sobre o *Uso Evangélico dos Bens* (2004)[146], pois é necessário utilizar os bens materiais para a construção do Reino de Deus, que é justiça, paz e alegria no Espírito. Deve-se assumir coletivamente a responsabilidade no momento de adquirir, utilizar e compartilhar os bens disponíveis. Sugere às pessoas com responsabilidade administrativa que realizem uma gestão profissionalizada e transparente, que a vida e as estruturas se conduzam pela simplicidade, que os recursos sejam utilizados de maneira sustentável para as gerações futuras, que os bens estejam a serviço da missão, particularmente dirigidos à redução da pobreza das crianças e jovens, exigência própria do carisma. Portanto, a solidariedade não se limita a compartilhar o supérfluo, ou o que sobra, mas consiste em compartilhar a vida, o tempo, os talentos, o carisma, os recursos materiais, humanos e financeiros. Criou-se um Secretariado para dinamizar tais aspectos no mundo marista, o que aumentou a compreensão do que seja o *Uso Evangélico dos Bens* (2009)[147].

311. Ao resgatar os aspectos fundadores vividos no Hermitage, desponta o carisma marista, seja por meio da experiência de Champagnat com os primeiros Irmãos, seja por meio da tradição que emerge dessa experiência ao longo da história. Carisma que se encarna e se atualiza ao longo do tempo, entendido como renovação. Segundo a circular *Tornar Jesus Cristo Conhecido e Amado* (2006)[148], é necessário reconsiderar o carisma para poder dar uma resposta às três características fundadoras do Instituto: i) os centros, mais do que centros de excelência acadêmica, devem ser principalmente lugares de proclamação e testemunho do Evangelho; ii) os esforços devem se dirigir a crianças e jovens, por meio da educação formal e outras formas de educação; iii) deve-se empregar o tempo especialmente em trabalhar com os pobres e excluídos da sociedade. Champagnat se referia claramente às crianças e jovens economicamente desfavorecidos. Isso se percebia em seus escritos e no modo como e onde os primeiros irmãos viviam. O apelo se estende aos Irmãos, Leigos e Leigas Maristas. O resgate da identidade fundacional tem que provocar uma revolução do coração, concretizada em projetos criativos e capazes de dar uma resposta às problemáticas do mundo moderno.

312. Compreende-se que a identidade marista se compõe da espiritualidade e da missão. Portanto, não basta uma reestruturação administrativa, mas deve surgir também uma identidade renovada e inovadora, compreendida e assumida pelos Irmãos, Leigos e Leigas Maristas, para coordenar as energias e propiciar a renovação do compromisso com Jesus, Marcelino, as crianças e jovens. Centralizar de maneira entusiasta a vida em Jesus significa mesclar-se com a comunidade eclesial, promover a justiça em favor dos pobres, exprimir fraternidade e ser semeador de esperança. São os apelos dos documentos de *Uma Revolução do Coração* (2003)[149] e Água da Rocha (2007)[150].

313. Neste itinerário percorrido, dentre as principais referências do Instituto Marista no que se refere à sua busca e opção pela solidariedade, convém destacar, por sua novidade e conteúdo, o esforço em fortalecer e congregar Irmãos, Leigos e Leigas Maristas ocorrido na Assembleia internacional para a missão marista (Mendes, 2007)[151]. Esse encontro

145 I CONFERÊNCIA INTERAMERICANA DE PROVINCIAIS - CIAP, *Identidade da Vida Religiosa Marista na América, desafios e perspectivas*, 4 a 6 de junho de 2007, Roma (Itália).
146 Plano de discernimento sobre o Uso Evangélico dos Bens, Roma, 2004. Disponível no site: www.champagnat.org.
147 H. PEDRO OST, Uso Evangélico dos Bens, Porto Alegre, Editora CMC, 2009.
148 H. SEÁN SAMMON, *Tornar Jesus Cristo conhecido e amado*. A vida apostólica marista hoje, Roma, 2006. Disponível no site: www.champagnat.org.

149 H. Seán SAMMON, *Uma revolução do coração*. Espiritualidade de Marcelino e identidade de seus Pequenos Irmãos de Maria no presente, Roma, 2003. Disponível no site: www.champagnat.org.
150 *Água da Rocha. Espiritualidade Marista que brota da tradição de Marcelino Champagnat, Roma, 2007. Disponível no site: www.champagnat.org.*
151 UMBRASIL, Ecos de Mendes. Assembleia Internacional da Missão Marista - um coração uma missão, Brasil, Editora Gráfica Cristine, 2007, e a monografia da revista FMS Mensagem, intitulada Assembleia Internacional da Missão Marista, Mendes, 3 a 12 de setembro de 2007. Disponível no site: www.champagnat.org. Constituída por aproximadamente 100 maristas provenientes de mais de 50 países que se dedicaram a compartilhar realidades que compõem a Missão, o Carisma e a Espiritualidade Marista no mundo contemporâneo.

representativo do mundo e de nosso carisma destaca cinco aspectos, conservando uma postura de compartilhar, refletir e escutar as diferentes realidades ligadas com a tradição maristas e a Palavra de Deus: i) centralizar entusiasticamente a vida em Jesus; ii) estabelecer uma corresponsabilidade entre Irmãos, Leigos e Leigas Maristas; iii) dar prioridade à evangelização nas atividades apostólicas; iv) fortalecer o direito a uma educação de qualidade; v) intensificar a defesa e a promoção dos direitos das crianças e jovens, fortalecendo a voz de quem não tem voz.

314. Especialmente este último aspecto assinala sete objetivos que permitem constatar como é sentida essa voz forte, decidida e profética em defesa e na promoção dos direitos das crianças e jovens: i) garantir que os princípios da DSI guiem as ações (estruturas, políticas e atitudes); ii) promover os direitos humanos por meio de uma educação marista crítica, integral, solidária, inspirada no Evangelho; iii) ter coragem para denunciar as estruturas sociais econômicas, políticas, culturais e religiosas que oprimem as crianças e os jovens; iv) ser testemunha individualmente, mas também comunitária e institucionalmente, na defesa de seus direitos; v) abrir o coração aos clamores das crianças e jovens e promover maior presença marista nas regiões mais pobres, acompanhando os marginalizados; vi) favorecer os destinatários, crianças e jovens, proporcionando ocasiões de compartilhar, de participar das decisões e de exercer uma liderança; vii) criar e fortalecer redes maristas de colaboração e de comunicação com a sociedade civil organizada, ou seja, o poder legislativo, governos, instituições eclesiais, no âmbito local, nacional e internacional, respeitando a diversidade cultural.

315. A circular *Em seus braços ou em seu coração* (2009)[152] nos diz que contribuir à espiritualidade, carisma e identidade marista é entender que Maria é a primeira dentre os pobres de Iahweh, primeiro modelo da Igreja, primeiro modelo da atitude cristã, nossa Boa Mãe, nosso recurso habitual, nossa Irmã na fé. Analfabeta, pobre e privada de poder, prometida que vive em uma aldeia desconhecida de um país ocupado, Maria recebeu o mensageiro de Deus. Esse fato torna mais significativa a mensagem revolucionária do seu *Magnificat* ao anunciar a todos que Deus, seu salvador, vinha para acabar com a opressão, agindo em favor dos pobres deste mundo. Depois de tantos séculos, aqui reside o maior escândalo do cristianismo: quando chegou a hora propícia, a Palavra de Deus não se manifestou nos centros de poder e de riqueza, mas na periferia, entre os pobres.

152 H. Seán SAMMON, Em seus braços ou em seu coração. Maria, nossa Boa Mãe - Maria, nossa fonte de renovação, Roma, 2009. Disponível no site: www.champagnat.org.

316. Se prestássemos atenção com sinceridade nas palavras do cântico de Maria, o *Magnificat,* seríamos realmente audazes para abraçar a mensagem do Evangelho. Suas palavras nos convidam a uma mudança fundamental, uma mudança de coração, capaz de garantir que a presença do Senhor, atualmente e ao longo da história, tem sentido e produz a diferença.

317. Champagnat queria compartilhar com todas as pessoas que encontrava, mas principalmente com as crianças e os jovens pobres, tudo o que tinha visto e escutado: "Tornar Jesus Cristo conhecido e amado – repetia continuamente – é a finalidade de vossa vocação"[153]. E ainda mais: "Para educar as crianças deve-se amá-las. E amar a todas igualmente"[154]. Com esse ensinamento garante a proximidade do instituto marista dos braços e seio de Maria, recordando-nos, assim, nossa verdadeira identidade.

318. Maria é a mulher que acolhe a mensagem de Deus, mas também interpela, dá ordens e peregrina. E mais, viaja bastante. Depois da Anunciação, os textos evangélicos a apresentam sempre fora de casa, em alguma atitude de solidariedade. Maria "se levantou de imediato e se pôs a caminho" para visitar sua prima Isabel, empreendeu a última peregrinação a Jerusalém e, em Pentecostes, participou da comunidade de fiéis, sobre a qual o Espírito de Deus soprou vida e enviou em missão.

319. Essa visão é essencial para quem se declara membro de um instituto apostólico e se denomina marista. Somos essencialmente itinerantes, enviados a lugares onde a urgência da evangelização se faz sentir. É necessário romper com o *status quo,* o previsível, o estável e o convencional. Colocar em dúvida as iniciativas que temos, assim como sua finalidade e nossa presença. Neste momento histórico, a profissionalização é importante, mas são também fundamentais o zelo apostólico e o entusiasmo por Deus, como nosso fundador e Maria tiveram. Assim conseguiremos transmitir o tesouro que experimentamos a todos os que encontramos, principalmente às crianças e jovens pobres.

320. Pode-se avaliar o esforço crescente para alargar o espaço da tenda e que um número cada vez maior de pessoas se coloca em torno da mesma mesa. Para que o carisma, a espiritualidade e a missão apostólica marista possam ser assumidos e testemunhados, foi feito o documento *Em Torno da Mesma Mesa* (2009)[155]. O coração dos Leigos e Leigas Maristas bate em sintonia com o entusiasmo de Champagnat, que é o de evangelizar as crianças e os jovens pobres e excluídos da sociedade, por meio da educação.

153 JUAN BAUTISTA FURET, *Vida de José-Benito-Marcelino Champagnat*, p. 341.
154 JUAN BAUTISTA FURET, *Vida de José-Benito-Marcelino Champagnat*, p. 550.
155 *Em torno da mesma mesa ou A vocação dos leigos maristas de Champagnat, Roma, 2009.*

321. Finalmente, esse itinerário chega à atualidade, com o XXI Capítulo Geral, no qual ocorreu a maior participação de Irmãos, Leigos e Leigas Maristas nas reflexões que o precederam e durante o encontro. Observa-se esse esforço de modo especial já na preparação do Capítulo, com o amplo e qualificado processo de escuta e de participação[156], incluindo crianças e jovens, para animar esse tempo histórico. Sob outro aspecto, o Governo Geral sintetiza o itinerário realizado e salienta algumas recomendações para o novo horizonte, por meio do *Informe do Irmão Superior-Geral e seu Conselho ao XXI Capítulo Geral* (2009)[157]. Para a preparação deste, o Ir. Seán D. Sammon lança a circular *Corações Novos para um Mundo Novo* (2008)[158], que apresenta um resumo dos Capítulos realizados desde Vaticano II, com as mudanças geradas por este marco eclesial, os grandes desafios que o Instituto enfrenta hoje[159] e os processos para a eleição dos delegados. Este mesmo resumo, descrito de forma semelhante, encontra-se no discurso de abertura do XXI Capítulo Geral, feito pelo Ir. Seán D. Sammon, intitulado *Através dos Olhos de uma Criança* (2009)[160].

322. Na mensagem de conclusão do XXI Capítulo Geral[161], o Ir. Emili Turú recorda que ser capaz de olhar com os olhos das crianças é "ver o mundo de baixo". Cabe à instituição marista, esteja onde estiver, "ser experta em evangelização e [...] ser experta na defesa dos direitos das crianças e dos jovens". Hoje em dia temos que ser pessoas místicas, em uma caminhada de identificação com Jesus, para concretizar o projeto do Reino de Deus. Para isso, necessitamos considerar os recursos humanos e os processos de participação, a criatividade gerada pelo capital humano, o diálogo como possibilidade de resolver conflitos e a internacionalidade capaz de conectar causas e pessoas.

156 Intitulado *A caminho do XXI Capítulo Geral.*
157 *Relatório do H. Superior Geral e seu Conselho ao XXI Capítulo Geral, Roma, 2009.*
158 H. Seán SAMMON, *Corações novos para um mundo novo. Convocatória para o XXI Capítulo Geral dos Irmãozinhos de Maria*, fundados por Marcelino Champagnat, Roma, 2008.
159 O Instituto focaliza crianças e jovens pobres, mas precisa encontrar meios mais eficazes de ligar o Evangelho ao mundo e desenvolver uma linguagem de fé que toque os corações e as mentes das novas gerações.
160 H. Seán SAMMON, Mensagem na abertura do XXI Capítulo Geral Através dos olhos de uma criança, em Atas do XXI Capítulo Geral, Roma, 2010, p.187-204. Disponível no site: www.champagnat.org.
161 H. EMILI TURÚ, Palavras no encerramento do XXI Capítulo Geral A resposta está em suas mãos, em Atas do XXI Capítulo Geral, p. 211-221. Disponível no site: www.champagnat.org.

323. Os Leigos e Leigas Maristas participantes do XXI Capítulo Geral[162] manifestam a dedicação e o esforço histórico de fortalecer o carisma marista, para proporcionar melhorias constantes na proposta educativa das crianças e dos jovens pobres, e que os recursos econômicos e humanos devem ser usados com essa finalidade. Isso porque, enquanto a voz das crianças e dos jovens pobres continua clamando, o carisma de Marcelino terá razão de existir. Seu olhar comove nossos corações e nos chama para que, juntos, Irmãos, Leigos e Leigas Maristas, subamos ao seu encontro para aprofundar, com audácia, o carisma marista, construindo uma atitude profética de comunhão com a Igreja e com as redes de solidariedade, no âmbito do Instituto e dos organismos Provinciais.

324. Por meio das imagens de Maria e de Champagnat que, apressadamente, se colocam a caminho para visitar Isabel e o jovem *Montagne*, o XXI Capítulo Geral convida cada um dos Irmãos, Leigos e Leigas Maristas a fazerem este mesmo caminho. *Com Maria, Subam Depressa a uma Nova Terra!* (2009)[163]. Esse caminho implica, entre outras coisas: i) incentivar uma vida consagrada nova, arraigada firmemente no Evangelho, que promova um modo novo de ser Irmão; ii) fomentar uma nova relação entre Irmãos, Leigos e Leigas Maristas, baseada na comunhão, para uma maior vitalidade do carisma marista no contexto global e local, ou seja, a internacionalização; iii) garantir uma presença fortemente significativa entre as crianças e jovens pobres, ver o mundo com seus olhos, com os quais se descobre o rosto materno de Deus, sinal de seu Reino neste mundo. Neste sentido, faz-se um convite explícito para que as estruturas, os grupos e as pessoas sejam defensores da promoção e da defesa dos direitos das crianças e dos jovens, de maneira corajosa e profética, conectados e articulados com outras redes locais e internacionais que não meçam esforços para romper com as diversas formas de opressão contra as infâncias e às juventudes. Enfim, o Capítulo Geral convida Irmãos, Leigos e Leigas Marista, a serem pontes que proporcionem o encontro, o diálogo, a solidariedade e a justiça social, por meio do testemunho profético da presença e da ação, para reduzir as diferenças entre ricos e pobres em todos os contextos e áreas da missão.

162 Mensagem dos leigos maristas convidados para o XXI Capítulo Geral Peregrinos com corações novos para um mundo novo, em Atas do XXI Capítulo Geral, Roma, 2010, p. 205-209. Disponível no site: www.champagnat.org.
163 Documento oficial do XXI Capítulo Geral com Maria, subam depressa a uma nova terra!, em Atas do XXI Capítulo Geral, p. 43-73. Disponível no site: www.champagnat.org.

325. A II CIAP (2011)[164] proclama que os Irmãos, Leigos e Leigas Maristas das Américas são portadores do carisma e da espiritualidade de Champagnat, "transformados pela experiência de Deus, sensíveis às necessidade do povo desta terra e fortalecidos na comunhão fraterna, unidos por uma melhor educação que chegue a mais crianças e jovens pobres: próximos deles; encorajando seu encontro com Jesus Cristo; pelos caminhos da solidariedade; na promoção e defesa de seus direitos".

Referências internacionais de direitos

326. O impacto das grandes guerras mundiais e as progressivas possibilidades de interconexão e interdependência entusiasmaram a busca de consenso entre os grupos humanos separados pela geografia e, muitas vezes, também pela história. Diversos documentos internacionais abordam temas que permitem determinar o compromisso social marista no desenvolvimento integral das infâncias e juventudes.

Temas relevantes

Infâncias, juventudes e DIREITOS HUMANOS

327. Os direitos da criança são reconhecidos em vários instrumentos do sistema universal de proteção dos direitos humanos. Dentre esses instrumentos podemos citar o *Acordo Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos*, que preveem os direitos das crianças à não discriminação. *A Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher* esclarece o princípio de "interesse superior das crianças"; a *Convenção sobre os direitos das crianças*, que trata de uma série de direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, e a *Declaração sobre os Direitos da Criança* da ONU (1959) afirma: "A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais" (art. 25); também destaca que "a infância, em razão de suas necessidades físicas e mentais precisa de proteção e cuidados especiais". Na *Convenção dos Direitos da Criança* (1989), destacam-se quatro princípios gerais: não discriminação, interesse superior, sobrevivência e desenvolvimento e participação. Esse documento é considerado como um marco importante na passagem da concepção da criança como *menor* (objeto de proteção) à de *sujeito*, pleno de direitos.

328. O *Programa 21* (1992), promovido pelas Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável, insiste na importância de velar pelo cumprimento do respeito pelos direitos das infâncias e das juventudes. É vital levá-los em conta, pois se trata da população que continuará tornando possível no futuro o desenvolvimento. A *Convenção Ibero-Americana de Direitos dos Jovens* (2005) recorda que este grupo requer uma atenção especial porque se encontra no período de vida onde se forma e se consolida a personalidade, os conhecimentos, a segurança pessoal e a projeção para o futuro.

Infâncias, juventudes e EDUCAÇÃO

329. O acesso universal à educação e o sentido no qual deve se orientar são dois elementos destacados nos documentos internacionais. A *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (1948), "toda pessoa tem direito à educação... deve ser gratuita, ao menos no que diz respeito à instrução elementar e fundamental" (art. 26). A *Declaração* de 1959 insiste na gratuidade e obrigatoriedade, favorecendo a cultura geral e o desenvolvimento de aptidões que lhes permitam serem membros úteis à sociedade. A *Declaração Mundial sobre a Educação para Todos* (Jomtien, Tailândia, 1990) afirma que pela primeira vez na história existe a possibilidade real de aspirar a esta meta. A educação básica é o cimento para a aprendizagem permanente e o desenvolvimento humano, sobre o qual se podem construir níveis mais avançados de educação e de capacitação. Alcançar o ensino primário universal é o segundo *Objetivo de Desenvolvimento do Milênio* (2000), afirmando especialmente a proteção diante dos riscos da pobreza e a superação das diferenças de classes.

330. Sucessivamente, a *Declaração* de 1924, a *Declaração Universal* e a *Declaração* de 1959 orientam o sentido da educação, desde a responsabilidade social, a solidariedade e a tolerância entre os povos. A *Convenção* 1989 estipula que deve encaminhar-se ao pleno desenvolvimento pessoal e ao respeito dos direitos humanos, do meio ambiente, das liberdades fundamentais,

164 II CONFERÊNCIA INTERAMERICANA DE PROVINCIAIS - CIAP, Com Maria Peregrina, *Acompanhamos a Vida Marista nas Américas*, 4 a 9 de setembro de 2011, Luján, Argentina.

da própria identidade cultural e das diversas civilizações. O *Informe Delors* (UNESCO, 1996) mostra as dificuldades e as tensões que estão entranhadas na globalização, diante da qual a educação pode ajudar a "compreender o mundo e a compreender o outro, para assim compreender melhor a si mesmo" (p. 31). Por isso, um dos quatro pilares da educação ao longo da vida é "aprender a VIVER JUNTOS".

Infâncias, juventudes e POBREZA

331. As condições dos primeiros anos de vida são fundamentais para o desenvolvimento físico, intelectual e emocional dos seres humanos. Essa é uma das razões por que o primeiro *Objetivo do Milênio é Erradicar a Pobreza Extrema e a Fome* (2000), ameaças diretas aos direitos das crianças: quem as padece arrisca sua sobrevivência, sua saúde, nutrição, educação e está exposto à exploração. A luta contra a pobreza é uma empresa coletiva, cujos resultados beneficiarão todos os países, sendo os mais desenvolvidos aqueles que têm a principal responsabilidade.

332. O *Programa 21* (1992) pensa nos meninos, meninas, jovens e mulheres como eixos principais sobre os quais é preciso intervir para superar a pobreza. A Carta da Terra, declaração internacional da sociedade civil formulada no ano 2000, inclui dentre seus princípios de justiça social e econômica, a necessidade de erradicar a pobreza, como um imperativo ético, social e ambiental. É necessário oferecer a todos a educação que permita manter-se de maneira autônoma, possibilitando que os mais esquecidos e vulneráveis desenvolvam suas capacidades e alcancem suas aspirações.

Infâncias, juventudes e MEIO AMBIENTE

333. Esta preocupação se manifesta no sétimo *Objetivo do Milênio: Garantir a Sustentabilidade do Meio Ambiente*. Sua observância implicaria melhorias substanciais na vida das crianças e jovens, por exemplo, no acesso à água potável e ao saneamento básico. A *Convenção Ibero-Americana* (2005) aborda o direito dos jovens a viver em um meio ambiente saudável, reconhecendo a importância de proteger e utilizar adequadamente os recursos naturais para satisfazer as necessidades atuais sem comprometer as futuras. A *Carta da Terra* (2000), por seu lado, afirma que a proteção do meio ambiente, os direitos humanos, o desenvolvimento equitativo dos povos e a paz são interdependentes e indivisíveis e que as soluções devem levar em conta todos esses aspectos.

334. O *Programa 21* (1992), na seção denominada "Conservação e gestão dos recursos para o desenvolvimento", enumera detalhadamente os diversos âmbitos nos quais é necessário intervir por meio da gestão, a conservação, a proteção, o fomento e o ordenamento, para o correto uso de nossos bens naturais, garantindo um desenvolvimento sustentável.

Infâncias, juventudes e TRABALHO

335. A *Declaração* de 1959 e a *Convenção* (1989) reconhecem o direito ao descanso e à recreação. Desse modo, indicam a necessidade de fixar uma idade mínima para o trabalho e a importância de impedir que realizem trabalhos que prejudiquem sua educação, a saúde e o desenvolvimento. O *Convênio 138 – OIT – sobre a idade mínima de admissão ao emprego* (1973) estabelece 14 e 15 anos de idade para países cuja economia e meios de educação são insuficientemente desenvolvidos. Estabelece que o *trabalho perigoso* é qualquer trabalho que comprometa a saúde física, mental ou moral dos menores de 18 anos. Crianças entre 13 e 15 anos de idade podem realizar *trabalhos leves*, que não ameacem sua saúde e a segurança, nem os impeçam de receber educação, orientação ou capacitação. No *Convênio 182 – OIT sobre as piores formas de trabalho infantil* (1999) estão incluídas todas as modalidades de escravidão, venda e tráfico de crianças, a servidão por dívidas, o trabalho forçado, o recrutamento em conflitos armados, a prostituição, a pornografia e atividades ilícitas. Explica que a solução de fundo é o crescimento econômico sustentado e a educação universal.

Infâncias, juventudes e SAÚDE

336. Para dar prioridade às infâncias, a *Declaração* de 1924 afirma que "a criança enferma deve ser atendida" e que "deve ser o primeiro a receber socorro em caso de calamidade". A *Declaração* de 1959 acrescenta a importância de desfrutar o benefício da seguridade social, pois têm direito a crescer e se desenvolver com boa saúde. Acentua, ainda, a importância do acesso a

serviços médicos adequados e a atenção para quem tem impedimentos físicos ou mentais. A *Convenção* de 1989 indica: os Estados partes reconhecem o direito da criança desfrutar o nível mais alto possível de saúde e de serviços para o tratamento das enfermidades e reabilitação da saúde. Os Estados partes se esforçarão para garantir que nenhuma criança seja privada de seu direito de desfrutar esses serviços sanitários.

337. Vários *Objetivos do Milênio* (2000) dizem respeito à saúde das infâncias e das juventudes: a *mortalidade infantil* (4°) está vinculada estreitamente à pobreza e é perfeitamente evitável quando são tomadas as medidas adequadas. *Melhorar a saúde materna* (5°) incide diretamente no bem-estar das crianças e alerta sobre a qualidade da atenção durante a gravidez da mãe e os primeiros dias de vida. *Combater o HIV, o paludismo e outras enfermidades* (6°) tem uma implicação direta na vida das crianças e, no caso da Aids, é fundamental iniciar a prevenção desde antes dos 15 anos de idade, conseguindo evitar as condutas sexuais de risco.

Infâncias, juventudes e GÊNERO

338. A *Declaração Universal* (1948) menciona o sexo como uma das condições particulares prioritárias da dignidade intrínseca do ser humano. A *Declaração* de 1959 e a *Convenção* de 1989 utilizam textualmente a mesma expressão. A *Convenção Ibero-Americana* (2005) reconhece esse direito e declara que os Estados entusiasmarão políticas, medidas legislativas e orçamentos que garantam a equidade entre homens e mulheres jovens, marcando a igualdade de oportunidades e o exercício dos direitos. O mesmo documento, dentre as condições que devem ser consideradas para evitar qualquer discriminação, menciona entre outras o sexo e a orientação sexual (5).

339. O *Programa 21* (1992) convoca todos os governos para que determinem uma estratégia para eliminar os obstáculos constitucionais, jurídicos, administrativos, culturais, sociais, econômicos e de comportamento que impeçam a plena participação da mulher. O terceiro *Objetivo do Milênio* (2000) é dedicado explicitamente a *promover a igualdade entre os sexos e o poder da mulher*. A igualdade entre os sexos, além de ser um direito humano, é crucial para o cumprimento dos outros objetivos. Deveria refletir-se nos âmbitos educacional, de trabalho, na distribuição equitativa dos recursos e na representação na vida pública. Atualmente, reflete-se a respeito da diferença entre sexo e gênero.

Infâncias, juventudes e VIOLÊNCIA

340. A *Convenção* (1989) solicita que se adotem todas as medidas para proteger as crianças contra abusos físicos e psicológicos, tratamentos negligentes, exploração e abuso sexual (art. 19). Também se cuidará para que não sejam submetidos a torturas, tratamentos cruéis, inumanos ou degradantes (art. 37). Proíbe a pena capital e a prisão perpétua para os menores de 18 anos de idade e, para os que estão em conflito com a justiça, o encarceramento se utilizará somente como último recurso e durante um período mais breve possível.

341. Não obstante, o *Informe Pinheiro* (2006) constata que a violência contra as infâncias é um fenômeno presente em todas as culturas, níveis sociais e educativos. Sendo um problema multidimensional, a resposta deve ter múltiplas facetas. Saliente-se que não existe nenhuma justificativa para impor-lhes violência e que sempre se pode prevenir. A aceitação social é determinante para que continue mantendo esta disposição, especialmente nos países menos desenvolvidos. Fatores de proteção são: a coesão social, o desenvolvimento de vínculos afetivos entre pais e filhos, uma disciplina afirmativa e não violenta, um ambiente seguro na escola e o fomento de comportamentos não discriminatórios.

Infâncias, juventudes e DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL

342. Em um continente como a América, onde grande parte de sua população se constitui de povos indígenas, afrodescendentes e migrantes, a luta contra o racismo, a xenofobia e a intolerância promovida por eles é fundamental para o resguardo dos direitos das crianças e dos jovens. A *Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial* (1965) denuncia toda exclusão, restrição ou preferência baseada em motivos de raça, cor, origem nacional ou etnia, que menospreze os direitos humanos e as liberdades fundamentais (art. 1). *A Declaração de Durban* (África do Sul, 2001) adere a essa convenção e denuncia que o racismo é um flagelo ainda existente sob novas formas. Renova o compromisso para sua total erradicação e reafirma o valor da diversidade étnica, cultural, linguística e religiosa. A *Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas* (2007) fixa as normas para a sua sobrevivência, dignidade e bem-estar. A respeito das crianças e jovens, propõe pontualmente a proteção contra toda forma de violência, transferência forçada, exploração e trabalhos perigosos e o direito a serem educados em seus próprios idiomas e culturas.

3. Itinerários de solidariedade Marista nas Américas

Sumário Capítulo 3

INTRODUÇÃO 106
PRIMERA PARTE 108
Itinerários nas conjunturas sociais, eclesiais e maristas 108
Itinerários sociais 108
Primeiro período 108
Segundo período 110
Terceiro período 112
Itinerários eclesiais 115
Primeiro período 115
Segundo período 117
Terceiro período 119
Itinerários maristas 122
Primeiro período 122
Segundo período 125
Terceiro período 128
SEGUNDA PARTE 133
Eixos temáticos da solidariedade marista 133
Primeiro período 133
Novas presenças 133
Dinâmicas de participação e colaboração solidária 134
Dinâmica de transformação da solidariedade 134
Segundo período 135
Novas presenças 135
Dinâmicas de participação e colaboração solidária 135
Dinâmica de transformação da solidariedade 135
Terceiro período 137
Novas presenças 137
Dinâmicas de participação e colaboração solidária 139
Dinâmica de transformação da solidariedade 140

3. ITINERÁRIOS DE SOLIDARIEDADE MARISTA NAS AMÉRICAS

Introdução

343. O itinerário na Roma Antiga era um mapa de estradas que definia um caminho ou rota. Usa-se essa palavra para falar de um trajeto a seguir para se chegar a um lugar.

344. Tentamos recuperar neste capítulo as escolhas feitas, historicamente, como Marista para caminhar pela trilha da solidariedade e também intuir os processos vivenciados ao fazer essas escolhas e assim iluminar os caminhos que se abrem diante de nós neste mundo em mudança.

345. Queremos recuperar a memória, não só em ordem cronológica, para "viver de glórias passadas", nem com um interesse histórico, mas como um *midrash* bíblico: que recupera o vivenciado no seu contexto e significado original, com as opções de vida que significa para os Irmãos e para a sociedade, tudo para atualizá-lo e orientar nossas vidas hoje.

346. A origem da Congregação dos Irmãos Maristas é um ato profundamente solidário. A situação na qual viveu e morreu o jovem Jean-Baptiste Montagne, nos tempos posteriores à Revolução Francesa, tocou profundamente Champagnat, acima de tudo, pela maneira como ele se sentia amado por Deus. Não conseguia assimilar que o jovem não tivesse tido a possibilidade de viver uma relação amorosa com Deus, como Marcelino viveu. Isso o leva a tomar a decisão de fundar os Pequenos Irmãos de Maria. Champagnat não pode deixar que o outro não possua algo que ele tem e que é tão essencial à vida, como é o poder de estabelecer uma relação que dá significado fundamental à existência.

347. A origem de nossa jornada como Maristas em cada país das Américas se dá por meio de múltiplas opções, como aconteceu com Champagnat, envolveram os Irmãos Maristas da Europa e, posteriormente os nativos, que se sentiram questionados pelas circunstâncias históricas em que viveram e, sobretudo, pelos rostos e gritos de crianças e jovens que viviam situações semelhantes às do jovem Montagne.

348. Assim, os itinerários solidários Maristas contemplam, de forma sucinta, a presença de caminhos de solidariedade Marista nas Américas, organizadas em três blocos: desde o início da presença Marista na América até o Concílio Vaticano II; do Concílio Vaticano II até o XIX Capítulo Geral; e, finalmente, deste até os dias atuais. A periodização, que só pretende ser referencial, obedece à intenção de visualizar as opções que os Irmãos Maristas fizeram nas Américas, em momentos em que o contexto Marista tem tido a oportunidade de reorientar ou renovar as opções e a presença solidária.

349. Os itinerários estão relatados em duas partes: a primeira apresenta os processos de mudança desde conjunturas sociopolíticas, da igreja e maristas que marcaram o caminho da solidariedade nas Unidades Administrativas (UAs). É uma narrativa que apresenta a percepção da experiência vivida pelas UAs das Américas, segundo as respostas dadas, não de uma exaustiva pesquisa histórica, típica de outros estudos.

350. Na segunda parte se mostram os eixos temáticos da solidariedade como processo, reconhecendo as novas presenças junto aos pobres, os protagonistas de uma ação conjunta e da dinâmica de transformação das UAs das Américas. Nos dados coletados, compartilhados por cada UA das Américas, se detalham de maneira particular os itinerários, com base nos quais foi criada a presente síntese.

351. Desejamos a todos uma leitura inspirada pelas mensagens e caminhos de fé, coragem e audácia percorridos pelos Irmãos, Leigos e Leigas Maristas, reconhecendo que nossos antecessores no caminho da solidariedade, foram mensageiros nas Américas dos ideais de nosso fundador.

352. Que possamos seguir novos caminhos e que a resiliência frente aos desafios vivenciados, a dimensão profética e as utopias possam ser elementos que não nos deixem distanciar do sonho de Champagnat, do compromisso para com o reino e com as pessoas, homens e mulheres, inundados de fé e de esperança. Acreditamos que tudo o que vivemos até o momento, expressado nesses itinerários, pode renovar nosso compromisso com vigor e paixão, responsabilidade e ética, para que nas primaveras vindouras estejamos juntos aos *prediletos de Champagnat*.

PRIMERA PARTE
Itinerários nas conjunturas sociais, eclesiais e maristas
Itinerários sociais

Primeiro período

Da Fundação das Províncias Maristas na América até o Concílio Vaticano II

353. O amanhecer do século XX encontrou a América ainda pouco madura para somar-se às mudanças que estavam acontecendo no mundo ocidental desde o século anterior. Na América, as revoluções industriais, sociais e do pensamento científico que tinham acontecido na Europa na segunda metade do século XIX tiveram seu impacto e desenvolvimento de forma desigual em todo o Continente.

354. Nesse período seguiram a luta entre os partidos liberal e conservador, em muitos casos, com experiências de violência como guerras revolucionárias e golpes de Estado. Por exemplo, o Chile foi marcado pela morte simbólica dos mineiros nas minas de sal.

355. Promulgaram-se constituições (México/1917, Brasil/1934) que tinham medidas democráticas em áreas laborais e educativas, mas em geral, na área política permanece o autoritarismo, por meio de ditaduras, democracias autoritárias ou partidos únicos. Enquanto isso, no Chile, uma nova Constituição (1929) estabelece um sistema presidencialista que faz uma separação definitiva entre Igreja e Estado, em contraste com a Colômbia, onde a Constituição foi promulgada em 1889 e estava em vigor havia mais de cem anos. A partir deste novo pacto social, a Igreja se torna um elemento essencial para o Estado.

356. Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) as implicações e impactos na América foram reduzidos diretamente, mas indiretamente significaram um fortalecimento na economia, devido ao fato de que os países latino-americanos haviam desenvolvido as indústrias locais para suplantar os produtos adquiridos no exterior, com o que deixaram de precisar do mercado europeu, e muitos desses países se tornaram concorrentes na Europa.

357. A partir dos anos 30, depois de ter passado pela Grande Crise, graças às oportunidades anteriormente mencionadas como resultado da Primeira Guerra Mundial, desencadeou-se uma modernização com base no petróleo e com a intervenção direta do Estado, por exemplo, com as expropriações realizadas em alguns países (México/1938, Brasil/1953). Nesses anos temos governos socialistas em vários países, alguns dos quais se confrontam com a Igreja (o caso do Cristeros no México, no período de 1926-1929).

358. A Segunda Guerra Mundial marca uma profunda crise na consciência mundial, que incentiva a criação das Nações Unidas. Na América, durante o século XX, tem-se desenvolvido uma ativa interação entre os países do continente, que levaram à criação da Organização dos Estados Americanos (OEA) em 1948. Entre os frutos benéficos dessa cooperação internacional se encontram a criação do Instituto Interamericano da Criança (1927), a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem (1948). Além disso, integrou-se a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (1959) e mais tarde o Tribunal Interamericano de Direitos Humanos (1979).

359. Nos anos 50 se alcançou um período de relativa calma política, que marca o início de um grande desenvolvimento industrial que também levou à minimização dos direitos civis. Procura-se o crescimento econômico que conduza todos a alcançar o "sonho americano" por meio de um processo de industrialização segundo o modelo de substituição de importações. Na maioria dos países, a educação teve um crescimento exponencial junto à crescente urbanização e o progressivo abandono do campo.

360. Em 1959 triunfou a Revolução Cubana e, apoiados nela, se fortalecem os movimentos sindicais e camponeses e se preparam os movimentos guerrilheiros de esquerda, como as FARC, na Colômbia. Em 1962 se dá a "crise dos mísseis", como é chamado o conflito entre os Estados Unidos da América, a União Soviética e Cuba, depois que os Estados Unidos da América, descobriram bases de mísseis nucleares soviéticos em território cubano. Este foi o período em que Cuba esteve mais próxima de uma guerra nuclear. Na mesma época, aconteceu a construção do Muro de Berlim (1961), um dos grandes conflitos entre as duas potências durante a Guerra Fria.

Segundo período

Do Vaticano II (1962) até o XIX Capítulo Geral (1993)

361. A influência das diferenças ideológicas entre a União Soviética e os Estados Unidos é dada na Guerra Fria entre o comunismo e o capitalismo. Essa situação define as tendências, posicionamentos, conflitos e mudanças na maioria dos países latino-americanos, por exemplo, nos seus governos, movimentos sociais, políticos e também religiosos e culturais.

362. Na luta contra o socialismo gerou-se um novo momento político. Em 1964 se estabelece uma ditadura militar no Brasil que durou até 1985. Na Argentina houve seis golpes de Estado durante o século XX, em 1930, 1943, 1955, 1962, 1966 e 1976. As primeiras quatro ditaduras foram temporárias, enquanto as duas últimas ditaduras se estabeleceram de forma permanente. Em 1973, Chile e Uruguai também viveram seu próprio golpe de Estado. Esses acontecimentos impuseram uma guerra suja na linha do terrorismo de Estado e da violação massiva dos direitos humanos. Realizou-se um total controle e censura da mídia sobre os milhares de mortos e desaparecidos.

363. Nesse marco de ditaduras ou democracias autoritárias nas Américas, também se viveu, a partir dos anos 60, o *boom* petroleiro, com o florescimento das companhias nacionais de petróleo e a OPEP, de que Venezuela e Equador são membros.

364. Por esse tempo se fortaleceram os partidos comunistas e os movimentos de guerrilha, que principalmente na Colômbia e América Central, resultam em dezenas de milhares de mortos e uma fratura profunda no tecido social. Os movimentos estudantis de 1968 que, por exemplo, no México, dão origem a movimentos sociais que antes eram construídos a partir do esquema de classes sociais, foram evoluindo para a consciência cidadã.

365. Para os anos 70, o crescimento econômico tinha se generalizado na base da modernização da indústria e dos serviços, financiados em grande parte com a dívida nacional. Durante os anos 80, em meio à queda dos preços do petróleo, desencadeou uma profunda crise econômica, que produziu hiperinflação e, em alguns países, a queda do Estado de Bem-Estar. A pobreza gerada e as políticas de ajustes de impostos pelo FMI, de acordo com o modelo neoliberal, exacerbaram o descontentamento social. Isso fortaleceu as lutas de guerrilha, com o correspondente surgimento de grupos paramilitares e de autodefesa, ou os chamados "Contras"[165] na Nicarágua, para defender os privilégios dos poderosos. Neste momento há também nas Américas uma expansão do fenômeno migratório.

366. A crise e a violência desestabilizaram os governos democráticos. Procurando fortalecer o nacionalismo, ocorreram conflitos diplomáticos e conflitos armados até mesmo entre países vizinhos, por exemplo, entre Venezuela e Colômbia, Equador e Peru, ou até mesmo a guerra das Malvinas na Argentina. Inicia-se também o crescimento de narcotráfico que permeia as instituições governamentais e os movimentos de guerrilha. No Peru surge o grupo maoísta Sendero Luminoso.

367. Seguem-se fortalecendo os grandes movimentos populares que conseguem mudanças políticas significativas, tais como *Campanhas Direitas Já*[166] (1984), que no Brasil conseguem o fim da ditadura militar em 1985, além da promulgação da Constituição de 1988, em que se estabelecem as liberdades individuais e os direitos sociais e políticos, essenciais para o exercício da cidadania.

368. A evolução e maturidade dos movimentos sociais nessas três décadas também trazem como consequência nas Américas o surgimento de novos sujeitos e movimentos sociais. Ao contrário de épocas anteriores em que os movimentos dos trabalhadores e dos camponeses buscavam o poder político, agora vão se definindo os movimentos que têm como protagonistas os jovens, as mulheres e os povos indígenas entre outros, que fazem com que suas vozes sejam ouvidas. Também estão os movimentos de cidadãos que buscam se manter à margem dos partidos políticos, organizados por meio das ONGs. É esse o tempo dos movimentos pelos Direitos Humanos denunciando as torturas e desaparecimentos. Por exemplo, a ONU revela os primeiros relatórios sobre violações dos direitos humanos no Chile, em meados de 1986.

369. Em 1989 foi adotada, pela Assembleia Geral da ONU, a Convenção dos Direitos da Criança. Durante esse período, nasce no Brasil o Fórum Nacional para a Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (FNDCA) no qual participa a sociedade civil organizada. Esse fórum teve uma participação decisiva para garantir os direitos das crianças.

165 Nome de diferentes grupos insurgentes financiados pelos EUA, em oposição ao governo da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) que, em 1979, derrotou o ditador Anastasio Somoza.
166 O maior movimento popular ocorrido no Brasil e que reivindicava a realização de eleições diretas.

370. Também no Brasil, em 1990 foi promulgada a Lei Federal 8.069/90, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que estabelece os princípios jurídicos a fim de garantir os direitos das crianças e adolescentes. Essa lei garante a criação dos Conselhos Tutelares e os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a participação paritária entre governo e sociedade civil. Em 1993, se promulga a Lei Orgânica da Assistência Social, que consolidou a Política Nacional de Assistência Social.

371. Entra em crise o bloco comunista com os movimentos, como solidariedade na Polônia ou na Perestroika na URSS. A partir de 1989, com a queda do muro de Berlim, se vivem, também nas Américas, o eclipse momentâneo de horizontes alternativos e a concepção do neoliberalismo como única via econômica e política. Formulam-se tratados internacionais de livre comércio que favorecem mais as companhias transnacionais que os países pobres.

372. Nessa época, diferentes desastres naturais no México, El Salvador, Nicarágua e Guatemala evidenciam a capacidade de reconstrução e recuperação pela força das estruturas e vínculos sociais fundamentais baseados na solidariedade, que ultrapassam a estrutura governamental e o aparato político.

Terceiro período

Do XIX Capítulo Geral (1993) até nossos dias

373. O final do segundo milênio conheceu a maturidade e incidência dos novos movimentos sociais e o crescimento das ONGs nas estruturas políticas, econômicas e culturais na América Latina.

374. Temos vivenciado uma contradição entre os avanços na legislação que apoia os direitos humanos básicos e o agravamento dos indicadores sociais, com aumento da pobreza, a concentração da riqueza, a devastação do meio ambiente, o aumento do desemprego e o baixo nível educativo, que incentiva a promulgação das Leis de Educação que regulam os Sistemas Educativos Nacionais.

375. Transformaram-se as formas de democracia institucionalizada com a inclusão de reformas estruturais e constitucionais, nem sempre realizadas conforme as expectativas. Na Bolívia, Equador e Argentina, se reconhecem constitucionalmente os direitos dos povos originários à sua participação como Nação dentro do Estado. Também esses países reconhecem o direito da Mãe Terra a não ser explorada. Mais tarde surgiria a partir da ONU a Declaração os Direitos dos Povos Indígenas (2007). No entanto, ainda há muitos desafios para que esses direitos se constituam horizonte comum para os povos das Américas.

376. Na América Latina são implementadas as políticas econômicas do Consenso de Washington. Os presidentes Carlos Menem (Argentina), Fernando Collor de Mello (Brasil), Miguel de la Madrid e Carlos Salinas de Gortari (México) e Alberto Fujimori (Peru) são os principais expoentes dessas políticas. Nos seus governos são implementadas as políticas neoliberais, como a dolarização da economia, a limitação dos direitos trabalhistas, a liberalização das importações, e, no caso do Peru, chegam até reformas, como a nova Constituição de 1993.

377. Embora se tenha avançado na implementação do Mercosul (1991), países como o México e vários da América Central estabelecem tratados de livre comércio com os EUA e Canadá. No entanto, todos esses países enfrentaram graves crises econômicas pelos anos de 1995. Em virtude disso, surgem movimentos reivindicatórios regionais e se começa a trabalhar em redes para unir forças contra as políticas neoliberais.

378. No México as iniciativas de Ação Cidadã favorecem o processo de transição democrática, em 2000, após quase 70 anos de governo de um único partido.

379. As repressões para com os movimentos sociais não se dão mais de forma geral pelo aparato do governo, senão que estão mais focadas, respondendo aos interesses entre empresas privadas e governos regionais. Estados Unidos intervém por meio do Plano Colômbia, sob o pretexto de atacar o tráfico de drogas. Os cartéis se associam com a guerrilha e após o fracasso das negociações de paz optam por medidas repressivas, sendo a população civil a mais afetada.

380. Começamos o novo milênio com o Fórum Social Mundial – FSM (2001), em Porto Alegre, Brasil, que é uma iniciativa que reúne em movimentos sociais, organizações religiosas, partidos políticos, governos, ONGs, artistas, ativistas e outros dirigentes em torno à utopia de que "outro mundo é possível". O FSM é um espaço de contraponto ao Fórum Econômico Mundial de Davos – Suíça, que discute a agenda econômica mundial dos países "mais poderosos", definindo as políticas do FMI e do Banco Mundial.

381. Depois de 10 anos de edições desde o nível mundial ao local, o FSM tem contribuído com novos temas, como ecologia, economia social, arte, cultura, sexualidade, gênero e juventude, trazendo outras perspectivas para o desenvolvimento social, comprometido com a promoção e garantia dos direitos humanos. Até 2010, realizou-se a quarta edição continental do Fórum Social das Américas.

382. Estados Unidos amplia as ações e os efeitos da sua guerra contra o terrorismo, após os atentados de 11 de Setembro de 2001. Isso levou ao reforço de suas fronteiras e resultou na expansão do narcotráfico em maior escala em vários países, impregnando a vida social, cultural e política, como foi no México e na América Central. Consequentemente, a violência cresce exponencialmente e se geram verdadeiras guerras entre os cartéis, e entre estes e as forças armadas, em que a população civil é a que sofre com o grande número de mortes, principalmente entre os jovens.

383. No Brasil elege-se Luiz Inácio Lula da Silva (2002) como presidente com a participação dos movimentos sociais, sendo reeleito quatro anos mais tarde. No seu período se paga a dívida externa, embora paradoxalmente tenha aumentado a dívida interna, e se dá o crescimento do país no cenário mundial. Há uma melhoria na classificação do Índice de Desenvolvimento Humano, nos números da educação e em outros programas sociais que minimizam a pobreza, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, onde havia maior vulnerabilidade social. Houve aumento do poder aquisitivo de classes sociais mais pobres e a expansão do consumo de bens, especialmente os tecnológicos. No entanto, os índices não correspondem ao que se deseja como garantia de cidadania plena.

384. Entram em crise as democracias populistas na América Latina e ressurgem os governos de centro-esquerda. Na Argentina (Kirchner, 2003), Equador (Rafael Correa, 2007), Bolívia (Evo Morales, de 2006 e 2010), Paraguai (Fernando Lugo, 2008), Uruguai (Pepe Mujica, 2009), assim como no Brasil (Luiz I. Lula, 2003 e 2007, Dilma Rousseff, 2011), Peru (Ollanta Humala, 2011) em eleições democráticas, e não a partir de revoluções violentas. Hugo Chávez estabelece a República Bolivariana da Venezuela, sob o slogan "Pátria, Socialismo ou Morte".

385. Os desastres ambientais, como terremotos em Haiti e Chile, as inundações por furacões e chuvas em Honduras, Guatemala, El Salvador e Brasil, New Orleans (EUA) fortalecem a solidariedade internacional e a consciência de que a população mais marginalizada é mais vulnerável a esses eventos. Também nos mostra que a mudança climática, causada pela industrialização e pelo consumismo desenfreado, afeta principalmente as populações mais pobres.

386. As situações de extrema vulnerabilidade social na qual uma grande proporção da população vive são evidentes mesmo depois de 10 anos em que os 192 países membros da ONU assinaram os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio que visam a erradicar a pobreza extrema e a fome; alcançar a educação primária universal; promover a igualdade de gênero e a autonomia da mulher; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater o HIV/SIDA, a malária e outras doenças; garantir a sustentabilidade ambiental e a parceria global para o desenvolvimento.

ITINERÁRIOS ECLESIAIS

Primeiro período

Desde o início da presença marista nas Américas até o Concílio Vaticano II

387. Durante a primeira metade do Século XX, embora alguns países ainda não tivessem clara a sua conformação, vários bispos começam a promover a chegada de congregações religiosas ao Continente para ajudar nas atividades missionárias e educativas.

388. Com o eco da *Rerum Novarum* (1891) como pano de fundo, a Igreja entrou no Século XX, com uma forte herança histórica e institucional. Por outro lado reduziria a sua capacidade de influenciar as decisões das nações europeias.

389. Na América a Igreja manteve uma relação estreita com muitos dos Estados pelo menos nas duas primeiras décadas. Foram assinados tratados com os governos para fazer diferentes trabalhos educativos. No caso do Brasil, há o Ensino Religioso nas escolas públicas, e no México não foi possível porque o governo liberal via isso como uma ameaça.

390. Começa-se a organizar as Conferências Episcopais Nacionais nas Américas, mas a Igreja está em geral pouco conectada em nível prático com os movimentos sociais e ideológicos da época e com as realidades vividas em outros continentes. A exceção foi a pastoral operária que ocorreu em vários países.

391. Cerca da metade do Século XX, há uma presença significativa do trabalho educativo em quase todos os países do Continente e, com eles, uma grande rede de trabalho social em escolas, hospitais, orfanatos, lares e missões indígenas atendidos pelos Irmãos Maristas. Foram feitos inovadores esforços, como foi a Rede de Escolas Radiofônicas da Colômbia. Formaram-se federações e associações de Escolas Católicas e se trabalhou junto com organizações como a Juventude Operária Católica, a Juventude Estudantil Católica, a Juventude Universitária Católica e a Ação Católica Juvenil.

392. Em Lima, Peru, em meados de 1935, se realiza o Congresso Eucarístico, que dá origem à Ação Católica do Peru que serve como espaço de participação, especialmente entre a classe média. No Chile, a criação da Ação Católica potencializa a atividade dos leigos.

393. A partir de 1950 experimentaram-se mudanças de paradigma e intensificação das práticas de evangelização, originando mais organizações católicas, mas também houve um movimento missionário que começou a mostrar interesse no trabalho com as comunidades indígenas a partir da abordagem de desenvolvimento como integração para as qualidades da civilização. Por exemplo, o Centro Nacional de Missões indígenas no México (CENAMI) em 1961.

394. Em meados do século as tendências liberais e seculares diminuem a hegemonia da Igreja, que procura envolver-se na política para recuperar o poder. A Igreja foi protagonista fundamental nas negociações e mediações dos conflitos armados que ocorreram na primeira metade do século XX (Primeira e Segunda Guerras Mundial) e, posteriormente, nos conflitos entre Oriente e Ocidente. No entanto, a Igreja nas Américas muitas vezes esteve distante, quase indiferente e até permissiva em situações de repressão e perseguição oriundas das ditaduras latino-americanas e dos movimentos armados que as defendiam.

395. A situação de crise institucional voltada à cultura moderna obriga a Igreja a considerar a necessidade de *aggiornamiento*[167], da atualização dos seus discursos e práticas, dos seus posicionamentos e testemunhos, mediante a celebração do Concílio Vaticano II que seria realizada de 1961 a 1965. Esse processo continua até hoje com ciclos de avanços e retrocessos.

167 Uma palavra italiana, com a conotação de atualização que se dá à renovação da igreja a partir do Vaticano II.

Segundo período

Do Concilio Vaticano II (1962) até o XIX Capítulo Geral (1993)

396. Na América Latina são significativas as três Conferências do Episcopado Latino-Americano (CELAM) no Rio de Janeiro, Brasil (1955); Medellín, Colômbia (1968) e Puebla, México (1979). Elas contrastam entre si, por ser o primeiro reflexo da Igreja antes do Concílio Vaticano II, uma vez que a conferência foi preparada e realizada na sua totalidade pela Santa Sé; em Medellín e Puebla seria a CELAM quem definiria os temas, a metodologia de trabalho e a escolha dos conferencistas com a aprovação da Santa Sé.

397. O documento da II CELAM em Medellín tratou de adaptar as orientações do Concílio Vaticano II para a realidade da América Latina, com ênfase em questões sociopolíticas e o papel dos cristãos em espaços seculares. Esse mesmo caminho continuaria com as seguintes Conferências Episcopais.

398. Os antecedentes imediatos deste documento se situam para o outono de 1965, quando o Concílio Vaticano II estava se encerrando. Naquele momento Paulo VI se reuniu com os bispos do CELAM que participavam no Concílio. O Papa exortou os presentes a se sensibilizarem e terem um olhar crítico sobre os problemas enfrentados pela América Latina como um requisito indispensável para uma ação renovada da pastoral da Igreja nessas regiões.

399. Depois da experiência acumulada da Teologia da Libertação como práxis da vida cristã, em Puebla, adotou-se o método "ver-julgar-agir" e se realizaram opções fundamentais para a pastoral da América Latina em resposta às reais necessidades dos povos: a opção preferencial pelos pobres e pelos jovens.

400. Na década de 1970, algumas Conferências Episcopais fazem opções pastorais buscando uma Igreja mais comprometida com a justiça social, em consonância com os chamados de alguns documentos em que o Magistério da Igreja mostra a relação entre evangelização e ação social.

401. Paulo VI publicou a Encíclica *Octogésima Adveniens* (1971), celebrando o 80º aniversário da Encíclica *Rerum Novarum* que é a que marcou a pauta para a DSI nesse momento. No mesmo ano foi produzido o Sínodo dos Bispos, cujo tema era "Justiça no Mundo", apontando a consonância entre o cristianismo e o compromisso social.

402. Essas diretrizes permitem-nos compreender mais claramente as ações sociais dentro da missão da Igreja: "O trabalho da justiça é parte integrante da missão evangelizadora da Igreja" (Sínodo dos Bispos 1971, n.º 5). Em 1975, o Papa Paulo VI publicou a *Evangelii Nuntiandi*, insistindo que a realidade do mundo é o campo da evangelização, incluindo os esforços para promover a dignidade humana.

403. No Chile, entre 1974 e 1976, várias comunidades religiosas formam o Comitê Pro Paz para proteger a vida e a integridade dos perseguidos.

404. Em 1981 João Paulo II publicou a Encíclica *Laborem Exercens*, sobre o trabalho humano, a função social e sua contribuição ao desenvolvimento da sociedade.

405. Durante o período da ditadura no Brasil (1964-1985), os movimentos estudantis, de religiosos e líderes leigos ligados à Teologia da Libertação e outros movimentos populares participam da resistência ao militarismo e à repressão política. A Igreja começou a realizar a Campanha da Fraternidade, durante a quaresma, como uma estratégia para o aprofundamento da reflexão sobre questões sociais, baseando sua postura e ação cristã nas diferentes realidades sociais.

406. Nas décadas de 1970 e 1980, Brasil e outros países experimentaram o desenvolvimento nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Acompanhadas por teólogos da libertação, como Gustavo Gutierrez, Leonardo Boff, Jon Sobrino, entre outros, contribuíram para o fortalecimento de outros movimentos sociais em nível social e pastoral. É neste período também que se dá a criação do Conselho Indigenista Missioneiro e a Comissão Pastoral da Terra, dois organismos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

407. Esse período foi marcado pela violência e perseguição contra a Igreja comprometida com o povo: América Central, Colômbia, Equador e sul do México são cenários de assassinatos de muitos catequistas, leigos, agentes pastorais, sacerdotes; religiosos e religiosas comprometidos com a defesa dos direitos e com a dignidade dos seus povos. Entre eles o testemunho profético de Dom Oscar A. Romero, bispo de San Salvador.

408. Nesse contexto de repressão existiram pastores que estiveram junto ao seu povo ajudando-o a resistir e abrir horizontes de esperança, dentre eles: Dom Helder Camara, Enrique Angelelli, Oscar A. Romero, Sergio Mendéz Arceo, Samuel Ruiz, Arturo Lona, José Alberto Llaguno, Leonidas Proaño e Pedro Casaldáliga. Também nessa época há o silenciamento da Igreja em Cuba.

409. Como parte dessa caminhada, é necessário lembrar que na década de 70, o CELAM, sob a direção de Alfonso Lopez Trujillo e outros bispos que se opunham aos setores mais progressistas da Igreja, por exemplo, a CLAR (Conferência Latino-Americana dos Religiosos) tentou silenciar os principais teólogos da libertação, assim como muitas iniciativas pastorais sociais, ao mesmo tempo em que construíam sinergias e acordos com governos conservadores.

410. Nesse período também foram significativas as visitas do Papa João Paulo II a diferentes países nas Américas e no Caribe.

Terceiro Período

Do XIX Capítulo Geral (1993) até nossos dias

411. Desde 1992 com o marco dos 500 anos de início da colonização e dos processos de evangelização, assim como as diferentes visitas do Papa João Paulo II às Américas, põem-se em evidência os dois enfoques com os quais se vive a caminhada da fé nessas terras e a interpretação dos acontecimentos.

412. Enquanto para uns as celebrações queriam ser vivenciadas com alegria e evocando o "avanço" do cristianismo, por outro lado havia os que afirmavam que o "avanço" ocorreu à custa da dignidade dos povos tradicionais, sustentado por um modelo de desenvolvimento e conquista espiritual não inclusiva, quiçá opressora. Mesmo após a suposta independência e diferentes processos de guerra para a libertação do continente.

413. Nesse contexto tem lugar em 1992 a IV Conferência do CELAM, em Santo Domingo, sob o tema "Nova Evangelização, Promoção Humana e Cultura Cristã", com muita influência de alguns setores conservadores das autoridades eclesiásticas romanas para bloquear muitas ações pastorais. Essa questão foi destaque com o Sínodo para as Américas convocado pelo Papa em 1997.

414. Nesse tempo é evidente na maioria dos países latino-americanos, o crescimento da abordagem religiosa conservadora. O aumento do número e a presença de movimentos pentecostais; o aumento de líderes religiosos carismáticos; o aumento da presença de sacerdotes e leigos católicos na mídia, com conteúdo que mostra uma postura inócua em relação aos problemas sociais.

415. Gradualmente perdeu-se a influência e posição social da pastoral profética. Houve uma letargia em ação social da Igreja, devido à priorização de problemas internos, como a falta de participação no culto, a perda de fiéis que optam por outras religiões e o declínio de vocações religiosas.

416. No entanto, em alguns setores, configuram-se as pastorais sociais como modelo de referência para o povo de Deus, a partir das contribuições do Vaticano II, incluindo na sua agenda as preocupações sociais, políticas e ecológicas, a relação com os povos e suas culturas, as abordagens de gênero e direitos, entre outros temas.

417. Nesse sentido algumas ações ocorrem em países da América do Sul, como, por exemplo:

- A Igreja no Brasil, especialmente por meio sua Pastoral Social, começa a agir de forma mais eficaz como um agente na defesa da ética na política, bem como na implementação e monitoramento das políticas sociais.
- Na Venezuela há conflitos entre Igreja e Estado, às vezes com lutas pelo poder, outras pela defesa dos direitos humanos. No Chile, em 1998, se realiza o Encontro Continental de Jovens que reúne cerca de 500 mil participantes.
- Em Guatemala, a Conferência Episcopal tem se mostrado bastante unida e clara nos seus posicionamentos a favor da população pobre. Os bispos têm publicado cartas pastorais muito claras, profundas e corajosas – por exemplo, o relatório da Recuperação da Memória Histórica, de Monsenhor Juan Girardi, para esclarecimento dos assassinatos cometidos na luta contra a guerrilha.
- Na Colômbia a Igreja tem se mantido com uma voz profética ante a atmosfera de violência e corrupção, incluindo esforços de mediação com a guerrilha.
- No sudeste do México, a pastoral encarnada da Igreja dá lugar ao desenvolvimento da Teologia Índia e de outros processos de inculturação do evangelho. Além disso, a hierarquia da Igreja sinaliza que se está deixando interpelar pela realidade ao publicar o documento da Conferência do Episcopado Mexicano *Do encontro com Cristo à Solidariedade com Todos* (2000) e *Em Cristo, nossa paz, o México tenha vida* (2009), sobre a situação da violência e construção da paz.

418. Nesses anos a Vida Religiosa esteve muito presente junto ao povo pobre e em comunidades de inserção, acompanhando as CEBs e em várias pastorais sociais, muitas vezes confirmando seu compromisso com o martírio.

419. Em Cuba começam pequenas sementes de esperança para o avanço da liberdade religiosa com aberturas tímidas por parte do governo.

420. No Chile, em 2005 é canonizado Alberto Hurtado, um jesuíta promotor do sindicalismo católico e da defesa dos direitos dos mais pobres.

421. Em 2006, a reunião da V CELAM em Aparecida, Brasil, convida-nos a construir uma Igreja unida na diversidade, enfatiza o discipulado como encontro e o seguimento de Cristo para que nossos povos tenham vida.

422. O Documento de Aparecida retoma e aprofunda os desafios pastorais da educação e da comunicação, os novos areópagos e os centros de decisão, a pastoral das grandes cidades, a presença dos cristãos na vida pública, especialmente o compromisso político dos leigos por uma cidadania plena numa sociedade democrática. Assim como a solidariedade com os povos indígenas e afro-descendentes, uma ação evangelizadora para apontar os caminhos de reconciliação, a fraternidade e integração entre nossos povos, para formar uma comunidade regional de nações nas Américas. O documento reforça e abre novos horizontes a processos proféticos como as CEBs, a Teologia Índia, a inculturação do evangelho, etc.

ITINERÁRIOS MARISTAS

Primeiro período

Da Fundação das Províncias Maristas nas Américas até o Concílio Vaticano II

423. As Fundações Maristas nas Américas neste período:			
Canadá	1885	Chile	1911
Estados Unidos	1886	Venezuela	1924
Colômbia	1889	El Salvador	1923
Brasil	1897	Guatemala	1932
México	1899	Uruguai	1934
Argentina	1903	Bolívia	1956
Cuba	1903-1961	Equador	1957
Peru	1909	Costa Rica	1962

424. No final do Século XIX chegam os primeiros Irmãos para as Américas provenientes da França para os Estados Unidos, Canadá, Colômbia, Brasil, México e Argentina. Mais tarde Irmãos da Espanha chegaram para trabalhar em Cuba, Peru, Chile e Venezuela e fortalecer a presença em outros países.

425. A fundação de boa parte das obras maristas nas Américas se deu a partir da perseguição sofrida pela Igreja e consequentemente pelos Irmãos na Franca, no período de 1903-1914. Esse período foi marcado pela intervenção do Estado Napoleônico na sociedade francesa.

426. O contexto em que se deu a fundação de uma boa parte das obras nesse período é o que determinou uma série de eventos, tais como a remoção de congregações que ensinavam na França no período 1903-1914, a aceitação pela Santa Sé das Constituições aprovadas pelo Capítulo Geral no mesmo ano de 1903 e o fenômeno da secularização no Instituto por causa da situação de perseguição. A visão e gestão de alternativas fizeram que os maristas provenientes da França vissem com olhar de reformulação a oportunidade de gerar novos trabalhos sobre o Continente. Devido a isso algumas UA da América construíram sua autonomia a partir da fundação e fundaram novas presenças em outros países do continente.

427. Com apoios e subsídios de bispos, pessoas com possibilidade econômica e o trabalho de escolas em centros urbanos começam a fazer diferentes trabalhos educacionais nas cidades médias e em zonas rurais desenvolvendo escolas "semigratuitas" com orientação técnica-rural e chegam a trabalhar inclusive com populações indígenas aprendendo a língua.

428. Os começos da Obra Marista nos diferentes países da América, apesar desses apoios, foram difíceis assim como nos inícios do Instituto. Devido a doenças endêmicas, muitos Irmãos sofreram a morte nos primeiros anos de presença nas Américas, especialmente nas regiões tropicais, no entanto, isso não dificultou a chegada de novos Irmãos.

429. Também os Irmãos tiveram que lidar com as difíceis condições políticas da região no início do Século XX. Por exemplo, na Colômbia, os Irmãos tiveram problemas em função da "Guerra dos Mil Dias" e foram forçados a fechar as suas Casas de Formação, as quais tiveram dificuldades em reabrir. Muitos Irmãos que trabalhavam no México tiveram que ser acomodados em Obras Maristas no Sul dos Estados Unidos devido tanto à Revolução (1910) quanto ao período da perseguição *Cristera*[168] (1929).

430. Desenvolveu-se uma grande vitalidade nas Obras, apesar das dificuldades, devido à chegada da Europa de centenas de Irmãos e às vocações autóctones, incentivadas pelos Irmãos franceses.

431. O primeiro terço do Século XX é um período de fundação e de estabilização no meio das crises sociais: se inauguram escolas, universidades, fundações próprias e outros projetos educativos em parceria com outras instituições, Casas de Formação e trabalhos de missão. Progressivamente se ampliou significativamente o número de Obras e a presença dos Irmãos entre os pobres (Colômbia, Brasil e México).

168 Enfrentamento armado entre o governo e alguns cristãos que defendiam a liberdade de culto, sobretudo no centro do país.

432. No Brasil em 1908, criaram-se três Unidades Administrativas: Meridional, Central e Setentrional para atender às necessidades da época e pelas condições administrativas e geográficas. No México ocorreu o mesmo e em 1959 ocorreu a fundação das UA Central e Ocidental.

433. Em alguns países durante o segundo terço do século trabalhava-se de forma clandestina, devido a situações de guerra interna ou perseguições de autoridades antirreligiosas. No entanto, como na fase de fundação, isso não desanima os Irmãos e se constitui num período em que surgem iniciativas de trabalho frente a esses mesmos governos antirreligiosos. Em Cuba, a expulsão dos Irmãos da ilha em 1961, obriga a criação de novas fundações na América Central.

434. Já passados os momentos mais críticos dos movimentos sociais e as situações de instabilidade política nas Américas, aumenta significativamente o número de escolas e obras sociais a partir da década de 1930 a 1970. Chegou-se a alcançar até 60 Obras em toda a região mesoamericana e caribenha. O mesmo acontece nos países do norte do Cone Sul. Esse novo crescimento quanto ao número de Obras e seu prestigio frente à população têm impactos diferentes. Em alguns lugares diminuiu gradualmente o trabalho com crianças e jovens pobres, em outros, sensibilizou-se a população e reforçou os trabalhos educativos solidários.

435. No Brasil, iniciativas de uma ação social mais específica podem também ser vistas a partir da década de 1950, quando as escolas anexas passaram a fazer parte da realidade de quase todos os colégios, especialmente nas UA das regiões do país: Norte, Nordeste e Sul. Também registramos algumas iniciativas de atuação na área social que são realizadas por meio de parcerias ou convênios com o Governo.

Segundo período

Do Vaticano II (1965) até o XIX Capítulo Geral (1993)

As Fundações Maristas nas Américas neste período:			
Porto Rico	1963	Rep. Dominicana	1978-1981
Panamá	1968-1996	Haiti	1985
Paraguai	1968	Honduras	1992
Nicarágua	1970		

436. As UA das Américas, bem como as de todo o mundo, vivem um movimento gerado pelo Concílio Vaticano II, comum a todas as congregações no tempo pós-Concílio: a diminuição do número de Irmãos; questões relativas à identidade e missão; assim como o aumento no número de professores e leigos nas Obras.

437. O XVI Capítulo Geral do Instituto Marista (1967-1968) com o Irmão Basílio Rueda, eleito Superior-Geral, começa a elaborar novas Constituições Maristas. No XVII Capítulo Geral, em que foi reeleito o Ir. Basílio (1976), produziram-se dois importantes resultados: a Carta "Irmãos Maristas Hoje" e o documento do Capítulo "Pobreza e Justiça", ambos marcados por uma visão atualizada da Vocação Marista, num espírito de fé e em diálogo com o mundo. Este último convoca a que "o coração dos filhos de Champagnat" desperte e se comprometa, de acordo com sua vocação, com a transformação do mundo, a partir do seguimento a Jesus.

438. Devido, entre outros fatores, às diretrizes do Concílio Vaticano II, ao impulso missionário Latino-Americano e aos movimentos culturais e sociais mundiais, se dá o surgimento de muitas Obras em diferentes contextos de periferia, motivados por propostas de uma inserção religiosa. Os Maristas se fizeram presentes em comunidades indígenas e em bairros periféricos urbanos. Em iniciativas pastorais e catequéticas nas paróquias populares, com as CEBs e em outros processos da vida religiosa, mais próximos do povo e de suas necessidades, promovendo a educação com base na proposta libertadora de Paulo Freire em espaços educativos não convencionais maristas.

439. As UA do Brasil se movimentam mais diretamente no campo da solidariedade. Desde os chamados do Instituto, têm início as Missões Maristas em regiões de fronteira, com a criação de comunidades maristas entre os pobres, que fazem coincidir o anúncio do Evangelho com ações de solidariedade voltadas para crianças e suas famílias. Essas missões contemplaram, em particular, os estados do Amazonas, Rondônia, Roraima, no interior dos estados de Goiás e Minas Gerais. Eles inauguram projetos mais desafiadores, tais como Centros Sociais e atendimento a adolescentes em conflito com a Lei.

440. No México se dá incentivo à Missão Guadalupe em Chiapas e à de Tarahumara em Chihuahua. Na Colômbia os Irmãos assumem as escolas gratuitas do Governo, segundas jornadas e escolas noturnas. Dessa forma, por ocasião do Centenário da Presença Marista na Colômbia, havia o dobro de Obras para os pobres em relação às Obras pagas. No Equador e Venezuela se formam as UA com algumas escolas para pobres, além das missões e a catequese popular.

441. De 1976 a 1989, ocorreram três acontecimentos que marcaram a vida das UA Latino- americanas:

- As reuniões da CLAP (Conferência Latino-Americana de Provinciais) de Chosica e Cali.
- Os Movimentos Juvenis de Renovação (Remar, Gama, Jornadas, Cidade Nova, etc.).
- A fundação de diversas comunidades de inserção.

442. Nessa época, devido às experiências anteriores de perseguição religiosa, tais como a época *Cristera* no México e a expulsão dos Maristas de Cuba, assim como a proximidade de algumas Obras com a classe média alta e a partilha da sua visão do medo sobre a "ameaça comunista", é iniciada em alguns países uma polarização nas visões dos Irmãos que afeta o posicionamento em relação aos trabalhos das Obras Sociais em oposição aos Colégios que funcionam em centros urbanos. As posições de ambas as visões, em muitos casos, eram excludentes.

443. Embora essa oposição tenha resultado em uma segunda onda de Irmãos (de ambos os pontos de vista), também levou à abertura dos trabalhos junto a outros atores e a uma visão mais ampla da missão na perspectiva da Educação Popular. No entanto, muitos Irmãos que saíram continuaram colaborando com iniciativas de educação e solidariedade.

444. O XVIII Capítulo Geral do Instituto (1985) elege como Superior-Geral o Irmão Charles Howard e estabelece como prioridades:

- A continuidade do incentivo criado pelo documento "Pobreza e Justiça".
- O crescimento da espiritualidade apostólica como um meio de unificação da vida.
- A revitalização da identidade marista.
- A promoção da inculturação.
- O estabelecimento de linhas de ação no futuro: o desenvolvimento de conceitos e práticas de discernimento (pessoal e comunitário), a expansão da solidariedade (*ad intra e ad extra*), maior abertura aos leigos (missão com eles e elas).

445. Com essas determinações, entramos de fato na era da solidariedade para o Instituto. As UA assumem projetos e Obras para responder às chamadas e atuar contra a pobreza e a favor da luta pela justiça e, inclusive, em alguns casos se resolveu que na mesma cidade onde houvesse uma escola particular deveria haver uma Obra Social.

446. Quando entramos na década de 1990, muitas foram as iniciativas sociais implementadas em colaboração com os governos ou com as dioceses, por exemplo, doações de terras, colaboração com universidades maristas, programas de atendimento a crianças de rua e presença em escolas públicas.

447. Também se destacou nesse período, a presença dos Irmãos, Leigos e Leigas Maristas, em comunidades inseridas, igrejas, movimentos sociais e políticos, especialmente nas CEBs, Pastoral Social e Pastoral de Juventude.

448. No final do período, algumas UA começaram a organizar comitês que se referem à justiça e solidariedade para coordenar a presença do trabalho social, assim como diferentes experiências de voluntariado que se davam de maneira cada vez mais frequente. Alguns Irmãos estiveram cada vez mais interessados pelo trabalho da missão *ad gentes*.

Terceiro período

De 1993 até nossos dias

Fundação Marista nas Américas neste período:	
2001	Cuba (retorno)

449. Nos anos 90 é dado um grande impulso para as atividades sociais do Instituto. O XIX Capítulo Geral (1993) elegeu o Ir. Benito Arbués como Superior-Geral. Estabeleceram-se quatro núcleos de reflexão: Missão, Solidariedade, Espiritualidade Apostólica e Formação. O Capítulo estimulou cada UA a desenvolver um projeto com os pobres, a inserir o tema da solidariedade no Projeto Educativo das escolas, e convocou o Instituto à *audácia de renunciar a algumas garantias para nos aproximar ainda mais dos pequenos e pobres sem medo de sair ao encontro de todos os que estão à margem da sociedade.*

450. Decidiu-se pela elaboração do documento Missão Educativa Marista (MEM), que definiu os cinco campos da missão: Escola, Pastoral, Educação Não Formal, Programas Sociais e Âmbitos Eclesiais. A partir daí, a ação social foi institucionalizada como uma importante frente da Missão Apostólica Marista.

451. Há aumento de Obras Sociais e de projetos de trabalhos populares, a consolidação dos processos de fortalecimento de metodologia e a formação das equipes em Educação Popular em que Irmãos, Leigos e Leigas maristas compartilham uma missão. Reiniciam-se experiências de trabalho educativo em novos espaços não escolares convencionais: trabalho com crianças de rua, atendimento aos jovens em conflito com a lei, projetos agroecológicos, crianças e jovens com deficiência, dentre outros:

- No Chile, em 1997 se cria a GESTA, Fundação Marista para a Solidariedade.
- No Peru, tem-se a criação de uma nova presença marista na Amazônia Peruana, para apoiar a formação de jovens que trabalham em escolas e instituições. Há também um internato para jovens indígenas e iniciam-se atividades na Universidade Champagnat.
- No Oeste do México, cria-se a Unidade Marista de Mérida em 1996, na perspectiva de solidariedade, com programas de "Aprender Servindo"[169].
- No México Central consolidam-se os trabalhos dos GEM (Grupos Especiais Maristas) que incorporam crianças e jovens portadores de deficiência e os inserem como grupo nas diferentes Obras.

452. Em relação aos projetos educativos, também se avançou na produção de documentos e elaboração de princípios orientadores para atividades educacionais, bem como de registro e sistematização de práticas pedagógicas em desenvolvimento. Surgem assim orientações para o planejamento estratégico e certificação em educação de qualidade. Apontam-se os esforços e meios educacionais efetivamente implementados para que os resultados alcancem um nível adequado de eficiência. No entanto, essa ênfase, em algumas ocasiões deixou de lado o compromisso com a educação para a transformação da sociedade.

453. Em alguns casos a Educação comprometida com a transformação da sociedade fortaleceu o vínculo entre as obras particulares e as obras sociais. No entanto, percebe-se que em algumas UA estão se movendo novamente em caminhos paralelos. Em outros casos se consegue que a sistematização e o trabalho da gestão contribuam para evidenciar a necessidade de articular os esforços para que os trabalhos dos colégios e obras sociais respondam a um horizonte comum.

454. Assim, durante esse período, a ritmos diferentes, foram se assentando as águas turbulentas da polarização com relação à orientação dos modelos e espaços educativos e ao cuidado de crianças e jovens, promovendo oportunidades de diálogo e reconhecimento, o qual não tem sido fácil nem definitivo. Em algumas UA, como na América Central e países como Venezuela e Equador, há o aumento de obras sociais. Essa situação também leva à transformação do Movimento Juvenil de Renovação Marista (Remar)[170] e sua influência no trabalho popular e na formação marista, que vivem momentos de efervescência marista na década de 90. O trabalho do Remar, em vários países, é ressignificado numa dimensão vocacional. Outros movimentos de pastoral juvenil marista foram criados e disseminados em diferentes países das Américas.

169 Também conhecido como "serviço de aprendizagem" (***service learning***). Trata-se de uma metodologia pedagógica para desenvolver a aprendizagem com base em experiências de serviço concreto nas comunidades, ajudando a melhorar a qualidade da aprendizagem acadêmica e a formação de valores. http//:www.marista.edu.mx/p/92/aprender-sirviendo. Acessado em 1 de agosto de 2011.

170 O movimento Remar é um processo de formação e acompanhamento de jovens, fundado na Colômbia em 1976.

455. No Brasil, se aprovou a Lei 8.742/1993, conhecida como Lei da Filantropia, que permitiu às instituições Beneficentes de Assistência Social destinar parte do valor que se paga dos impostos ao Governo Federal para financiar a ação social. Com isso, as UA do Brasil se beneficiaram de um recurso financeiro para sua aplicação específica em projetos e Obras Sociais. Durante esse período, as UAs tiveram que mudar sua abordagem e atuação, caminhando para a organicidade entre as exigências legais e a missão institucional, alinhadas com as chamadas do Instituto Marista. Começa também neste momento a participação marista nos espaços de incidência política e social em nível municipal, | estadual e nacional.

456. Por ocasião da canonização de Marcelino Champagnat (1999), o Ir. Benito Arbués reforçou o apelo à solidariedade marista com estas palavras: "Peço desculpas às crianças e aos jovens mais necessitados, porque eles não sempre tiveram acesso a nossas instituições de ensino, porque as escolas que foram fundadas para isso foram usadas com o fim de servir a outros destinatários, mas também crianças e jovens, mas com mais recursos. Peço desculpas porque, em quantidade, não são o maior percentual atendido nas obras que atualmente tem o Instituto"[171]. Ele fez um chamado para reorientar nossos esforços solidários modificando estruturas e critérios históricos nas UA.

457. Fruto dos Capítulos Gerais XVIII e XIX e inúmeros Capítulos Provinciais, bem como reuniões da CLAP, se realizaram discernimentos que levaram muitos Irmãos a deixar Obras particulares para atuarem em Obras de inserção, trabalho com os povos indígenas, favelas, atendimento a crianças em situação de risco pessoal, capacitação profissional, dentre outros.

458. Após o XIX Capítulo Geral e até meados da administração anterior (2004) a maioria das UA do Continente passou pelo processo de reestruturação geográfica e administrativa em vista da nova vitalidade para a missão e presença marista no mundo.

459. Em 2001, o Instituto vive a experiência do XX Capítulo Geral, que elegeu o Irmão Seán Sammon, como Superior Geral. O Capítulo constituiu o Fundo de Solidariedade apoiado em recursos das UA; criou o Bureau Internacional de Solidariedade (BIS) e uma Secretaria sobre Uso Evangélico dos Bens.

460. Em 2001 se recomeça o trabalho em Cuba com orientação mais pastoral, devido à lei que proíbe realizar trabalhos educativos específicos.

171 Carta do Superior-Geral, Irmão Benito Arbués em 7 de abril de 1999.

461. O Capítulo convocou Irmãos, Leigos e Leigas maristas a "Optar pela Vida" e «avançar juntos, decididamente, para as crianças e jovens mais pobres e excluídos, através de novos caminhos de educação, evangelização e solidariedade». A chamada à solidariedade e à presença marista junto aos *Montagne de hoje* foi acentuada nos documentos e circulares do Instituto, como na circular "Tornar Jesus Cristo Conhecido e Amado" (2005), que convida os Irmãos, Leigos e Leigas maristas a recordar que a evangelização é o núcleo de nossa missão e que o Instituto foi criado para servir crianças e jovens pobres.

462. Esses temas foram reforçados na convocatória do XXI Capítulo Geral (2009), que estimulou Irmãos, Leigos e Leigas maristas para a leitura dos sinais dos tempos, com o propósito de compreender e aceitar as novas exigências da missão.

463. No Brasil, pouco depois de finalizar o processo de reestruturação das UA, se cria a União marista do Brasil, Umbrasil (2005), com o objetivo de unificar os processos educativos, sociais e de evangelização, assim como a gestão das UA do país.

464. Durante esse período, também ganham força a atuação e o trabalho social em rede no Brasil, motivados pelos debates da Comissão de Solidariedade, do Grupo de Trabalho sobre o Estatuto da Criança e Adolescência (GTECA) e a participação nos espaços de Controle Social e Incidência nas Políticas Públicas.

465. Em algumas UA do Continente se dá o surgimento de departamentos e escritórios provinciais de solidariedade, assim como a criação de fundações e/ou ONGs que apoiam o trabalho de solidariedade.

466. É nesse contexto que começam a conceber e articular a Rede Coração Solidário Marista da América Latina. Primeiro com uma reunião de Organizações Maristas de Solidariedade em Santa Cruz de La Sierra, Bolívia, em 2004. Depois se realiza um encontro, em Belo Horizonte, Brasil, 2006, que recebe o nome de Rede "Coração Solidário". O terceiro encontro realizado em Belém, Brasil, acontece junto com o início do Fórum Social Mundial, em 2009. No México, Cidade do México, em 2011, realiza-se o quarto encontro "Coração Solidário".

467. Em setembro de 2007 em Mendes, Brasil, o Mundo Marista, representado por Irmãos, Leigos e Leigas de todos os Continentes participaram da primeira Assembleia Internacional da Missão Marista – AIMM. Nessa Assembleia, Irmãos, Leigos e Leigas maristas são "chamados a trabalhar juntos para proclamar o Reino de Deus, radicalmente, a todas as crianças e

jovens, especialmente os pobres, criando oportunidades para uma vida compartilhada, o desenvolvimento de novas formas de vida da comunidade, a gestão e a tomada de decisões"[172].

468. Surgem e se consolidam trabalhos de voluntariado em obras sociais com jovens e adultos do próprio país ou de origem estrangeira, a partir de vínculos construídos no período anterior, em diferentes países das Américas. Em algumas UA se institucionaliza o acompanhamento a estes voluntários durante e depois da experiência de serviço voluntário, de um ano ou mais.

469. Dadas as diferentes realidades socioeconômicas e a extensão territorial, entre outras coisas, a atenção das ações sociais nas Américas abarca uma variedade de serviço e ações. Entre eles podemos destacar:

- A concessão de bolsas nas escolas e universidades privadas.
- O atendimento de contraturno escolar (extraescolar) nos Centros Sociais.
- Os Centros de Acolhida.
- Os espaços que pela manhã funcionam como escola paga e pela tarde ou noite se usam para diferentes atividades.
- As escolas gratuitas em convênio com o Governo e Escolas Maristas gratuitas com educação infantil, básica e ensino médio.
- A Educação de Jovens e Adultos e a Formação e Qualificação Profissional.
- O atendimento a adolescentes em Conflito com a Lei.
- O trabalho com crianças de rua e em situação de risco.
- A atenção a crianças e jovens com capacidades diferentes.
- O desenvolvimento de projetos de Economia Solidária e inclusão produtiva.
- O trabalho em missão *Ad gentes*.
- A formação catequética e pastoral.
- O acompanhamento pastoral e apoio no desenvolvimento humano sustentável de comunidades indígenas.

172 Documento *Ecos de Mendes*, Rio de Janeiro, Brasil, 2007.

- O fortalecimento pedagógico e formativo de Escolas não Maristas.
- A coordenação e o acompanhamento de voluntários em experiências de missão.
- O assessoramento e a atuação na defesa e garantia dos direitos, dentre outros.

470. A partir da reflexão e da corresponsabilidade na Missão, inicia-se um aprofundamento sobre a Espiritualidade Apostólica Marista, que desencadeou a produção do documento Água da Rocha. As reflexões sobre a Identidade dos Irmãos, Leigos e Leigas maristas, resultaram no documento *Em Torno da Mesma Mesa*.

471. O Conselho Geral formaliza a solicitação de mais Irmãos para a Missão Ad Gentes que já se dava de maneira esporádica. Os Irmãos partem rumo à África e Ásia para promoverem evangelização inculturada e inclusive seguem para países desenvolvidos com necessidade de redinamização vocacional.

SEGUNDA PARTE
Eixos temáticos da solidariedade marista

Primeiro período

Do começo da presença marista na América até o Concílio Vaticano II

Novas presenças

472. Conta-se com maior presença dos Irmãos entre os jovens e adultos, em especial os mais pobres, muitas vezes com a abertura das Unidades Noturnas gratuitas, com mais atenção e proximidade junto aos filhos dos trabalhadores urbanos e rurais e os imigrantes, em bairros pobres. Existem ações missionárias entre as comunidades ribeirinhas e indígenas. Algumas Obras Sociais se fecham por causa dos movimentos antirreligiosos. Mais tarde se dá a reabertura de algumas delas. Devido à situação de analfabetismo dominante nas Américas se dá a participação em conjunto com instâncias de Governo para promover a alfabetização.

Dinâmicas de participação e colaboração solidária

473. Os Irmãos atendem grande parte do trabalho em todas as Obras, se dão algumas colaborações com outras congregações religiosas ou se participa em trabalhos educativos em parceria com propostas missionárias e de evangelização de algumas Dioceses.

474. Nesse período, os Irmãos identificam as demandas das comunidades e iniciam ações de forma individual ou em pequenos grupos de Irmãos. Atuam de diversas formas como gestores e professores em escolas próprias, em escolas em parceria com o governo, ou como professores nas escolas públicas. Também atuam em trabalhos de assessoria e apoio a escolas não maristas mais comprometidas com a Educação Popular.

Dinâmica de transformação da solidariedade

475. Na Colômbia, ao começo, se conseguiram orientar as Obras para ambientes rurais e pobres, com o apoio do Governo. No México, das 32 obras criadas durante os 10 primeiros anos, a maioria estava em cidades de tamanho médio e menos de uma terceira parte em cidades grandes. Mesmo atendendo a uma educação sistemática e de qualidade também estiveram abertas à geração de escolas de artes e ofícios.

476. Em geral os Irmãos Franceses favoreceram a geração de vocações locais ao aprender e usar a língua local, inclusive a indígena, nas regiões onde era preciso, e os Irmãos autóctones foram se formando em todos os níveis de responsabilidade. Em contraste, os casos das outras UA se caracterizaram por desenvolver escolas acadêmicas contando, sobretudo, com as vocações vindas de Europa.

477. Os caminhos iniciais de solidariedade no Brasil foram marcados por iniciativas individuais dos Irmãos Maristas, de acordo com as realidades que viviam. Nesse período a atuação social estava focada na concessão de bolsas de estudo para estudantes pobres nos colégios particulares. Em meados de 1904, se leva em frente a Missão Marista na região central do país para atender os filhos dos indígenas.

478. A partir dos anos 30, devido à mudança de políticas de governo e à necessidade de estabilizar as UA, as obras foram se orientando para colégios particulares, apesar de haver muitas iniciativas de assistência social, criadas em favor dos pobres, com a ajuda dos alunos.

479. Em meados de 1950, percebemos o começo de uma vertente de atuação social com a fundação de algumas escolas gratuitas, vespertinas e noturnas, assim como o trabalho em albergues para crianças e adolescentes excluídos. Tendo em conta os cenários da pobreza cada vez mais latente, os Irmãos se aproximam das comunidades pobres.

Segundo período

Do Concílio Vaticano II (1965) até o XIX Capítulo Geral (1993)

Novas presenças

480. Nesse período se iniciam novas presenças em bairros pobres, em atividades de catequese e alfabetização. Trabalha-se em albergues para crianças em situação de rua, atendimento aos adolescentes em conflito com a Lei, além do trabalho com crianças e jovens portadores de deficiência. Também se desenvolve acompanhamento às comunidades rurais e geração de projetos de desenvolvimento comunitário. Abrem-se missões em colaboração com Dioceses que atendem à população indígena. As caravelas de Remar realizam seus TACs (Trabalhos Apostólicos Concretos). Funda-se na Colômbia a primeira comunidade de inserção.

481. Algumas UA chegam a ter a maioria de Irmãos nas obras sociais. Em outras só se dá a abertura de segundas jornadas escolares e escolas noturnas nas instalações dos colégios particulares.

Dinâmicas de participação e colaboração solidária

482. Nesse período se dá a necessidade de se contratar leigos e leigas para colaborar nas atividades educativas e administrativas dos colégios particulares e começam a ser protagonistas nas obras sociais. Em algumas UA se começa a trabalhar com experiências de educação mista. Inicia-se o estabelecimento de convênios com os governos para a manutenção e a expansão da Obra Social

483. Os Irmãos assumem a coordenação de projetos sociais e educativos. Os leigos e as leigas e, em geral, os pais e as mães dos alunos dos colégios participam em projetos sociais com doações e atividades em prol das comunidades e bairros pobres, construindo vínculos entre colégios e ação solidária.

484. Diferentes movimentos juvenis e infantis fomentam a formação humana e o compromisso solidário: Remar, Cidade Nova Marista, Gama, Amigos em Marcha, dentre outros.

485. Avança-se na colaboração Diocesana, junto com outras Congregações, nas Obras Sociais e missões, ajudando na construção de Planos Pastorais (San Cristóbal de las Casas, Chiapas e Tarahumara no México; Sucumbios, Equador). Inicia-se com comunidades mistas de inserção, integrando Irmãos, Irmãs e voluntários leigos.

486. Nas experiências de voluntariado juvenil em missões e obras sociais, surgem ajudas e apoios econômicos, assim como o estudo de alternativas para levar adiante os projetos educativos ou de assistência social nas comunidades pobres. Em alguns países se começa a organizar o voluntariado internacional. Organizam-se desde os anos 80 Missões Juvenis em apoio a trabalhos de evangelização e promoção em áreas muito pobres e comunidades indígenas.

487. As experiências de "Família Marista" se dão nesse período como espaços de reflexão dos leigos e leigas acompanhados por um Irmão, sobre o Carisma e a Vida de São Marcelino Champagnat com compromissos apostólicos de assistência e apoio às obras maristas.[173]

Dinâmica de transformação da solidariedade

488. A Ação Social apresenta perfis variados, guiados pelas chamadas da comunidade, do Estado, da Igreja e das Organizações Sociais que solicitam apoio.

489. A Missão Marista estende suas fronteiras e avança para outras regiões do país, com as comunidades nas áreas de inserção em áreas e comunidades muito pobres. Além do trabalho realizado nas missões populares, se ampliam de forma gradual e em pequena escala as escolas gratuitas, turnos noturnos e creches. Em alguns casos se retorna às tarefas escolares para evitar divisões com o restante da UA e em outras se avança para novas presenças permanentes.

173 Essas experiências recebem diferentes nomes: Fraternidades Maristas, Família Marista, Movimento Champagnat.

490. As experiências de aproximação com a realidade indígena e com os bairros pobres tocam o coração dos Irmãos e mudam o posicionamento da Missão Marista ante a realidade. Em algumas UA os Irmãos multiplicam entre seus membros a experiência da Semana de Solidariedade vivida pelos Irmãos participantes do XIX Capítulo Geral. A formação entra em contato com a inserção e se dão avanços na orientação da formação marista para o contato e atuação com situações de fronteira.

491. Os projetos e as Obras Sociais são assumidos pelos Irmãos como uma forma de responder às chamadas de combate à pobreza e de luta por justiça. Nas missões indígenas os Irmãos se envolvem com as Dioceses em uma pastoral educativa mais inculturada e integral.

492. Nos colégios, com a participação dos Leigos e Leigas maristas, especialmente do Remar, se criam iniciativas em favor dos pobres, ao mesmo tempo em que se abrem novas obras sociais e se constituem fundos solidários.

493. A solidariedade começa a entrar na ordem do dia de muitos capítulos provinciais e na gestão das UA de uma maneira mais efetiva. Constrói-se uma identidade comum nas obras sociais (não só nas comunidades maristas de inserção) a partir da iluminação dos documentos da congregação. Isso foi percebido como o início do processo de organização de instâncias nas UA para articular e coordenar as iniciativas de solidariedade e ação social, assim como a expansão da atenção às obras sociais com novas presenças.

Terceiro período

Do XIX Capítulo Geral (1993) até nossos dias

Novas presenças

494. No início desse período se abrem comunidades de inserção, descobrindo e incentivando criativamente a animação de novas formas de presença entre os jovens pobres, por exemplo, no trabalho com crianças e jovens com necessidades especiais em Centros Educativos Especiais (Centro América) ou de maneira integrada em diferentes escolas (México Central e Ocidental).

495. Também se fundaram em comunidades situadas em regiões vulneráveis, centros sociais para capacitação técnica, serviços comunitários e de educação aberta para crianças e jovens sem escolarização.

496. Nas UA se realizaram reuniões dos Irmãos, Leigos e Leigas marista das Obras Sociais. Foram criadas ONGs em apoio à atuação no campo da solidariedade das UA e se trabalhou para que o enfoque de direitos e solidariedade seja um eixo transversal da educação de todos os centros maristas. Estabeleceu-se a maioria das casas de formação em ambientes de inserção.

497. No Brasil se dá uma importante expansão da atividade social nas UA. Nesse período se dá a presença dos Irmãos nas regiões periféricas, com atenção às crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social, em diversas realidades, e na promoção do direito à educação e à cidadania. Dão-se novas presenças na atenção às crianças vítimas das mais diversas formas de violência e abuso, aos adolescentes em conflito com a Lei que estão no cumprimento das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto de Prestação de Serviços à Comunidade e de Semiliberdade.

498. Começaram a atuar nesse período em uma nova frente, com presença efetiva nos espaços de discussão e monitoramento das políticas públicas, tais como fóruns e conselhos de direito, redes, com foco no controle social e na incidência política. Também se iniciou a atuação no campo da Economia Solidária, com iniciativas de Inclusão Produtiva, Feiras Solidárias, Geração de Renda. Nesse período surge o trabalho na área da informática e inclusão sociodigital e o recondicionamento de computadores, assim como os cursos de educação e qualificação profissional.

499. Nessa perspectiva, as novas frentes e campos de atuação deste novo milênio incentivaram os Irmãos, Leigos e Leigas maristas, a um trabalho articulado com os diferentes atores, realizando o exercício de garantir a interface com seus pares no interior de cada UA em nível de Brasil Marista, assim como a inter-relação com os diversos segmentos que nossa atuação demanda: Estado e Governos, ONGs, Redes, Fundações, Movimentos Sociais e Organismos Eclesiais.

Dinâmicas de participação e colaboração solidária

500. Os Leigos e Leigas Maristas predominam no trabalho de gestão, docente e pastoral em nossas diferentes obras apostólicas. Alguns deles se envolvem em presenças de solidariedade, ao mesmo tempo em que se fortalece o compromisso social dos grupos de Remar. Nesse contexto se avança na reflexão sobre o carisma marista vivido desde a vocação laical.

501. Estabelecem novas formas de inserção, algumas vezes em experiências de comunidades mistas (Irmãos, sacerdotes, leigos casados e jovens voluntários). Também se trabalha com ONGs em atenção aos novos sujeitos.

502. Gera-se a inquietude da vivência marista das Irmãzinhas Maristas de Champagnat na Guatemala que concretizam seu trabalho em obras educativas populares.

503. Em algumas UA se estabelecem diretrizes comuns para o trabalho social de todas as obras. Os voluntários jovens se convertem em parte pela dinâmica de trabalho de muitas obras sociais maristas.

504. No Brasil os Irmãos assumem as diferentes Unidades Sociais Maristas, como diretores e coordenadores. Mais adiante temos a presença dos Leigos e Leigas na gestão. Nas UA, por meio de suas administrações, se contratam especialistas para trabalhar na gestão e administração da Área Social, com atuação de forma centralizada e em rede.

505. Nesse período temos a criação de institutos e centros de defesa de direitos das crianças, que imprimem para as UA brasileiras outro foco de atuação e participação, de forma incisiva, que são os espaços de incidência política e social, com especial atenção e participação nos espaços de garantia e defesa aos direitos das crianças e adolescentes. As UA do Brasil têm atuado no campo da solidariedade com parcerias efetivas com os governos, federal, estaduais e municipais, ONGs e fundações. As iniciativas no campo da Economia Solidária e Inclusão Sociodigital, assim como o tratamento dos resíduos tecnológicos, são realizadas em colaboração com outras instituições.

Dinâmica de transformação da solidariedade

506. O caminhar da solidariedade avança, às vezes, um tanto desarticulada, segundo o interesse e compromisso de alguns Irmãos e comunidades maristas, com o apoio de Leigos e Leigas maristas. No entanto, pouco a pouco, a solidariedade vai obtendo a atenção e espaço no discernimento das UA.

507. Inspiradas nos Capítulos Gerais, abrem-se novas obras de inserção e se estabelecem a partir dos colégios, fundações e fundos para desenvolver ações de serviço comunitário. Em algumas UA se solicita a todas as obras uma atuação solidária concreta. Esse impulso pontuou também a transferência das casas de formação para lugares populares.

508. Abrem-se escritórios de solidariedade nas UA que avançam na sensibilização e capacitação de professores sobre temas de solidariedade e direitos humanos. Busca-se a transformação da concepção de solidariedade, a partir de todas as nossas obras, para una solidariedade promocional e transformadora, não somente assistencial.

509. Continua-se com a consolidação da identidade das obras sociais, desde a capacitação, a avaliação institucional e as propostas de planejamento participativo.

510. Nas obras em contato com povos indígenas ou comunidades camponesas se iniciam trabalhos agroecológicos alternativos para fortalecer a economia popular, gradualmente isso vai perfilando propostas de recuperação do modo de vida originário-indígena como alternativa de vida ante o fracasso do liberalismo econômico que nos rege.

511. Para entender os avanços e a dinâmica de transformação da solidariedade no Brasil durante esse período, citamos os marcos legais que interferem diretamente na gestão e na definição de ações e de Atuação Social Marista. Dentre outros, destacamos a promulgação da Constituição Federal de 1988, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Orgânica de Assistência Social e Lei de Diretrizes e Bases da Educação, assim como as chamadas fundamentais proclamadas nos Capítulos Gerais e Provinciais.

512. Destacamos a abertura de numerosas Unidades Sociais, organizadas por meio de programas, serviços e projetos, que agora contam com equipes de gestão e educadores sociais remunerados e não só voluntários. O atendimento realizado pelas obras sociais passa a ser de forma direta, planejada e contínua. Passamos a ter equipes nas instâncias provinciais para articular, dinamizar e coordenar todo o trabalho de solidariedade desenvolvido na UA.

513. Dessa forma os processos de transformação passam pela profissionalização do trabalho desenvolvido nas Unidades Sociais, com maior investimento financeiro, planejamento, avaliação dos trabalhos realizados e sistematização das práticas desenvolvidas, incluindo a formação dos Irmãos, gestores e educadores/as que atuam na Área Social. Vivemos mudanças de paradigmas, deixando a percepção e o conceito da caridade e o assistencialismo e incorporando o paradigma dos direitos.

4. Vozes e sonhos das crianças e Jovens

Sumário Capítulo 4

INTRODUÇÃO	144
De quem são as vozes?	145
Como ouvimos as suas vozes?	146
O fruto da escuta	147
As vozes das crianças e jovens	148
Sobre os direitos das crianças e dos jovens	174
Chamadas a partir das vozes escutadas	183

4. VOZES E SONHOS DAS CRIANÇAS E JOVENS

"Cremos que Deus está nos chamando a ser uma voz forte, decidida e profética para a defesa e promoção dos direitos das crianças e jovens."

Assembleia Internacional da Missão Marista, Mendes – Brasil, sep. 2007.

INTRODUÇÃO

514. O objetivo deste capítulo é revelar as vozes e os sonhos das crianças e jovens das Unidades Administrativas Maristas, que vivem os mais diversos contextos, nos quatro cantos das Américas. As infâncias e juventudes do continente americano, em realidades distintas, gritam suas dores e anunciam suas esperanças. Suas vozes traduzem-se em clamores por direitos e por uma vida digna para eles, suas famílias e suas comunidades. Escutamos também como suas vozes formam um canto de esperança nas manhãs vindouras, em busca de um futuro melhor para todos, sem distinção.

515. Portanto, neste capítulo, serão apresentadas as percepções que as crianças e os jovens das Américas têm a respeito da sua realidade, como a percebem e a definem, mas, sobretudo, quais aspectos dessa realidade eles consideram mais marcantes em suas vidas. Ao apresentarem sua visão de mundo, traduzida em diferentes matizes sociais e culturais, revelam com veemência as necessidades e sonhos que acalantam em seus corações e as novas possibilidades que seus olhos vislumbram.

516. O processo de escuta procurou assegurar uma postura dialógica em relação às crianças e jovens como princípio básico de protagonismo entre eles. Ouvir as suas vozes corajosas e desafiadoras em nossas unidades, programas, projetos e serviços, em diferentes práticas educativas, constituiu-se numa estratégia vital. Esse percurso metodológico permitiu-nos estabelecer uma sintonia fina com atitudes, sentimentos, linguagens, memórias e símbolos que são determinantes na construção da identidade coletiva das crianças e jovens, bem como na definição das suas relações com a sua comunidade local e mais ampla.

517. É importante mencionar que os testemunhos apresentados no documento foram respeitados na sua forma literal.

518. Será visível a falta de uniformidade na identificação dos autores. Em alguns momentos serão indicados os nomes, em outros somente a idade ou faixa etária e a cidade, estado ou país de origem. Outro ponto a destacar é a decisão do grupo de redação de apresentar as considerações da escuta ao final do capítulo, compreendendo que as vozes devem falar por si mesmas.

519. A partir desses recortes, temos uma visão mais adequada sobre a percepção dessas crianças e jovens sobre o mundo em que vivem, o lugar que nele ocupam e as projeções que fazem para seu presente próximo, seu futuro, seus sonhos e esperanças.

520. A riqueza de elementos que emergiu nesse processo de escuta nos interpela a pensar e a repensar a nossa prática solidária, em sintonia com o apelo do 21º Capítulo Geral de ser "uma presença fortemente significativa entre as crianças e jovens pobres e encontrar formas novas e criativas de educar, evangelizar e defender seus direitos, mostrando-nos solidários com eles".

De quem são as vozes?

521. De crianças e jovens presentes nos diversos espaços de educação formal e comunitária que são oferecidos e acompanhados pelos Irmãos, os Leigos e Leigas maristas das 13 Unidades Administrativas das Américas. Entre os espaços mencionados podemos encontrar: escolas de educação básica, secundária, ensino superior, qualificação profissional, centros sociais de apoio socioeducativo para crianças em situação de vulnerabilidade e de risco social, unidades de cumprimento de medidas socioeducativas para jovens em conflito com a lei, escolas-internatos, abrigos, centros comunitários, comunidades inseridas, centros de juventude, casas de acolhida, casas de juventude (Maison de jeunes), entre outros.

522. Pertencem a setores muito diversos, todos marcados pela realidade socioeconômica e cultural dos países de que são parte, desde o Norte da América até o Cone Sul, de zonas urbanas, campesinas e indígenas, de classe social alta, média ou baixa.

523. Têm uma idade entre os 5 (cinco) e 26 (vinte e seis anos) e representam as vozes tanto de crianças e jovens, mulheres e homens, das Unidades Administrativas Maristas das Américas, como também os comentários de educadores sobre as vozes escutadas em algumas situações.

Como ouvimos as suas vozes?

524. Em janeiro de 2009, os participantes do III Encontro Coração Solidário das Américas, realizado em Belém/PA, Brasil, decidiram organizar um processo de ESCUTA das vozes das crianças e jovens das Unidades Administrativas Maristas nas Américas, com o objetivo de fazer ecoar essas vozes no mundo marista e para além dele. Definiu-se, também, sistematizar o processo de escuta e inserir as vozes das crianças e jovens ouvidas em um documento orientador da Solidariedade marista nas Américas.

525. Acordou-se uma ferramenta que organizaria a escuta e sistematização das vozes para moldá-las em um Documento orientador da Solidariedade Marista nas Américas.

526. Nas diferentes Unidades Administrativas foram adaptadas e criadas ferramentas didáticas conforme os tempos e as realidades. Entre elas se utilizaram:

- A expressão gráfica (desenhos, criações artísticas e manuais).
- Debates em pequenos grupos e plenários.
- Dramatizações, danças, músicas, poemas, teatros.
- Aplicação de questionários, entrevistas e enquetes.
- Rodas de conversa e fóruns de discussão.
- Vídeos e fotografias.

O fruto da escuta

527. Graças à criatividade e disposição dos educadores, pais, mães e animadores juvenis nas unidades administrativas, foi possível contar com a contribuição de mais de seis mil e quinhentas crianças e jovens do continente americano. Destacamos que os testemunhos que serão apresentados, em seguida, são tanto as palavras textuais das próprias crianças e jovens como, eventualmente, os comentários dos educadores que fizeram uma leitura e interpretação das palavras e das produções das crianças e jovens ouvidos, individualmente ou em grupos.

528. De acordo com o objetivo estabelecido, os temas abordados em maior ou em menor grau foram:

- Quanto à **realidade que os marca**: o que gostam ou não gostam; o que pensam em relação à sua vida pessoal, sua família, sua escola, a sociedade, a comunidade, o bairro, a Igreja, seus sonhos, projetos e esperanças.
- Referente à temática dos **direitos** das crianças e jovens: os direitos que conhecem e os que consideram que são respeitados; os que são violados; as pessoas que identificam que não respeitam seus direitos, as responsabilidades das crianças e jovens e uma mensagem para partilhar.

529. É preciso assinalar que as vozes das crianças e jovens aqui apresentadas pretendem ser apenas uma amostra da riqueza aportada pelas unidades administrativas e não esgotam os temas abordados por todos.

530. Fica em cada de um dos nossos lugares maristas tudo o que escutamos. É um desafio a ser ampliado, aprofundado, mostrado e mobilizar propostas audazes de direitos e solidariedade marista.

Grupo de Redação do Capítulo Vozes

AS VOZES DAS CRIANÇAS E JOVENS

O que quero e o que eu gosto em nível pessoal

531. Quero crescer como pessoa e não como animal. Quero que o mundo melhore e que aos meninos não falte o pão de cada dia, que minha família melhore. Que os ladrões não nos roubem e que os traficantes não trafiquem. Que se unam em equipe para fazer uma obra em grupo, que não se insultem. (9 a 11 anos, Quevedo, Equador)[174]

532. Quero que os meninos pobres tenham o que comer. Que exista solidariedade, respeito, carinho, colaboração, que tenham uma casa. (9 a 11 anos, Quevedo, Equador)

533. Ser uma profissional e cuidar dos meus pais quando estiverem velhos. (Edimar, 12 anos, Quevedo, Equador)

534. Quero ter uma família, filhos e trabalhar naquilo que eu goste. (Rosário, Argentina)

535. Meu sonho é, quando eu crescer, trabalhar com a natureza, porque o homem faz o tráfico de animais, maltrata seu próprio mundo, faz o corte de árvores. Esse é meu sonho, que não se maltratem os animais. (Tiago, 7 anos, São Luís/MA, Brasil)

536. Meu sonho é converter-me em um ator, ter um computador e ter um bom trabalho para ajudar os meus pais. Quero ser reconhecido e respeitado pelas pessoas e também ajudar os mais necessitados. (Daniel, 12 anos, São Luís/MA, Brasil)

537. O maior sonho da minha vida é ser escritora e publicar meus poemas. Quero uma casa para minha mãe para ela não pagar mais aluguel. (Alana, 12 anos, Vila Velha/ES, Brasil)

538. Que não me comparem com outras pessoas. (6 a 9 anos, Chile)

539. Cada menino tem uma consciência, se fica suja, mais à frente será preciso uma ajuda psicológica para começar tudo de novo. (10 a 13 anos, Chile)

174 Todos os testemunhos foram corrigidos textualmente. Por motivos estéticos, optamos por não utilizar aspas para indicar que se trata da voz de uma criança ou de um jovem. Foram respeitadas as expressões utilizadas, sem corrigi-las, inclusive na tradução dos testemunhos.

540. Privacidade, amor da minha família, liberdade, amizades, independência. (17 anos, Porto Rico, América Central)

541. Viver em outra casa e ter mais dinheiro para poder comprar o que preciso. (menino, América Central)

542. Que o governo lhes apoie com suas iniciativas. (Adolescente, América Central)

543. A confiança na nossa idade. (16 anos, Quebec, Canadá)

544. Eu gostaria de ver os homens se preocuparem com os mais necessitados e não só com a sua economia e benefícios. (Cecília de La Barra, 17 anos, Bolívia)

545. Ser aceito como você é. (13 a 16 anos, Quebec, Canadá)

546. Ter mais liberdade. (jovem da Escola Primária, Quebec, Canadá)

547. Queremos livros e revistas. (meninos, meninas e jovens da etnia Wichi, Argentina)

548. Que aprendamos a trabalhar a terra e criar animais. (meninos, meninas e jovens da etnia Wichi, Argentina)

549. Quero ver as pessoas mais velhas compartilharem suas experiências vividas com as crianças e ensinar o quanto Jesus Cristo nos ama e que Ele é nosso maior amigo e irmão. (Miguel, 13 anos, Bolívia)

550. Que a polícia não nos pegue. (jovens da etnia Wichi, Argentina)

551. Que meus pais me amem e me respeitem. (7 anos, DF, México)

552. Ter ânimo de continuar lutando. (16 anos, Guerrero, México)

553. Ter uma vida exitosa. (18 anos, Guanajuato, México)

554. Ser feliz e que tudo fosse mais fácil. (adolescente, Cidade Juárez, México)

555. Este ano ajudamos com alimentos para um restaurante comunitário de um bairro. As crianças almoçam lá. É uma capelinha nova e lá funciona um restaurante. Também se levou material escolar. As pessoas nos receberam com muita alegria. Que bom é poder ajudar os outros. Eu e meus colegas ficamos muito felizes. (Lucia, 15 anos, Bolívia)

O que eu quero e o que gosto em minha família

556. Queria viver com a minha família. O internato é bonito e temos tudo, mas queria estar com meus pais e com meus Irmãos. Mas não é possível porque a nossa comunidade fica muito longe. (Victor, 13 anos, Bolívia)

557. O que eu gosto na minha família é o amor que existe entre todos e o apoio uns aos outros. Existe também o respeito pela vida e tudo o que foi criado por Deus. (Fátima, 15 anos, Bolívia)

558. No próximo sábado faço anos. Sim, já são 17 anos. O que espero é que não aconteça como no ano passado. Ninguém se lembrou. (Katerin, 17 anos, Bogotá, Colômbia)

559. Quero continuar sendo feliz como sou agora. Quero saúde para toda a minha família e amigos. E que não tenhamos tantos problemas. (Andrea, Zulia, Venezuela)

560. Eu gosto que a minha família seja missionária e como família realizamos obras em benefício dos necessitados. Levamos a Palavra de Deus aos que não a têm escutado ou que não a conhecem. Eu também gosto que temos sonhos e metas que queremos cumprir e isso nos anima a seguir e continuar. (Maria Auxiliadora, 12 anos, Bolívia)

561. O que gosto na minha família é que temos momentos de oração porque meus pais desde quando éramos muito pequenos nos ensinaram a comunicação com Deus. E nos ensinaram a agradecer por um dia a mais de vida e a rezar pelas pessoas que precisam de uma luz que ilumine o seu caminho e a sua vida. (Libertad, 16 anos, Bolívia)

562. O que me agrada é o amor e quero que minha família continue unida. (adolescente, 12 anos, Rio Grande do Sul, Brasil)

563. Nossa família é como se fosse o ponto mais forte em nossa vida, pois nos momentos mais difíceis é com ela que você conta. Ela nem sempre está a seu favor. Na maioria das vezes, a família te orienta e procura o melhor para você. A família é também uma base para você se integrar com outras pessoas. (Leonardo, 10 anos, Rio de Janeiro/RJ, Brasil)

564. Que a família não se separe. Pais e filhos unidos como verdadeira família. Ter uma família, mais unida, que lhe demonstre carinho e preocupação. (10 a 13 anos, Chile).

565. Que os pais amem os seus filhos e mostrem o seu amor por eles. Que se amem a todos, igualmente. (6 a 9 anos, Chile)

566. A boa convivência, a sensibilidade dos pais, os bons conselhos e o respeito mútuo. A atitude constante e a posição firme contra os erros dos filhos. (alunos de 7ª e 8ª séries, Rio Grande do Sul, Brasil.)

567. Todas as crianças devem ter uma família que as acolham e as queiram, independentemente de que ela seja biológica ou legal. (10 a 13 anos, Chile)

568. Às vezes tem falta de comunicação, e isto provoca problemas familiares. (adolescente, América Central)

569. É algo essencial no desenvolvimento integral do jovem, inspira segurança e confiança. (adolescente, América Central)

570. Que não briguem, que se deem bem. (11 a 13 anos, Cuba e América Central)

571. Que alguns preconceitos sexistas acabem. (16 anos, Quebec, Canadá)

572. Ter uma boa família na DPJ (Departamento de Proteção Juvenil). (13 a16 anos, Quebec, Canadá)

573. Seria melhor que nós pudéssemos fazer escolhas, não que te digam: *tu tens que ir a tal escola ou tu tens que ir a tal lugar.* E é tudo. Que nos deixem falar! (jovem de Escola Secundária, Quebec, Canadá)

574. Que tivesse uma hora em que estivéssemos juntos. (8 anos, DF, México)

575. Que não existissem os maus-tratos nas famílias. (16 anos, Guanajuato, México)

576. Que meu pai descansasse e tivesse tempo para mim. (7 anos, Querétaro, México).

577. Mudaria a forma de ser dos meus pais para evitar o divórcio. (18 anos, Michoacán, México)

578. Quero que não tenhamos brigas familiares, que todos se dessem bem com todos. Que desapareçam as pessoas ambiciosas porque se elas desaparecerem, desapareceriam os assassinos, os coiotes, terroristas e ladrões. (menino, Cidade Juárez, México)

579. Eu gosto de passear e brincar com meus pais. (menina, Peru)

O que eu quero e o que eu gosto na minha escola

580. Quero ser livre para vir à escola, tomar banho e comer sozinha. (5 a 7 anos, Medellín, Colômbia)

581. A escola que queremos não precisa ser a melhor do mundo, não precisa ter corredores de mármore, nem paredes de diamantes, nem muito menos quadros de ouro. O que queremos é simplesmente uma escola com todos os recursos a que um aluno tem direito. (Karina, 15 anos, Paraná, Brasil).

582. Quero uma escola que tenha respeito em primeiro lugar, onde os professores possam ensinar e os alunos tenham vontade de aprender. (Thais Cristina, 16 anos, Paraná, Brasil)

583. Minha escola é grande e o único defeito dela é a cor. Parece que a escola nem tem cor. Eu queria uma escola colorida, com mais cores e alegria. Aposto que todos os alunos da escola Violeta também querem isso. (Karen, 9 anos, São Paulo, Brasil)

584. O que eu gosto na minha escola é a hora de brincar, o recreio. E o que eu quero é que ela me ajude a superar mais rápido a dificuldade de aprender. (menino, 9 anos, Brasil)

585. É preciso criar um clima agradável entre alunos e o corpo docente do Colégio. (Sérgio, 13 anos, Belém/PA, Brasil)

586. A escola no presente, mais que no passado, tem uma função extremamente importante na educação, já que, hoje em dia, os jovens tendem a passar a maior parte do seu tempo na escola. (Priscila, 14 anos, Belém/PA, Brasil)

587. Estudar, realizar minhas metas e ser uma boa pessoa. (Mariliz, jovem da Venezuela)

588. Não ter que trabalhar e por isso deixar os estudos. (10 a 13 anos, Chile)

589. Boa comunicação entre alunos e docentes. (10 a 13 anos, Chile)

590. Que se preocupem com as crianças que não vão à escola. (16 a 17 anos, Chile)

591. Uma maneira distinta de educação, que seja alternativa. (17 anos, Porto Rico, América Central)

592. Lugar onde se aprendem os valores. (jovem, América Central)

593. Separar as turmas segundo as necessidades e expectativas dos estudantes. (16 anos, Quebec, Canadá)

594. Que os professores sejam mais entusiasmados com todos os seus alunos. (13 a 16 anos, Quebec, Canadá)

595. Que os professores deixem de dar tarefas. (jovem de Escola Secundária, Quebec, Canadá)

596. Que tenhamos mais professores wichis aborígenes porque é difícil o espanhol. (crianças e jovens da etnia Wichi, Argentina).

597. Realizar na escola atividades recreativas e de consciência com o nosso entorno. Além disso, ter aulas mais dinâmicas. (comentário de um educador sobre a fala de um adolescente, América Central)

598. Que os companheiros maiores não nos incomodem. (8 anos, Querétaro, México)

599. Que não formem grupos fora da hora da classe, melhor nos recreios ou no tempo curricular, já que muita gente não tem chance de vir para 'socializar' e os grupos discriminam muito. Tratar todos igualmente. (17 anos, Michoacán, México)

600. Que as ideias propostas pelos jovens sejam respeitadas e levadas em consideração. (17 anos, Oaxaca, México)

601. Que não ponham regras na escola. (adolescente, Cidade Juárez, México).

602. Eu gosto de brincar com meus amigos, eles me levam na minha cadeira de rodas. (menina, Peru)

O que quero e o que eu gosto na sociedade, comunidade ou bairro (tradições e costumes)

603. Quero que façam um metrô de verdade para que a gente entre. Eu o pintaria de vermelho, amarelo, azul, laranja e branco. (criança de 6 anos, Medellín, Colômbia)

604. Sociedade: que aqueles que estão ao meu redor não me humilhem e não me faltem com o respeito. (13 a 14 anos, Medellín, Colômbia)

605. Um mundo sem violência é um mundo de famílias e amigos reunidos, é um mundo cheio de solidariedade, sem desigualdade. Um mundo no qual todas as famílias se amam. Estão juntos nos momentos alegres e nos momentos tristes também. (Patrick, 7 anos, Belém/PA, Brasil)

606. Não gosto do meu bairro, devido à comercialização das drogas muito perto da minha casa. Gostaria que no meu bairro tivesse um campo de futebol. (Rogério, 9 anos, Vila Velha/ES, Brasil)

607. Meu sonho é que minha comunidade mude porque tem lixo na rua, não tem esgoto tratado, as crianças com vermes, gripadas, com dor de cabeça. Tudo isso porque tem gente que não está nem aí para os pobres. Então, meu sonho é esse: mudar minha comunidade para melhor. (Thayla, 12 anos, São Luís/MA, Brasil)

608. Ter bons governantes. (16 a 17 anos, Chile)

609. Que a sociedade mantenha um ambiente de respeito e tolerância para com os outros, sejam crianças ou adultos. (10 a 13 anos, Chile)

610. Uma sociedade igualitária na qual se julguem as pessoas por sua inteligência e não pelo que tem ou como são. (10 a 13 anos, Chile)

611. Que todos lutemos para resolver os problemas e não ignorá-los. (17 anos, Porto Rico, América Central)

612. Que as pessoas sejam mais responsáveis, que não falem mal, que não procurem problemas. (11 a 13 anos, Cuba, América Central)

613. Que todos sejam mais considerados, que haja cooperação para chegar ao bem comum. (17 anos, Porto Rico, América Central)

614. Aplicar as leis de Quebec, independentemente, da raça, religião. (16 anos, Canadá)

615. Que nos digam a verdade. Que aprendam a nos conhecer sem julgar. (13 a 16 anos, Quebec, Canadá)

616. Colocar menos cenas de sexo na televisão ou cortar essas cenas. (jovem de Escola Secundária, Quebec, Canadá)

617. Quero terminar a escola e trabalhar em um bom lugar. (adolescente, Rosário, Argentina)

618. Minha escola está num bairro perto da minha casa e os Irmãos Maristas são muito bons. (menina, Rosário, Argentina)

619. Queremos mais segurança em nosso bairro, mais atividades de lazer na comunidade, mais saúde. Que nós, os jovens, estudemos. Que não entremos no mundo das drogas, do crime e da prostituição. (alunos de 7ª e 8ª séries, Rio Grande do Sul, Brasil.)

620. Que respeitemos os mais velhos. (crianças e jovens da etnia Wichi, Argentina)

621. Uma vida mais digna para todos. (18 anos, Oaxaca, México)

622. Que existissem mais oportunidades de trabalho. (18 anos, Guanajuato, México)

623. Que cuidemos da natureza. (11 anos, Querétaro, México)

624. Eu quero ajudar a proteger o meio ambiente, aprender sobre os animais. Quero evitar a extinção dos animais para que o planeta não termine. (Rodrigo, 7 anos, Belém/PA, Brasil)

625. As tradições são boas porque nos deixam aprender sobre o nosso passado, antepassados, dos avós, bisavós e tataravós, que fizeram coisas boas. E se eu fizer algo importante, nesta vida, vou ficar marcado na história do meu país e me sentiria orgulhoso e estariam orgulhosos de mim em outras gerações. (menino, Cidade Juárez, México).

O que eu quero e o que eu gosto na igreja

626. O grupo de jovens me ajudou a superar meus problemas e temores. Agora me sinto melhor e tenho esperança de seguir adiante. Tenho aprendido a me querer e a ajudar aos demais. Estou muito feliz por ser parte do grupo juvenil. (Esteban, 18 anos, Bolívia)

627. Que tenhamos um convite a ter fé na oração. (10 a 13 anos, Chile)

628. Alguns também poderiam participar na comunidade católica; a fé que muitos têm; os pais estão na comunidade. (alunos do 7º e 8º ano da primaria, Rio Grande do Sul, Brasil)

629. A igreja mais alegre e colorida. Que tenham mais imagens de Jesus e Maria. Que as pessoas sejam alegres e felizes porque tem fé. (10 a 13 anos, Chile)

630. Acolhedora, atrativa, mais participativa. (10 a 13 anos, Chile)

631. O que eu gosto é que se realizam muitas atividades em beneficio dos demais. Eu também gosto que as celebrações sejam animadas entre todos e que todos sejamos importantes na hora de realizar a celebração. (Telma Pérez, 13 anos, Bolívia)

632. Modernizar-se. Exemplo: A Igreja está sempre contra o aborto e a camisinha. (16 anos, Quebec, Canadá)

633. Explicar a importância de Deus. (13 a 16 anos, Quebec, Canadá)

634. Que aceitem desenhos de Jesus. (6 a 9 anos, Chile)

635. A Igreja voltar a ser mais atrativa e mais crente. (13 a 16 anos, Quebec, Canadá)

636. Tratar de resgatar a tradição que nos ensinaram nossos antepassados na relação com Deus. (17 anos, Guerreiro, México)

637. Que as explicações sejam mais simples para entender. (9 anos, Querétaro, México)

638. Ajudo na minha Igreja com a animação dos cantos e o grupo de crianças menores. É bonito poder ajudar aos outros e se sentir responsável pelas crianças e ter uma missão na comunidade. Eu gosto muito do que faço e vou a seguir fazendo isso sempre. (Alex, 19 anos, Bolívia.)

639. Ter mais fé em cada um dos jovens seguindo a palavra de Deus. (17 anos, Oaxaca, México).

640. Sentir a presença de Deus na minha vida e nas vidas dos outros. (Alice, 17 anos, Vila Velha/ES, Brasil)

O que eu não quero e o que eu não gosto, o que me dá medo em nível pessoal

641. Minha melhor amiga esta grávida e tenho medo do que ela possa fazer. Tenho medo de que ela se zangue comigo se conto o que está se passando. Estou confusa. Como posso ajudar a ela? (Joselín, 17 anos, Bolívia)

642. Não quero ver as pessoas bebendo na rua e sim que cada uma tenha sua casa para viver. (Emilley, 12 anos, São Luís/MA, Brasil)

643. Eu não quero cair no mundo da criminalidade e não quero ficar sem estudar, sem viver e sem direitos dos adolescentes. (Jailson, 13 anos, São Luís/MA, Brasil)

644. Meus companheiros me obrigam a tomar álcool e a fumar. Se não faço o que mandam logo não me convidam às festas. Quero estar com eles, mas não quero fazer tudo o que eles fazem. Às vezes eles riem de mim e eu não sei o que fazer. (Beto, 15 anos, Bolívia)

645. Eu não quero me envolver com drogas, não quero fumar e nem ser violento. (Leanderson, 13 anos, Recife/PE, Brasil)

646. Que não me incomodem com os apelidos. (6 a 9 anos, Chile)

647. Não quero que no mundo siga morrendo pessoas sem saber o quanto Jesus as ama. (Libertad, 16 anos, Bolívia)

648. A falta de confiança de nossa idade. (16 anos, Quebec, Canadá)

649. Não quero que existam cada vez mais injustiças no mundo. (Soledad Delfín, 13 anos)

650. O mundo que nos julga muito rápido. (13 a16 anos, Quebec, Canadá)

651. Tem agressões físicas às vezes… e agressões mentais também. Pessoas que dizem: *Ah, você não conseguirá nada nunca na vida, não é mais que um bom para nada*… Isso fará com que ele não tenha confiança em si mesmo… talvez se suicide. (jovem de Escola Secundária, Quebec, Canadá)

652. Que descriminem as pessoas. (17 anos, Guanajuato, México)

653. Que riem dos deficientes e pobres, que lhes façam maldades. (16 anos, Michoacán, México)

654. Brigar com os meus irmãos. (7 anos, Distrito Federal, México)

655. Não quero brigar sempre, os 'brutos' abusam de mim. (menina, Cidade Juárez, México)

656. Tenho medo de ser assaltada, de me matarem. Que minha avó morra porque está doente. Eu tenho medo que demitam a minha mãe porque não vamos ter o que comer. (menina, Cidade Juárez, México)

657. O maltrato as pessoas com deficiência que andam na rua sozinhos pedindo esmola. Tenho medo de não saber o que acontecerá com elas se elas não tem os seus pais. (Uma Jovem, Rosário, Argentina)

O que não quero e o que não gosto, o que me dá medo na minha família

658. Não quero que me dêem comida, *quero comer sozinha*. (5 a 6 anos, Medellín, Colômbia)

659. Não quero que meu pai chegue bêbado em casa e bata na minha mãe. (Carla, 12 anos)

660. Queria que meu padrasto desse mais atenção pra mim, porque ele só dá as coisas para a filha que é dele. (Vanessa, 13 anos, Ceilândia/DF, Brasil)

661. Eu queria que a minha mãe deixasse de ter tantas dívidas. (Elen, 13 anos, Samambaia/DF, Brasil)

662. Sonho com que meu pai deixe as drogas. (Marcos, 11 anos, Vila Velha/ES, Brasil)

663. Não quero que minha mãe vá embora e me deixe sozinha com meu tio e só envie dinheiro. (Mariana, 11 anos, Bolívia)

664. Ninguém tem o direito de explorar a uma criança, a responsabilidade é dos pais. (16 a 17 anos, Chile)

665. Brigam muito com a gente, nos maltratam, as discussões entre pais e mães. Que nossos pais se separem e nos deixem sós. (11 a 13 anos, Cuba, América Central)

666. Às vezes eles me ameaçam. (13 a 16 anos, Quebec, Canadá)

667. Os meus pais decidem tudo sem perguntar minha opinião. (jovem de Nível Primaria, Quebec, Canadá)

668. Que meus pais briguem. (15 anos, Guanajuato, México)

669. Não ficando juntos como família, senão cada um para seu lado. (16 anos, Oaxaca, México)

670. Que me batam. (8 anos, DF, México)

671. Não quero que demitam a minha mãe, que meu pai nunca na vida, tivesse bebido nem uma cervejinha. Não quero que quando nasce minha sobrinha ela morra. Não quero ter problemas para terminar a universidade. (jovem, Cidade Juárez, México).

672. Não quero que exista cada vez mais injustiças no mundo. (Soledad, 13 anos, Bolívia)

673. Não quero estar tanto tempo na minha casa porque me entedio muito. (menina, Cidade Juárez, México)

674. Eu gostaria de ser mais escutada pela minha família. Às vezes eles pensam que nós não sabemos nada. (Gessica, 16 anos, Paraná, Brasil)

675. Nossos pais não acreditam quando tratamos de lhes explicar. (menino, Rosário, Argentina)

676. Que meus pais não gritem, que não gritem comigo. (menino, Peru)

O que não quero e o que não gosto. O que me dá medo na escola

677. Meu professor me diz que sou pobre e não devo aspirar ir à universidade. Eu gostaria ser psicóloga. (Marcela 17 anos, Bogotá, Colômbia)

678. Que os meninos sejam grossos e que roubem a alguns companheiros. (Johnny, 10 anos, Bogotá, Colômbia)

679. As quadras estão muito pequenas e não podemos brincar. (José Alberto, 14 anos, Bogotá, Colômbia)

680. A escola não é um espaço no qual tenho vontade de ir com freqüência pela minha dificuldade para me relacionar com os outros alunos que são muito pequenos. (Marcos Paulo, 12 anos, Vila Velha/ES, Brasil)

681. A escola é um lugar de aprendizagem e vai garantir um futuro para os estudantes. Mas eles veem a escola muito bagunçada e que os professores não tem o compromisso de ensinar aos alunos. (Carla, 12 anos, São Luís/MA, Brasil)

682. Alguns professores maltratam as crianças e isso é um grande desrespeito. (Andressa, 12 anos, Brasil)

683. Na escola não temos comida de qualidade, a estrutura física da escola não é muito boa e as greves dos professores atrasam nossa aprendizagem. (Ângelo, 12 anos, Brasi)l

684. Que não tenha *grooming* nem *bullying*, pois ninguém tem direito a incomodar o outro. Proteção a toda hora. (10 a 13 anos, Chile)

685. Que quando a gente queira fazer uma pergunta, o professor não nos ignorará porque temos direito a perguntar. (16 a 17 anos, Chile)

686. Liberdade de expressão, os professores não nos deixam falar. (6 a 9 anos, Chile)

687. Ser uma elite. Todo mundo é serio e está aí para trabalhar. (16 anos, Quebec, Canadá)

688. Não estamos motivados. (13 a 16 anos, Quebec, Canadá)

689. As tarefas. (jovem de Primeiro Grau, Quebec, Canadá)

690. Não gosto que se é uma escola marista nem todos os professores tem esse espírito! Esta escola deve ser diferente das demais. Mas ainda assim tem pessoas que às vezes lhes faltam muita pedagogia, espírito de serviço e amor ao seu trabalho. (17 anos, Toluca, México)

691. Os professores ficam bravos muito rápido. (16 anos, Guerrero, México)

692. Que a professora brigue comigo. (6 anos, Querétaro, México)

693. Quando os professores não aceitem o que dizemos não nos gosta. (meninos e meninas de 14 e 15 anos, Peru)

694. Não gostamos que não acreditem na gente quando estamos com problemas e não nos ajudem. Não gostamos quando os professores nos tratam com brincadeira. (Adolescentes de 14 a 15 anos, Peru)

695. Brigas pelo futebol quando os times perdem. (adolescente de 15 anos, Peru)

696. Os professores estão quase sempre cansados, fazem falta alguns profissionais para cuidar melhor da escola. (Heloisa, 14 anos, Vila Velha/ES, Brasil)

O que não quero o que não gosto, o que me dá medo na sociedade, comunidade ou bairro (tradições, costumes)

697. As pessoas não querem mudar, querem ficar em sua casa esperando que alguém lhe leve uma 'cesta básica' ou qualquer outra ajuda. Você tem visto todas as pessoas que já não fazem nada, nem por eles mesmos, senão que espera e espera e se dedica a dormir e a esperar as ajudas. Por isso não consegue nada, fica ali, para que os ajudem. (Mateo, 15 anos, Bogotá, Colômbia)

698. Não quero meninas e meninos trabalhando para ajudar à família. (Tiago, 8 anos, Recife/PE, Brasil)

699. A sociedade me ajuda a ser um jovem de bem, mas muitas vezes nos discriminam principalmente aos pobres, isso não deve ser, pois todo mundo é igual, não importa raça ou cor (Caíque, 10 anos, São Luís/MA, Brasil)

700. As pessoas são desunidas, não se respeitam e brigam por qualquer cosa, isso não nos leva a nenhum lugar. (Tarciana, 12 anos, Rio de Janeiro/RJ, Brasil)

701. Sobre trabalho infantil aqui se dão orientações às pessoas, fazem-se denuncias e tem leis. Mas isso não é suficiente. (10 a 13 anos, Chile)

702. As pessoas são fofoqueiras e procuram problemas. (11 a 13 anos, Cuba, América Central)

703. Os arranjos a conveniência. (16 anos Quebec, Canadá)

704. A falta de orçamento e as pessoas que tem uma má imagem de nós e os jovens é que fazem um mau juízo de se mesmos. (13 a 16 anos, Quebec, Canadá)

705. Tem muita cena de sexo na televisão. (jovem de Nível Primaria, Quebec, Canadá)

706. Que não nos maltratem nos escritórios públicos, no registro civil quando não entendemos. (meninos, meninas e jovens da etnia Wichi – Argentina)

707. Que agora já não podemos estar seguros nem em nossa casa. (17 anos, Guanajuato, México)

708. Que não se valorizem as pessoas nativas. (17 anos, Guerrero, México)

709. Não gosto da corrupção e como se maneja o governo nem como a sociedade se deixa manipular inclusive, pelo medo. (15 anos, Toluca, México)

710. Não quero que no ano de 2011 aconteça o que esta acontecendo neste ano, que já não aconteçam mais matanças em toda a república. Não quero que tenha desemprego, porque os pais não podem dar estudo aos seus filhos. (menina, Cidade Juárez, México)

711. Não quero que exista violência, nem abusos sexuais, roubos, sequestros e nem extorsões. (menino, Cidade Juárez, México)

712. Que em nossa cidade passem fome nossas crianças, nem violência. (adolescente, Cidade Juárez, México)

O que não quero, o que não gosto e o que me dá medo na igreja

713. Tem religião que sofre preconceitos e perseguição (Diego, 12 anos, Rio de Janeiro/RJ, Brasil)

714. As culturas não são levadas a sério, muito menos as tradições. E as religiões, hoje em dia, mudaram muito. (Luana, 13 anos, Belém/PA, Brasil)

715. A missa, às vezes, é muito cansativa e não me dá vontade de ir. Gosto quando cantamos e o padre não fala muito. (Fernando, 17 anos, Bolívia)

716. A cultura quase ninguém gosta, nem as tradições nem as religiões são levadas a serio. (Alana, 12 anos, Belém/PA, Brasil)

717. Que as celebrações não sejam tão cedo. (6 a 9 anos, Chile)

718. Que ir à igreja não seja uma obrigação, senão que se tenha um desejo natural de participar e escutar a palavra de Deus. (10 a 13 anos, Chile)

719. Que não é bom que os pais obriguem aos filhos no aspecto religioso, sobretudo se estes já são adolescentes ou jovens. (Comentário de um educador sobre a fala de um jovem, América Central)

720. Algumas religiões não respeitam às demais, são intolerantes. (Comentário de um educador sobre a fala de um jovem, América Central)

721. Às vezes provocam divisões dentro das comunidades. (jovem, América Central)

722. O lado antiquado. (16 anos, Quebec, Canadá)

723. No tem sentido para mim. (13 a 16 anos, Quebec, Canadá)

724. A imagem da igreja e os crentes. (13 a 16 anos, Quebec, Canadá)

725. Muitos jovens não conhecem a Deus. (15 anos, Michoacán, México)

726. Acredito que a igreja tem os ideais para um mundo melhor, mas o que não tem é vontade para mudá-lo. (18 anos, Guerrero, México)

727. Que tivesse um coro, fosse mais divertida, cantar e bailar. (12 anos, Querétaro, México)

Meus sonhos em nível pessoal

728. Quero ser um profissional tanto nos estudos como no beisebol. (Víctor, Zulia, Venezuela)

729. Sonho que não tenha mais meninos na rua. Todas as crianças têm direito a ser felizes, a que nos queiram, a ter casa, a estudar e comer todos os dias. Quero que não tenham meninos na rua, sinto muita pena. (Patrícia, 10 anos, Bolívia.)

730. Ser soldado para estar longe dos problemas. (8 a 10 anos, Medellín, Colômbia)

731. Ter um lar e me tornar um profissional, viver bem em uma família e ter um futuro realizado. Que se melhore a comunicação na minha família já que não existe. Que nossa segunda casa que é a escola melhore cada dia mais. Que as pessoas tenham mais amor e respeito. Quero um país com segurança e liberdade. (Andrés Pertuz, 15 anos, Venezuela)

732. Ser uma pessoa melhor e ter em minhas mãos o que for preciso para ajudar aos que necessitam de mim. Graças a Deus vivo comodamente, não com todo o desejado, mas sim com o necessário. Quero uma estabilidade emocional e econômica para oferecer aos meus filhos um futuro melhor. Devemos resgatar no país as tradições e a fé cristã que tanto ajuda nos momentos difíceis de nossas vidas. (Mileidys Cabrera, 19 anos, Venezuela)

733. Ser uma pessoa com equilíbrio na minha vida social, pessoal e espiritual. (17 anos, Porto Rico, América Central)

734. Ser feliz, ser engenheiro, ser cantor, ser cristão, viajar, ser bom estudante, ser alguém na vida, ser inteligente, ser bom atleta. (menino 11 a 13 anos, Cuba, América Central)

735. Viver num ambiente agradável. (Um adolescente, América Central)

736. Sonho terminar o Colégio, estudar trabalho social e depois ter um abrigo para meninos pobres. Quero ajudar aos meninos que sofrem. (Ângela, 17 anos, Bolívia)

737. Ser cada vez mais uma pessoa melhor, ser uma grande profissional, ser muito feliz com minha família, ter muita saúde, conservar minhas grandes amizades que tenho desde a escola primaria. Que tenha um esposo tão bom como meu pai, que me queira, me apoie, me respeite, que seja trabalhador e, se puder, que seja lindo. (uma adolescente, 13 anos, Toluca, México).

738. Eu sonho em ser um advogado de Direitos Humanos. (adolescente, 17 anos, Veracruz, México)

739. Ser jogador de futebol profissional. (menino, 10 anos, DF, México)

740. Sonho com um mundo tranquilo, em paz, sem violência. Sonho poder ter uma vida tranquila, uma família com duas meninas e dois meninos. Quero ser cientista ou doutor, mas também sonho em ter superpoderes para me defender e defender as pessoas que amo. (Josué, 9 anos, Cidade Juárez, México)

741. Sonho em ser arquiteta e ajudar as pessoas a ter uma boa casa. (jovem, Rosário, Argentina)

Meus sonhos com relação a sociedade, comunidade, bairro (tradições e costumes)

742. É preciso que os jovens sejam escutados, que sejam levados em consideração. E que, de verdade, exista a reconciliação do país." (Katiz Arrieta, 21 anos, Venezuela)

743. Devemos cuidar do planeta e não jogar tanto lixo na rua. Se vê feia a cidade com tanto lixo. (Kareli, 11 anos, Bolívia)

744. Agora, no bairro, existem campos para jogar e tem luz à noite. Podemos estar seguros e jogar durante a semana. É muito bonito. (Luis, 13 anos, Bolívia)

745. No grupo de dança do bairro aprendemos muitas danças e nos levam para fazermos apresentações em outros lugares. Eu gosto porque nos tiram fotos e nos convidam a lanchar. (Lorena, 11 anos, Bolívia)

746. Um mundo onde todos sejam iguais perante os demais, onde sempre exista a confiança e nos sintamos pessoas amadas. (Juan, 18 anos, Oaxaca, México)

747. Viver numa cidade segura onde ninguém teria medo de atender ao telefone, de sair para rua à noite, poder visitar quem quiser. (17 anos, Michoacán, México)

748. Um mundo onde as pessoas são respeitadas pelo que são como pessoas, tanto por elas mesmas como pelas demais. Onde as pessoas possam se expressar livremente, sem medo do que vão dizer. Um mundo sem aparências e materialismo. Um mundo baseado no amor e na paz. (Luz Adriana, 18 anos, Orizaba, México)

749. Que não tenha violência no meu bairro, que nossos vizinhos não nos roubem, que cuidemos uns dos outros. (menino, Rosário, Argentina)

750. Quero uma cidade muito bonita, cheia de árvores e brinquedos para brincar. (Colégio San José, Peru)

751. Um mundo respeitoso e amor mútuo entre todas as pessoas. (10 a 13 anos, Chile)

752. Fui voluntária quando terminei o Colégio. Agora quero terminar a universidade e se eu puder viver um tempo longo de voluntariado. Os jovens podem fazer muitas coisas em benefício dos outros. Nós mesmos temos que resolver os problemas. Os meninos de rua me preocupam muito e me dá pena quando os vejo tristes e sozinhos. (Laura, 20 anos, Bolívia)

753. Eu gosto que meu bairro esteja organizado e que está disposto a realizar grandes coisas em favor do bem estar das pessoas que ali vivem. (Alba, 15 anos, Bolívia)

754. Uma sociedade igualitária, onde as pessoas são julgadas pela a inteligência e não pelo que elas têm ou são. Uma sociedade comprometida com os outros, solidária, onde há apoio mútuo e confiança entre os vizinhos, em que todos sejam como uma grande família. (14 a 17 anos, Chile)

755. Para o futuro, eu tenho a esperança de viver um estilo de vida feliz e rica espiritualmente. Espero viver uma vida com valores maristas e os valores inculcados em mim pelos meus pais. Espero oferecer luz àqueles que mais precisam. (adolescente, Estados Unidos da América do Norte)

756. O que eu gosto do meu bairro é que todos nós nos conhecemos e colaboramos quando alguém tem um problema. (Javier Eduardo, 13 anos, Bolívia)

O que eu penso, minhas sugestões e opiniões em nível pessoal

757. Eu percebi a responsabilidade que tinha quando assumi o compromisso de representar o meu grupo, a opinião que tinha que tomar num momento importante, a posição frente ao papel que fui eleito no ato público perante aos eleitores. Meu papel como representante é muito importante para mim, tanto em nível pessoal quanto profissional. Representar 30 alunos pode parecer fácil, mas no momento em que é necessário mostrar ação para facilitar, ajudar

e resolver problemas, você verá que é mais complicado do que você pensa, tomar decisões frente às pessoas que estão sob sua responsabilidade. Para mim, esta foi uma experiência excelente para o modo de vida de todas as profissões, incluindo a de ser representante. (Wansley, 15 anos, Paraná, Brasil)

758. Fomos trabalhar na horta de uma Escola Fiscal. Dá-nos alegria ajudar os outros, foi uma experiência muito linda, nos deram as ferramentas e fomos à horta a capinar os canteiros. O sol nos fez suar, mas que bom poder ser útil aos demais. (Kevin, 12 anos, Bolívia)

759. O espaço da Rádio me ajudou a compreender que minha opinião é muito importante para o grupo. (Talles Henrique, 12 anos, Paraná, Brasil)

760. Escutei uma música e a letra era muito linda! Percebi que também tenho potencial para desenvolver uma poesia demonstrando o que sinto de uma maneira bonita e diferente. (Camila, 15 anos, Paraná, Brasil)

761. Minha participação no projeto da Rádio me ajudou a expressar minhas opiniões sobre as coisas do mundo e também a realidade dos fatos vividos pelas pessoas no seu dia a dia. Também estou superando minha dificuldade para falar em público. (Jefferson, 12 anos, Paraná, Brasil)

762. Ninguém tem o direito de votar por mim, algo que é tão pessoal. (16 a 17 anos, Chile)

763. Existem leis que ajudam. Nem sempre são cumpridas. Existem as pessoas que as cumprem. (10 a 13 anos, Chile)

764. A moda está presente na vida dos jovens, ajuda a nos diferenciar e a nos definir. (adolescente, América Central)

765. Os jovens não têm um amor pelo que é próprio da sua terra, se deixam levar pela moda do estrangeiro. (comentário de um educador sobre a fala de um adolescente, América Central)

O que penso, minhas sugestões e opiniões sobre a minha família

766. Meu avô me ensina a multiplicar, a dividir, me diz isto está bem, isto está mal, como ele mesmo fez segundo os antigos. Os antigos sabem mais que a gente. As mulheres sabem mais que os outros porque já vi nas notícias que existem mulheres que já são astronautas. (Brayan, 9 anos, Bogotá)

767. Espero ser capaz de manter a minha família e ser exemplo para eles. Espero que meus familiares tenham uma sólida formação moral e religiosa, e poder animá-los a ser criativos e inovadores de uma maneira especial. Sei que a família sempre será a parte mais importante da minha vida, não importa se é a minha própria família ou as pessoas com as quais elegerei para estar junto. (jovem, Estados Unidos da América do Norte)

768. Tem que cuidar das mãezinhas quando estão grávidas. (6 a 9 anos, Chile)

769. Os meninos na sua maioria pensam que devem ajudar nas tarefas da casa. (menino de 10 a 13 anos, Chile)

770. É muito protetora. Não nos deixam ser livres. (adolescente, América Central)

771. Preocupados para que não se percam os costumes. (comentário de um educador sobre a fala de um adolescente, América Central)

772. Sobre a pertinência das chamadas de atenção dos pais: "Se não o fizeram não iríamos pelo caminho certo". (jovem de 13 a 16 anos, Quebec, Canadá)

773. Isso está bem, mas que nos deixem pelo menos decidir de vez em quando. (jovem de 13 a 16 anos, Quebec, Canadá)

774. Daria muitas coisas para minha família, tiraria a minha mãe do trabalho. (15 anos, Veracruz, México)

775. Produzir nossos próprios alimentos, as coisas que são necessárias para as nossas famílias. (18 anos Chiapas, México)

776. É o único com o que podemos estar com tranquilidade, me sinto segura com ela (minha família) porque é como uma bola gigante que me protege e posso conviver porque estou próxima a ela. (menino, Cidade Juárez, México)

777. Por que em algumas famílias existem discussões? (adolescente, Cidade Juárez, México)

778. É muito bonito quando celebramos nossas festas em família. (adolescentes de 14 e 15 anos, Peru)

779. Minha família é muito unida, meus pais trabalham muito para que estudemos e tenhamos um bom futuro. Isso me faz feliz. (Escola Champagnat, Rosário, Argentina)

O que penso, minhas sugestões e opiniões de minha escola

780. O estudo nos ensina a sermos bons cristãos; a escola é um templo do saber. Cada família tem seus costumes. A sociedade está estragada e contaminada pelas pessoas. O adulto é uma pessoa que nos ensina e que tem tido suas frustrações e dores. Existem várias religiões e tem que respeitar as decisões. A religião fala de Deus. (15 a 16 anos, Quevedo, Equador)

781. Espero receber uma educação de qualidade e usar o melhor da minha capacidade. Espero não só receber uma educação acadêmica, senão um sentido mais profundo da espiritualidade e do conhecimento dos evangelhos. (jovem, Estados Unidos da América do Norte)

782. Minha professora disse na aula que o aborto em alguns casos é bom. Não estou de acordo, creio que abortar é matar uma pessoa. (Libertad, 16 anos, Bolívia)

783. Ensinam-me e me ajudam muito. É grande e nos oferecem oportunidades. Tem espaço suficiente para conviver. Tem boa educação, e tem espaço grande onde jogar. Ensinam-nos muito. Tem bons professores que nos ensinam. Sinto-me melhor estando aqui, e queria passar aqui todo o dia. (comentário de um educador sobre a fala de um menino, América Central)

784. A escola é a escola! Pode ser divertida, mas nos toma muito tempo e dá preguiça acordar cedo, pela manhã. (jovem de nível primário, Quebec, Canadá)

785. Eu gosto que os professores nos entendam e estejam conosco como amigos mais que como professores. (Raúl, 15 anos, Bolívia)

786. A escola é como uma segunda casa pelo tempo que passamos nela e deveria ser mais confortável, mais livre, menos negócio e mais um serviço para nós, jovens. (Ana, 17 anos, Michoacán, México)

787. Que tudo seja justo e cheio de verdade... tudo seria igualitário, o país será melhor. Haveria mais pessoas felizes e saudáveis… Estaríamos cheios de cultura. (17 anos, Guanajuato, México)

788. Que os professores sejam mais compreensivos. (11 anos, Querétaro, México)

789. Nossa professora que gosta muito de nós e se preocupa conosco. O ano passado foi difícil a orientação de estudos. Dizia-nos para abrir o livro e ler, nada mais. (Juan, 16 anos, Bolívia)

790. Sobre os exames na escola: "É justo que a gente não passe de ano se não faz as provas, pior se somos reprovados, não teremos trabalho mais tarde. E se não temos trabalho mais tarde, também não teremos dinheiro". (jovem de Nível Primário, Quebec, Canadá)

791. A escola é importante porque te educa. (jovem da Escola Primária, Quebec, Canadá)

792. Há muitas situações em que vivem as crianças e jovens que não se falam na escola ou nos centros comunitários com eles mesmos, senão entre adultos, tem que começar a nomear essas situações. (jovens, Argentina)

793. A escola é melhor porque podemos avançar para melhorar o mundo. Podemos estar tranquilos aqui, não nos passa nada, quando saio da escola estou sozinha na minha casa. (menino, Cidade Juárez, México)

O que eu penso, minhas sugestões e opiniões da sociedade, comunidade ou bairro (tradições, costumes)

794. As tradições e os costumes são as que eu tenho, pelo menos em minha casa celebram a novena. A sociedade são todas as pessoas de Quevedo. Os adultos, penso que são maiores de coração. Ou seja, pessoas boas e más. Penso que as religiões são as pessoas que se aproximam a Deus, rezam, cantam, louvam a Deus. (15 a 16 anos, Quevedo, Equador)

795. Que se faça uma campanha para os adultos para que se conscientizem sobre os direitos das crianças. (13 a 14 anos, Medellín, Colômbia)

796. Aqui no exército é triste, a única coisa que ensinam é a matar pessoas. (jovem, Colômbia)

797. Minha comunidade é tranqüila, mas algumas vezes temos problemas, mas não são tão prejudiciais para minha comunidade. Sei conviver com eles. (Jorjana, jovem, Venezuela)

798. Precisamos ser mais ouvidos em casa, na escola e até aqui no centro social. Os educadores aqui poderiam ser alunos por um dia para compreender as pessoas. (Alexsandro, 17 anos, Paraná, Brasil)

799. Penso que mudar os papeis de educadores e alunos seria muito bom. Acho que isso pode fazer parte do processo de cidadania. (Juliana Gomes Guerra, 15 anos, Paraná, Brasil)

800. Um mundo sem dinheiro, para que não existam diferenças, guerras ou brigas. (6 a 8 anos, Chile)

801. Como gostaria que fosse a nossa sociedade? Tivesse menos brigas, menos violência. Se todo o mundo tentar, poderemos mudar, ter uma segunda oportunidade. Está melhorando cada vez mais, mas ainda tem muito que melhorar. As pessoas têm que ajudar a si mesmas. (jovem, 16 anos, Rio Grande do Sul, Brasil)

802. Somos um país bloqueado, não existe liberdade de expressão, tem muita fofoca, não tem centros de recreação, a União de Jovens Comunistas não faz nada, a Federação de Estudantes de Ensino Médio também não. (16 a 19 anos, Cuba, América Central)

803. O país tem sofrido injustiças, está em crise e muito mal. (adolescente, América Central)

804. Não há segurança, há muita violência. tem muita discriminação com algumas pessoas, é violenta e perigosa. Estamos numa sociedade muito louca. É um lixo, as pessoas são más com algumas outras pessoas. Devemos ser mais amigáveis. Mal porque os Estudantes de Ensino Médio estão sendo assassinados. A sociedade na qual vivemos é de muita corrupção e maldade. Há gangues e é um lixo. (Comentário de um educador sobre a fala de um adolescente, América Central)

805. Sobre a situação em Quebec, o que há são pessoas que tem muito dinheiro e pessoas que não tem quase nada. Isso é discriminação. Eu acho que todo mundo teria que ter o mesmo. Assim, ninguém presumiria que tem tal ou qual coisa e outras não. (jovem de Nível Primaria, Quebec, Canadá)

806. Eu acho que deveria voltar às trocas. Antes era melhor. Assim tudo mundo faria intercâmbios. (jovem de Nível Primaria, Quebec, Canadá)

807. Os pobres têm mais probabilidades de morrer ou de ter acidentes, ou viver na rua. (jovem de Nível Primaria, Quebec, Canadá)

808. Há muitas pessoas boas, quando tenho precisado elas tem ajudado a mim e à minha família, compartilhamos, nos divertimos. Outros estão mal porque roubam e fazem coisas más. Não me dou conta de mais coisas porque nem vejo as noticias. Não dão boas noticias e me sinto triste pelos que morrem e suas famílias choram muito, mesmo que eles sejam assassinos são seres humanos. (menina, Cidade Juárez, México)

809. Não gosto da política, são corruptos. (adolescente, Cidade Juárez, México)

810. Já dependemos muito do que nos oferece o neoliberalismo e o que quero é que os jovens não tenham que fazer isso, que os jovens vão recuperando do que nossos avós viveram. (22 anos, Chiapas, México)

811. Necessitamos um presidente que nos ajude na comunidade, que nos entenda e que nos escute. (17 anos, Veracruz, México)

O que penso, minhas sugestões e opiniões da igreja

812. É tediosa e não me divirto. (13 a 14 anos, Medellín, Colômbia)

813. A religião é o melhor caminho para conversar com Deus e ajudar ao seu próximo. (Thales, 13 anos, São Luís/MA, Brasil)

814. A religião é uma forma de saber, de crer, de sentir uma esperança ainda que todo pareça perdido, de sentir uma salvação, ainda depois da morte. Também é uma forma de conduzir as pessoas para fazer o bem. (Maria Clara, 14 anos, Belém/PA, Brasil)

815. Á igreja deveria estar presente na sociedade, fortemente em atividades sociais de apoio. (16 a 17 anos, Chile)

816. Que seja aberta a qualquer tipo de pessoa que professe qualquer religião, que seja compreensiva e solidária. (16 a 17 anos, Chile)

817. Que seja um guia e não atue reprimindo. (16 a 17 anos, Chile)

818. Que nos deixem ser, mesmo que sejamos loucos. (16 a 19 anos, Cuba, América Central)

819. Alguns formam parte de uma religião por interesse: amigos, dinheiro, ajudas. (jovem, América Central)

820. Ajudam aos jovens a viver melhor, a estar em paz e com harmonia interior. (jovem, América Central)

821. São muitas que brigam. Devem se respeitar. Não as conheço todas. (menino, América Central)

822. Pertenço à religião católica não só porque meus pais me falaram, senão porque em realidade acredito e gosto. (15 anos, Toluca, México)

823. Que respeitem as ideias e gostos dos outros. Se somos feitos por Deus, por que temos que mudar? (18 anos, Guerrero, México)

824. Que os religiosos ou católicos sejam coerentes com a religião que dizem seguir, senão que não digam que são de uma religião. (18 anos, Guanajuato, México)

825. Não importa que não acreditem em Deus, na Virgem, que seja judeu, o que importa é que vamos seguir sendo filhos de Deus. (menina, Cidade Juárez, México)

826. A fé é um sentimento interior que dá sentido à existência humana. Sem ela, o homem sente um vazio interior. (Rubens, 15 anos, Belém/PA, Brasil)

827. Tenho participado há anos como missionária nas férias do Colégio, nas comunidades Guarani. Tenho me sentido útil, as pessoas nos tratam com muito carinho, as crianças nos abraçam e alguns choram quando termina a missão. Acredito que minha vida tem sentido quando ajudo os meus irmãos do campo, de maneira especial quando brinco e ensino aos meninos e meninas das comunidades. Eles são o que de melhor tenho vivido. Obrigada pelas suas vidas e por nos receber em suas casas. No próximo ano voltarei. (Silvia, 17 anos, Bolívia)

828. Sem a fé o ser humano não se encontra e não se conhece na sua totalidade. (Silvio, 16 anos, Rio de Janeiro/RJ)

Sobre os direitos das crianças e dos jovens

Os direitos que conheço

829. Porque todos devemos ter direito a uma boa qualidade de vida. (16 a 17 anos, Chile)

830. Temos direito a comer e na escola nos dão comida e às vezes na minha casa só tem arroz. (5 a 6 anos, Medellín, Colômbia)

831. Eu tenho direito a um nome, certo, professor? Eu não estou registrado. (5 a 6 anos, Medellín, Colômbia)

832. Pois tenho ouvido uns… direito a estudar, direito à vida, direito ao amor… Mas nas notícias que tenho visto, matam as crianças, roubam as crianças, violam as crianças. (Sebastián, 9 anos, Bogotá, Colômbia)

833. Direito a ter um teto, uma casa, ter uma educação, uma escola, e que mais… porque há mais crianças por aí na rua mal cuidadas e que conhecem muitos truques… (David Felipe, 11 anos, Bogotá, Colômbia)

834. Independentemente da sua cor e raça as pessoas têm o mesmo direito que as outras. Muitas vezes os seres humanos pensam que os negros nasceram para serem escravos. Por exemplo, se um negro vai procurar um emprego ele pode ser rejeitado pela cor e raça. (Lillian, 14 anos, Jéssica, 14 anos, Pamela, 12 anos, Paraná, Brasil)

835. Todos os meninos e as meninas necessitam brincar, mas nem todos brincam. Os que não obedecem não podem brincar. Como é que as crianças podem brincar se os adultos "chatos" não deixam? (Luís, 9 anos, Recife/PE, Brasil)

836. Que cumpram as leis de trânsito. (16 a 17 anos, Chile)

837. Às vezes, minha mãe não tem dinheiro para comprar os remédios, assim tem que ficar com a dor (6 a 9 anos, Chile)

838. Nossos pais e avôs não nos deixam ir à praia, a festas, porque dizem que somos crianças. Há briga entre eles para nos dar permissão. O pai diz que vê com a sua mãe, a mãe diz vê com seu pai ou com a sua avó. (menino, 11 a 13 anos, Cuba, América Central)

839. É um luxo poder estudar, a maior parte dos jovens não seguem seus estudos pela situação econômica. (jovem, América Central)

840. O direito a ser amado. (13 a 16 anos, Quebec, Canadá)

841. Direito a dirigir a partir de 16 anos. (13 a 16 anos, Quebec, Canadá)

842. Direito à segurança: à escola, à casa, contra a violência, as armas de fogo… Todas as formas de violência física contra as crianças; contra as substâncias ilegais, contra o álcool. (13 a 16, Quebec, Canadá)

843. Dos direitos humanos só conheço a liberdade e a justiça. (menina, Cidade Juárez, México)

844. Temos direito a ser felizes e ser bem atendidos. Direito a que as enfermeiras nos tratem bem. E as jovens, que os seus pais não abusem delas." (jovem, Rosário, Argentina)

Os direitos que são respeitados

845. Meus direitos são respeitados porque me querem como sou e respeitam minhas decisões. (12 a 14 anos, Equador)

846. A liberdade que eu tenho, isso é meu direito, e por isso meus direitos são respeitados. (12 a 14 anos, Equador)

847. Na minha experiência os direitos dos jovens estão sendo respeitados na escola e em casa. Claro que sabemos que tem momentos que os direitos passam despercebidos ou totalmente ignorados pela sociedade quando os assuntos são políticos, religiosos, etc., estão envolvidos. Por isso, muitas vezes, nós, os jovens, nos sentimos excluídos das grandes decisões. (Giuliana, 14 anos, Santa Catarina, Brasil)

848. Todos os meninos e meninas têm direito de ser, de crescer e viver em liberdade. (Diego, 9 anos, São Luís/MA, Brasil)

849. Sair e compartilhar com a família. (6 a 9 anos, Chile)

850. Passar tempo com os pais. (6 a 9 anos, Chile)

851. Um abraço de nossos pais. (6 a 9 anos, Chile)

852. A educação gratuita. O sentimento de segurança, por exemplo, se teus pais morrem, ter alguém que cuide de ti. Se você é maltratado, a DPJ (Departamento de Proteção da Juventude) intervém… e isso não está nada mal. (16 anos, Quebec, Canadá).

853. As armas de fogo… há um controle nesse nível. (jovem de 13 a 16 anos, Quebec, Canadá)

854. A DPJ pode intervir se uma criança está em perigo. (jovem de 13 a 16 anos, Quebec, Canadá)

855. A comer, a brincar e poder ir à escola. (8 anos, Querétaro, México)

856. Direito a uma nacionalidade e um nome. (10 anos, DF, México)

857. A ter uma educação, todos têm esse livre direito. (16 anos, Oaxaca, México)

858. Sim. Se respeitam algumas vezes, porque nos deixam expressar nossas ideias. (menina, Cidade Juárez, México)

Os direitos que são violados

859. O direito à vida, quando se realiza um assassinato e quando se realizam abortos por aquelas mulheres insensatas, que acreditam que têm direito de decidir por outro ser. (Silvia, 16 anos, Bolívia)

860. As crianças pensam que a justiça não se cumpre e, portanto, não existe segurança cidadã. (10 a 13 anos, Chile)

861. Direito à alimentação, mas não é cumprido porque tenho alguns companheiros que estão magrinhos. (José Alberto, 14 anos, Bogotá, Colômbia)

862. Pela televisão apareceu que em Bogotá que uma senhora foi ao supermercado e roubaram o seu filho. Ela estava comprando e deixou o seu filho, um pouquinho, com outro menino e a mãe. A senhora o pegou e o levou. A polícia o encontrou e levaram a senhora para a cadeia. (Diego Andrés, 11 anos, Bogotá, Colômbia)

863. Nosso direito que está sendo violado é o de não ter atenção nas nossas necessidades básicas, como educação, saúde e lazer. Os violadores são os políticos que não têm compromisso com a sociedade. (Emanuelson, 17 anos, São Luís/MA, Brasil)

864. O direito à educação, quando muitos pais decidem enviar as suas crianças para pedir esmolas ou trabalhar, em vez de enviar a uma escola onde possam se formar como pessoas de bem. (Paola, 16 anos, Bolívia)

865. Eu conheço muitas crianças que não têm brinquedos, não vão à escola e não gostam de estudar… vivem na rua… os adultos não fazem nada… nós, crianças, somos pequenas e não podemos fazer nada. (Vítor, 8 anos, Recife/PE, Brasil)

866. Sinto meus direitos violados quando me lembro do meu pai. (Tiago, 9 anos, Vila Velha/ES, Brasil)

867. Sinto que socialmente não tenho os mesmos direitos que algumas pessoas têm. Boas condições de moradia, por exemplo. (Jenifer, 13 anos, Ceilândia/DF, Brasil)

868. Nenhum direito é respeitado, todos têm algum tipo de restrição. (17 anos, Porto Rico, América Central)

869. Vida, religião e liberdade jurídica. (17 anos, Porto Rico, América Central)

870. Nem sempre se cumpre o direito à não violência para com as crianças, são violadas continuamente. (10 a 13 anos, Chile).

871. As crianças pensam que o direito à vida sempre se cumpre. (10 a 13 anos, Chile)

872. A liberdade de expressão, o direito à saúde, a uma boa atenção por parte dos médicos. Não há médicos, estão para a Venezuela. Pensam que a juventude está perdida. Porque usamos tatuagem nos dizem que somos travestis ou transexuais. Que não vejam tanto a aparência, que levem em consideração os nossos sentimentos. Porque usamos brincos dizem que somos gays. (16 a 19 anos, Cuba, América Central)

873. A liberdade. Não podemos sair porque há muita delinquência, por isso sempre temos que estar acompanhados de um adulto. (comentário de um educador sobre a fala de um jovem, América Central)

874. Percebe-se que as mulheres não são respeitadas nem em casa, nem na rua. (comentário de um educador sobre a fala de um jovem, Argentina)

875. Felizmente na escola recebe as adolescentes grávidas. São muitas e não podem participar de tudo. Deveria fazer coisas que elas possam participar. (jovem da Argentina)

876. Liberdade de expressão. Não se leva muito em conta as opiniões do povo. (15 anos, Toluca, México)

877. Não ser respeitados. (10 anos, DF, México)

878. Ocasionalmente nos sentimos em desigualdade com os outros, seja pela classe social, inteligência, convivência ou popularidade. (16 anos, Oaxaca, México)

879. Saúde, alimentação, moradia, educação. (11 anos, DF, México)

880. Tem uns direitos que não são respeitados. Os adultos matam seus filhos, pessoas que roubam, os abandonam, lhes tiram o direito de ter uma família, e o motivo talvez seja porque não lhes podem dar de comer. Na escola nos tiram o direito de brincar quando uma criança faz algo errado ou não faz sua tarefa. Também lhes tiram o direito de se expressar porque conversam muito na sala e têm que dizer que se calem, mas eles primeiro violam suas obrigações. (menina, Cidade Juárez, México)

Quem não respeita os direitos? Por quê?

881. Os direitos não são cumpridos sempre e isso não está bem e os violadores não têm compromisso com os mais pobres. (Harilson, 14 anos, São Luís/MA, Brasil)

882. Os estupradores são os que têm poder, os políticos não têm compromisso com a sociedade. (Bruna, 14 anos, São Luís/MA, Brasil)

883. Os jovens. Meus pais. Igreja e a sociedade. A maioria das pessoas. As autoridades. Os maestros e o governo. (17 anos, Porto Rico, América Central)

884. Os adultos e pessoas que não têm valores morais. (menino, América Central)

885. Muitos adultos se aproveitam dos meninos já que os usam em atos de violência. (menino, América Central)

886. As pessoas corruptas, governo, a polícia e os pais que abandonam aos seus filhos. (comentário de um educador sobre a fala de jovens da América Central)

887. Frequentemente, na deserção escolar, não há o cuidado dos pais que deviam ter. Daí que frequentemente o jovem não é obrigado a ir à escola. Para ele isso não serve para nada. O não aprendido verdadeiramente é que isso pode servir-lhe mais tarde. Não há tido bons modelos. Quanto à seguridade, eu penso que tem uma falta de atenção, de supervisão. (16 anos, Quebec, Canadá)

888. Às vezes, são os que são próximos, todos aqueles que se sentem inferiores, aqueles que querem o poder, alguém que denigra para se sentir mais forte. (jovem de 13 a 16 anos, Quebec, Canadá)

889. Os meninos maiores e os adultos, porque se aproveitam dos menores. (8 anos, Querétaro, México)

Responsabilidades que as crianças e os jovens têm

890. Você tem que ir à escola pelo menos até os 16 anos, para ter um certo nível escolar, então melhorar a sociedade… respeitar o meio ambiente, não gerar vandalismo e tudo isso. Também respeitar o outro. (16 anos, Quebec, Canadá)

891. Fazer suas tarefas, ajudar em casa, ir bem na escola. Quando eu faço qualquer coisa, o faço 100%. Ajudar aos outros. (jovem de 13 a 16 anos, Quebec, Canadá)

892. Respeitar as regras. (jovem de Primaria, Quebec, Canadá)

893. Todos devemos cumprir as obrigações para podermos crescer. Temos que ser responsáveis se queremos ter êxito e ir à escola para valorizar mais a vida. Cuidar do meio ambiente e dos recursos naturais. (10 anos, Querétaro, México)

O que penso dos direitos

894. Tem que respeitar os outros meninos que são portadores de deficiências. (6 a 9 anos, Chile)

895. Os meninos pensam que a sociedade não dá espaço aos portadores de deficiências para obter oportunidades de trabalho. (10 a 13 anos, Chile)

896. Muitas crianças não estudam, são obrigadas a trabalhar e alguns sofrem abusos. (comentário de um educador sobre as falas de jovens de América Central)

897. Para mim todos os jovens deviam ter direito a ter uma juventude "normal". Ter pais que lhes ponham atenção, que os protejam. Os meninos deveriam ter direito a se divertir e um dia fazer o que eles querem. Isso é o que eu faria pelo menos pelos jovens. (16 anos, Quebec, Canadá)

898. Deveria ampliar o limite de idade para deixar de estudar até os 18 anos. A essa idade a gente é mais maduro, estamos mais na idade de decidir o que se quer fazer. (Jovem de 13 a 16 anos, Quebec, Canadá)

899. Para a obtenção da permissão para dirigir aos 16 anos: os jovens não têm consciência de que a velocidade mata. (jovem de 13 a 16 anos, Quebec, Canadá)

900. Que se respeite a floresta, que não se roube a água, que tenhamos nossas terras, que tenham trabalhos e comida, que valorizem nossos artesanatos, que paguem o que custa e não os troquem por roupa. (meninos, meninas e jovens da etnia wichi da missão nova pompeya-chaco-maristas, Argentina)

901. É preciso que todos mudem e olhem para as crianças e jovens como sujeitos de direitos. (comentário de um educador sobre a fala de jovens da Argentina)

902. É preciso uma construção que supere os simples diagnósticos, protestos e políticas de contingência não só do estado senão institucionais, nossas. (comentário de um educador sobre as falas de jovens da Argentina)

903. Alguns dizem que o dinheiro os faria felizes, que têm que ter direito a ter dinheiro, é que são tantas as necessidades que passam e que não pode ter o que precisam. (jovens de Argentina)

904. Os direitos são úteis para manter a ordem e a vida digna na sociedade. Sem esses direitos será um problema e a gente sofre porque não tem uma vida digna. Mas se espera que sejam cumpridas, e que algumas leis existem somente na teoria. (alunos do 7º e 8º ano do Ensino Fundamental, Rio Grande do Sul, Brasil)

Mensagem sobre direitos

905. Que não abandonem o colégio e que façam o possível para seguir adiante. (Erika, 11 anos, Bogotá, Colômbia)

906. A mensagem que quero deixar sobre os direitos é que os adultos tenham mais respeito pelas crianças e jovens, oferecendo-lhes amor e atenção. Que os direitos sejam cumpridos com muito respeito. (adolescente, 12 anos, Rio Grande do Sul, Brasil)

907. Que estudem, que sejam felizes e tenham seus direitos. (Karen Magali, 7 anos, Bogotá, Colômbia)

908. Pois que sigam em frente com o que fazem e se são designer ou jogadores de futebol, ou seja lá o que fazem, que sigam adiante e que cheguem à carreira que desejam. (Carlos Alberto, 13 anos, Bogotá, Colômbia)

909. Que os adultos não se prevaleçam por serem maiores e as crianças frágeis por não saberem se defender e assim acabam maltratando os filhos. Basta de violência! (adolescente, 12 anos, Rio Grande do Sul, Brasil)

910. O governo deve ajudar para que todos tenham os mesmos direitos. (Aline, 12 anos, Recife/PE, Brasil)

911. Devemos denunciar o trabalho infantil e a má educação que recebemos na escola. (Caroline, 11 anos, São Luís/MA, Brasil)

912. O processo de cidadania é muito maior do que eu imaginava. Envolve a escola, a participação, direitos e deveres também. A cidadania pode ser definida de várias formas, principalmente quando se luta por seus direitos. Acho que atuar da forma correta, preservar o patrimônio público e ajudar quem precisa é uma forma de exercer a cidadania. (Alexsandro, 17 anos, Paraná, Brasil)

913. Nós, adolescentes, aprendemos que unidos podemos lutar pelos nossos direitos com dignidade. Tenho a certeza de que se o mundo nos desse uma chance para mostrar do que somos capazes o mundo se surpreenderia. (Edineia, 15 anos, Paraná, Brasil)

914. Que nos levem em consideração, já que é pouco motivador sentir que agente está sobrando e não somos importantes para ninguém. (10 a 13 anos, Chile)

915. Ninguém tem direito a nos maltratar, se vão nos ensinar algo, é com palavras, e não nos batendo. (6 a 9 anos, Chile)

916. Eu gostaria que todo o mundo pudesse viver feliz, com direito a tudo para ter uma vida boa. (adolescente, 15 anos, Brasil)

917. Que não vejam só os nossos defeitos. (menino da Venezuela)

918. Sobre os direitos que são violados constantemente no nosso país, é importante uma lei mais rígida para castigar aos estupradores, principalmente quando envolvem meninos, meninas e adolescentes (Tarcila, 15 anos, São Luís/MA, Brasil)

919. Que não nos envolvam nos problemas dos adultos. (6 a 9 anos, Chile)

920. Menos deserção escolar e mais ajuda, mais professores formados e orçamento. (jovem de 13 a 16 anos, Quebec, Canadá)

921. Nos mantermos unidos, em comunidade, viver o amor. (19 anos, Chiapas, México)

922. Cuidar do ambiente, da natureza que nos rodeia, das florestas. Que cuidem da água e dos animais. Que não contaminem as águas. (12 anos, Chiapas, México)

Chamadas a partir das vozes escutadas

"(...) queremos enfatizar de maneira particular o direito à educação: uma educação evangelizadora, uma educação comprometida com a solidariedade e a transformação social, atenta às culturas e ao respeito ao meio ambiente, e uma educação sem discriminação que cria espaços para aqueles que dela carecem."

21º Capítulo Geral, Roma, setembro/outubro, 2009.

923. Um olhar cuidadoso e sensível sobre as observações que chegaram de diversos países, das treze Unidades Administrativas Maristas sobre os processos de escuta a crianças e jovens do continente americano faz ressoar em nossos corações sentimentos diversos: indignação e esperança, tristeza e alegria, a urgência de denunciar as injustiças e ao mesmo tempo anunciar novas possibilidades e horizontes para a presença marista nas Américas. Seus testemunhos nos desafiam a avançar, mais decididamente, com uma visão realista e atitude profética na defesa, promoção e garantia dos seus direitos.

924. Ter bons governantes, ter um ambiente limpo. Que possam ter em conta os direitos da criança e que se lhes dê importância. Que a sociedade mantenha um ambiente de respeito e tolerância para com os outros, sejam crianças ou adultos, sem problemas de delinquência ou de drogas. (menino, Chile)

925. Esta pequena parcela da população infantojuvenil que foi escutada em diferentes contextos e ambientes diversos de nossas Américas ainda tão desprovidas de direitos em muitos setores reforçou a nossa convicção de que as crianças e os jovens que foram ouvidos têm opiniões assertivas sobre as situações nas quais eles se inserem.

926. Eles querem contar como vivem, o que precisam para si mesmos, para as suas famílias e a sua comunidade, o que pensam sobre a escola, a sociedade, os adultos, a família, os lugares para lazer, a cultura, as tradições, os costumes e a religião.

927. Reivindicam seus direitos e denunciam com coragem e determinação as situações de violação às quais estão expostos e chegam, em muitos casos, a indicar os seus violadores. Apresentam sugestões e apontam soluções para a mudança de situações e contextos que os oprimem e incomodam.

928. Independentemente da sua raça, sua religião, suas crenças, sua orientação, você não é diferente. Então por que te tratam de modo diferente dos outros? (16 anos, Quebec, Canadá)

929. A escuta das vozes das crianças e jovens revelou sonhos pessoais como cursar a universidade, conseguir um trabalho, comprar uma casa, viajar. Eles mostram a preocupação pelo próximo, o sonho pela conquista da paz mundial, a necessidade urgente de segurança pública, a denúncia de preconceitos e de exclusão vividos diariamente. Estão inquietos com a degradação do meio ambiente, pela falta de espaços de lazer, pela precariedade dos serviços a que têm direito. Reivindicam melhores escolas, com professores que os respeitem, boas aulas, mais e melhores oportunidades para aprender.

930. Algumas questões são apresentadas com mais ênfase nas comunidades periféricas, rurais, indígenas ou em situação de difícil acesso, como a necessidade de segurança pública, de paz, liberdade, terra, educação e cultura. Existe uma forte preocupação com os problemas coletivos como a degradação do meio ambiente, a intolerância, o envolvimento com o narcotráfico e os conflitos armados.

931. Existe um clamor pela paz em diversas manifestações como a dança, as artes visuais e a poesia nos testemunhos das crianças e jovens dos diferentes países e contextos multiculturais.

932. Além disso, torna-se evidente que muitos deles estão imersos em culturas machistas, nas quais ressalta-se a preocupação sobre a violação dos direitos das mulheres e de desigualdade entre homens e mulheres.

933. As infâncias e a juventudes das Américas clamam por espaços de participação e o direito de *dizer sua palavra*. A elas é negada a oportunidade de participação efetiva nas decisões diretamente ligadas às suas vidas.

934. Em alguns testemunhos evidencia-se que vivem em sociedades nas quais prevalece a impossibilidade do diálogo com seus familiares e os adultos de forma geral, com os quais eles têm contato em outros espaços sociais, como nas escolas, na Igreja e em outros lugares no bairro em que vivem.

935. A atuação de professores e educadores autoritários se vê em muitos testemunhos de forma contundente. Esse tipo de cenário revela uma condição de subalternidade da infância e da juventude que mata na sua raiz a promessa de crescimento na dimensão da autonomia que todo ser humano traz dentro de si na perspectiva do desenvolvimento do seu pleno potencial.

936. A relação das crianças e jovens com a escola é diversa. Alguns deles têm a escola e os professores na mais alta conta. Consideram a educação como um meio para melhorar as suas condições de vida e a de seus familiares. Outros revelam que a escola não cumpre a sua função de educar os estudantes para mudar a sociedade.

937. Quando falam da igreja e da fé, crianças e jovens expressam visões plurais. Quase todos consideram a fé como uma parte importante da pessoa, da vida e da família, porém desejam mudanças na linguagem, práticas e visões da igreja.

938. Tenho direito a estudar, direito de opinar e ser ouvida, direito a viver, direito a desenvolver-me no seio de uma família, direito a um nível de vida adequado, direito a serviço de saúde, direito a praticar esportes e a descansar. (Mariargy, jovem da Venezuela)

939. Finalmente, queremos afirmar que as vozes das crianças e jovens escutadas pelos caminhos das Américas fazem arder em nossos corações o fogo da missão que nos foi confiada junto a eles. Os ecos do processo desencadeado nos desafiam a aprender mais com sua visão de mundo, a refletir a partir de seus anúncios e clamores, a criar com eles novas e melhores oportunidades de participação e crescimento e a celebrar o caminho percorrido lado a lado com eles.

940. *Mundo, me aguarde!* (Antonio, 12 anos, Belém/PA, Brasil)

5. Princípios Orientadores

Sumário Capítulo 5

As fontes dos princípios orientadores	188
Em direção a uma Nova Terra!	189
Com os Montagne de hoje	189
Com os povos das Américas	190
Promovemos "a Vida em Abundância"	191
Com Maria, cantamos o Magnificat	191
Nas redes de Solidariedade	192
Somos Champagnat nas Américas	192
Horizontes de ação para a Solidariedade Marista nas Américas	193
Protagonismo de crianças e jovens	193
Articulação com outros atores, organismos e redes	194
Estrutura e dinâmica das Províncias e Distritos	194
Colaboração interprovincial e internacional	195
Nosso Coração Solidário a Caminho	196
Os princípios que assumimos viver	197

5. CAPÍTULO PRINCÍPIOS ORIENTADORES

As fontes dos princípios orientadores

941. A leitura e a análise da realidade dos países das Américas revelam-nos o agravamento da desigualdade social e a permanente concentração da riqueza, mas também reforçam a nossa convicção de que, hoje mais que nunca, se torna urgente alimentar as nossas esperanças, cultivar as nossas utopias e gerar respostas inovadoras e eficazes.

942. Nesses cenários, reconhecemos luzes que nos animam a caminhar em solidariedade com as Américas: a procura da revalorização da diversidade étnico-cultural do continente, a defesa dos direitos, a ação da Igreja e a presença marista em novos lugares, o protagonismo da vida laical, as redes de solidariedade que procuram garantir a vida, os sonhos e o protagonismo das crianças e jovens.

943. Temos escutado as vozes das crianças e jovens. Elas nos revelam como esses cenários afetam as suas vidas, os seus sonhos, esperanças e projetos de vida, e manifestam os seus medos denunciando as violações de seus direitos. Essas mesmas vozes mostram-nos o rumo e os desafios para a solidariedade marista nas Américas.

944. Assim, o nosso compromisso solidário fundamenta-se na Boa-Nova de Jesus Cristo. A Doutrina Social da Igreja, os documentos internacionais e institucionais maristas acerca dos direitos, iluminam hoje a opção marista e impulsionam a nossa presença junto aos pobres e nas regiões de fronteira onde a vida está ameaçada na sua própria concepção.

945. À luz do que foi dito anteriormente, nós, Maristas de Champagnat, sentimo-nos chamados por Deus a sair depressa com Maria do Magnificat para a Nova Terra dos Montagnes de hoje e, com os povos das Américas, promover a vida em abundância.

946. Essa urgência exige-nos abertura e conversão do coração, uma atitude de discernimento, a decisão clara de escutar o chamamento que Deus nos faz hoje e a disposição a trabalhar em redes de cooperação.

947. Com base no chamado anterior, apresentamos os princípios orientadores que fundamentam a presença, as opções e os itinerários de solidariedade marista nas Américas.

Com os povos da América

Com Maria, cantamos o Magnificat

Rumo a uma nova terra

EVANGELIZAÇÃO DE CRIANÇAS E DEFESA DOS SEUS DIREITOS

Somos Champagnat nas Américas

Nas redes de solidariedade

Com os Montagnes de hoje

Promovemos a vida em abundância

Em direção a uma Nova Terra!

Princípios que remetem para a construção de itinerários inovadores de solidariedade, de novas utopias e de presença em novos espaços

948. Promovemos a abertura e a atenção a novas formas de solidariedade onde o Espírito nos chama a dar respostas que sejam a encarnação do Evangelho a partir do carisma marista.

949. Favorecemos o diálogo com novas práticas e outras formas de conhecimento, expressões culturais, abordagens teóricas, que nos levem a incorporar criticamente tudo aquilo que pode enriquecer o desenvolvimento dos nossos itinerários solidários.

950. Animamos e impulsionamos maior participação em experiências significativas de solidariedade, individuais e comunitárias, que contribuam para a superação da pobreza e da desigualdade, para a defesa e promoção dos direitos de crianças e jovens.

951. Comprometemo-nos na implantação de novas presenças proféticas maristas junto aos pobres das Américas, denunciando com coragem e audácia as injustiças e as violências contra crianças e jovens, enfatizando o anúncio da paz como expressão da justiça social.

Com os Montagnes de hoje

Princípios que remetem à concepção de crianças e jovens como sujeitos de direito, à escuta das suas vozes e ao compromisso com os que estão em situação de vulnerabilidade pessoal e social

952. Acreditamos na riqueza dos aportes das crianças e dos jovens, fruto da sua legítima percepção dos contextos em que vivem, para a formulação de nossas propostas educativas, sociais e pastorais.

953. Comprometemo-nos com as crianças e com os jovens na superação das situações de vulnerabilidade pessoal e social que afetam a sua dignidade e limitam o seu desenvolvimento integral.

954. Reconhecemos o direito das crianças e dos jovens a trabalhar no fortalecimento da sua autoestima e vínculos, para construir os seus projetos de vida que lhes permitam crescer pessoal e comunitariamente e contribuir para a transformação das suas realidades locais.

955. Acreditamos na capacidade e potencialidade dos sujeitos, reconhecendo que as crianças e os jovens não são apenas destinatários da nossa ação solidária, mas também participantes ativos na definição de iniciativas, metodologias e itinerários que promovam o exercício de seus direitos.

Com os povos das Américas

Princípios que reconhecem como riqueza a diversidade cultural, a pluralidade de contextos nas Américas e como desafio a superação das desigualdades sociais e a erradicação da pobreza

956. Reconhecemos a multiculturalidade do continente e valorizamos as diferentes identidades individuais e coletivas dos povos americanos.

957. Comprometemo-nos a colaborar na superação das desigualdades sociais que ameaçam a dignidade e a vida de crianças e jovens.

958. Afirmamos a importância em compreender a infância e a juventude e dialogar com a contemporaneidade das suas culturas.

959. Renovamos o nosso compromisso na luta dos povos indígenas, afrodescendentes e grupos sociais excluídos.

960. Reafirmamos o valor da singularidade dos itinerários de solidariedade marista com os povos das Américas e impulsionamos diversas formas de assumir a missão com os pobres.

Promovemos “a Vida em abundância” (Jo 10, 10)

Princípios relativos à centralidade de Jesus na missão; à solidariedade como valor e compromisso evangélicos, à defesa da vida em todas as suas formas

961. Apaixona-nos a pessoa de Jesus. Acreditamos, como discípulos, que o nosso compromisso solidário se deve fundamentar numa profunda experiência espiritual que se traduza numa procura incansável de condições de vida digna para as crianças e para os jovens nas Américas.

962. Estamos convencidos de que essas condições de vida em abundância são o horizonte que impulsiona o nosso caminhar marista, o que supõe trabalhar pela dignidade da pessoa, pela igualdade de oportunidades, pela justiça nas relações, pela felicidade de todos.

963. Sentimo-nos impulsionados a agir com urgência para defender a vida em todas as suas formas, denunciando as estruturas sociais, econômicas, religiosas e políticas que a ameaçam.

964. Comprometemo-nos na busca de estilos novos e criativos de educar, evangelizar, defender os direitos das crianças e jovens pobres, mostrando-nos solidários com eles (XXI Capítulo Geral).

Com Maria, cantamos o Magnificat

Princípios que põem em relevo a dimensão profética e mariana da solidariedade

965. Como Maria da Anunciação, escutamos a Palavra de Deus e estamos disponíveis para cumprir a sua vontade proclamando a justiça do Reino (Lc. 1, 26-38).

966. Como Maria da Visitação, saímos depressa ao serviço dos pequenos e necessitados (Lc 1, 39-45).

967. Como Maria do Magnificat acreditamos no Deus da Vida, na sua misericórdia e ação libertadora, e reconhecemos como sinal de profetismo (Lc 1,46-55) a missão com os empobrecidos.

968. Como Maria em Caná, somos discípulos atentos às necessidades das pessoas e disponíveis a ajudá-las quando assim o requeiram (Jo 2,1-12).

969. Como Maria no Cenáculo, reafirmamos a dimensão profética do nosso Carisma e a sua participação na missão da Igreja (Act 1, 12-14).

970. Procuramos ser o rosto de Maria através de uma presença simples e solidária.

Nas redes da solidariedade

Princípios que remetem para a atuação em rede e a incidência em políticas públicas para a promoção e a defesa dos direitos das crianças e jovens

971. Reafirmamos a importância da cooperação entre Unidades Administrativas e entre os países das Américas, para melhorar a atenção para com as crianças e jovens e ainda a promoção e defesa de seus direitos.

972. Comprometemo-nos a fortalecer a colaboração recíproca entre os organismos sociais das Unidades Administrativas e a Fundação Marista para a Solidariedade Internacional (FMSI).

973. Garantimos a participação marista em redes da Igreja, da sociedade civil, em espaços de mobilização social e de proposta de políticas públicas centradas na Doutrina da Proteção Integral. Propõe-se para o glossário a expressão "Doutrina da Proteção Integral".

974. Promovemos a nossa articulação com outros organismos sociais para a defesa e promoção dos direitos humanos nas Américas.

975. Afirmamos a importância da presença e participação das crianças e jovens nas redes de infância e de juventude.

Somos Champagnat nas Américas

Princípios que remetem para um estilo de solidariedade fiel ao sonho de São Marcelino

976. Como Champagnat, damos prioridade às necessidades e urgências das crianças e jovens pobres no momento de determinar as nossas opções institucionais e nossas presenças.

977. Promovemos a participação e o diálogo permanente entre os diferentes atores do processo socioeducativo para atender às necessidades das crianças e jovens pobres e desenvolver metodologias adequadas.

978. Renovamos a opção de que o Projeto de Educação Marista em cada Unidade Administrativa assuma o tema da solidariedade, a partir do conhecimento posto a serviço da vida e da justiça social.

979. Reafirmamos que a educação integral e de qualidade é um direito que sustenta e possibilita outros direitos humanos.

980. Procuramos harmonizar coerentemente a vivência do ideário marista e a gestão administrativa das UA com os diferentes marcos legais, a fim de favorecer o nosso compromisso solidário.

Horizontes de ação para a solidariedade marista na Américas

981. As pessoas de Jesus, Maria e Champagnat são as nossas referências de solidariedade e serviço em favor da dignidade humana. Assim, os princípios metodológicos revelam o nosso estilo marista e caracterizam a nossa forma de atuar em prol da garantia e defesa dos direitos humanos, especialmente das crianças e jovens. Em vista disso, apontamos horizontes de futuro que integram sensibilidade, boa vontade e ações efetivas dirigidas especialmente aos grupos social e historicamente vulneráveis em países e regiões onde nos encontramos.

Protagonismo de crianças e jovens

982. Planificação e implementação de espaços e práticas socioeducativas de caráter colaborativo, que permitam às crianças e aos jovens o desenvolvimento da sua capacidade de leitura, de simbolização e de transformação das suas realidades.

983. Desenvolvimento e/ou ampliação de práticas educativas e vivências que permitam dar vez e voz a crianças e jovens e a ocasião de participar nos processos de forma autônoma e protagonizadora.

984. Desenvolvimento de ações e criação de instâncias que deem efetivamente prioridade à inclusão e à promoção dos mais pobres nas comunidades que atendemos, evitando voltar a excluir os que já tinham sido excluídos.

Articulação com outros atores, organismos e redes

985. Implicação dos grupos familiares, comunidades, escola e estado no acompanhamento e desenvolvimento integral das crianças e jovens.

986. Promoção de uma cultura de solidariedade centrada nos direitos das crianças e dos jovens.

987. Colaboração e convênios com organizações da Igreja, da sociedade civil e do Estado em vista da promoção e defesa dos direitos das crianças e dos jovens assegurando o financiamento das iniciativas, a provisão de recursos e a geração de conhecimentos.

988. Desenvolvimento de conhecimentos e estratégias para exigir do Estado a garantia dos direitos e intervir nos espaços de formulação e monitorização de políticas públicas.

Estrutura e dinâmica das províncias e distritos

989. Estruturação da área de solidariedade das províncias e distritos, assegurando recursos humanos, físicos e financeiros para a promoção e defesa dos direitos das crianças e jovens de acordo com os critérios de Uso Evangélico dos Bens.

990. Garantia da solidariedade como parte fundamental e central da Missão Marista nas nossas províncias e distritos, integrando-as nos processos da gestão administrativa, educativa e pastoral.

991. Existência de equipes qualificadas na área socioeducativa, capazes de desenvolver iniciativas e metodologias que considerem os contextos, os destinatários e as realidades locais, e aproveitem as potencialidades que nos oferecem os meios de comunicação social.

992. Desenvolvimento de processos e projetos de formação dos Irmãos, dos educadores e dos elementos da Direção para a solidariedade, com metodologias participativas e de intervenção que tomem como base a realidade.

993. Promoção do voluntariado na perspectiva da solidariedade marista.

994. Implementação de políticas institucionais dirigidas a quem trabalha na área da solidariedade para garantir o respeito efetivo dos seus direitos e uma boa qualidade de vida.

995. Diálogo e interação entre os colégios, as obras sociais e outros espaços de missão na perspectiva da solidariedade, da aprendizagem colaborativa, da mútua convivência, do fortalecimento da fé e da cidadania ativa em diferentes situações e contextos sociais.

996. Referência explícita, em nossos processos e ações, aos valores do Evangelho, aos princípios da Doutrina Social da Igreja, aos documentos internacionais e maristas.

997. Avaliação permanente da solidariedade e do lugar em que esta se desenvolve, com a finalidade de garantir presença em lugares de extrema vulnerabilidade social.

Colaboração interprovincial e internacional

998. Sistematização e intercâmbio das experiências desenvolvidas nos países, províncias e distritos, favorecendo o diálogo entre culturas e estimulando a construção de trabalhos coletivos na perspectiva da garantia dos direitos humanos.

999. Estabelecimento de acordos de cooperação com organismos nacionais e internacionais – maristas e não maristas – para realizar projetos, captar recursos, e desenvolver iniciativas de promoção e defesa dos direitos (advocacy), resguardando os princípios que fundamentam a solidariedade marista.

1000. Desenvolvimento de estratégias de incidência política a partir da sistematização de processos e práticas socioeducativas inovadores.

1001. Investigação e compreensão dos problemas sociais das Américas e suas dinâmicas atuais para qualificar a intervenção solidária.

1002. Desenvolvimento de tecnologias socioambientais como fundamento de novos modelos de sociedade, economia e trabalho.

Nosso Coração Solidário a caminho

1003. Os princípios e horizontes de ação até aqui apresentados querem reafirmar a nossa fé de que *outro mundo é possível e necessário*. A partir da nossa realidade particular devemos contribuir para isso optando pelos pobres, vivendo junto deles, comprometendo-nos em trabalhar para a superação das desigualdades sociais, a erradicação da pobreza e a construção da justiça e da paz.

1004. Reconhecemos que os itinerários de solidariedade marista nas Américas partem da complexidade das realidades do continente. Reafirmamos a nossa fé na capacidade humana de sonhar, de se transcender, de se projetar e de transformar a realidade e os contextos sociais.

1005. Aceitamos o desafio de sermos especialistas na evangelização das crianças e dos jovens pobres das Américas e na defesa de seus direitos; comprometemo-nos a ver o mundo com os olhos deles e assim mudar os nossos corações e atitudes, como aconteceu com Maria (XXI Capítulo Geral).

1006. Que neste itinerário Maria de Guadalupe seja nossa companheira de viagem. Que Ela abençoe o nosso coração solidário marista e impulsione o nosso anelo de ser construtores de sonhos e semeadores de esperança entre as crianças e jovens pobres.

Dado aos 16 dias do mês de junho do ano do Senhor 2011 na Cidade do México, D.F.

Os princípios que assumimos viver

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inspirados pelo carisma marista, o tema abordado neste Documento nos convida a fazer algumas reflexões para compreender os desafios que se vislumbravam no horizonte.

Somos convocados a ser "experts" em evangelização de crianças e jovens e na defesa de seus direitos concretizando nossa opção pela infância e juventude, potencializando seu protagonismo e participação pessoal e comunitária na construção de sua realidade. Nesse sentido, destacamos as seguintes dimensões:

Os processos **de mudança pessoal e institucional** requerem a combinação entre o pensamento crítico e a participação, a tomada de decisões, a perseverança, a esperança e a coragem, junto com o dom da profecia. Exigem viver e sentir a essência dos territórios e as diferentes realidades; a mobilização dos esforços para lograr uma verdadeira conversão de nossos corações.

Como profetas contemporâneos, reafirmamos nosso compromisso de **anúncio e denúncia**, com vistas à transformação das realidades sofridas pelas crianças e jovens das Américas: isto é algo de caráter urgente. Acentua a responsabilidade na defesa e garantia de uma infância e juventude marcada por uma vida plena em todos os sentidos e na conquista de seus direitos.

A atuação em rede e com as redes destaca como compromisso solidário, expresso pela conquista, proteção, defesa e garantia dos direitos da infância e da juventude. A rede permite a construção do tecido social, que promove os atores sociais e intensifica os laços de "pertencimento" à superação dos desafios contemporâneos.

Que a apropriação deste Documento, a partir das realidades e das Províncias e Distritos maristas e dos sonhos dos Irmãos, Leigos e Leigas possa contribuir efetivamente em nossa caminhada, a fim de defender os direitos da infância e da juventude nas Américas, ao mesmo tempo que nos mostra um campo rico e desafiante para anunciar a possibilidade de construir um mundo novo!

Apaixonados por Cristo e sua Missão e o sonho do nosso fundador, Marcelino Champagnat, sigamos fiéis para o Bicentenário do Instituto Marista, em marcha e "depressa como Maria, rumo a uma Nova Terra".

Recebam nosso fraterno abraço!

SUBCOMISSÃO INTERAMERICANA DE SOLIDARIEDADE

Agradecimentos

Capítulo 1:

Grupo de Redação

Ir. Vicente Falqueto (Coordenador 2008/2009) – PMBCN/Brasil

Milda Moraes (Coordenadora 2010/2011) – PMBCN/Brasil

Angélica Alegría Formoso – PMMO/México

Fernando Acosta – PMCS/Argentina

Luciane Escouto – PMRGS/Brasil

Marco Antonio Barbosa/PMBCS/Brasil

Mónica Yerena Suárez– PMMC/México

Assessoria

Maria Amélia Giovanetti – Brasil

Liliane dos Santos Jorge – Apoio

Renata Bergo – Apoio

Lucas Furiati – Apoio

Capítulo 2:

Grupo de Redação

Ir. Jorge Gaio (Coordenador) – PMBCS/Brasil

Ir. Álvaro Sepúlveda Romero – PMSMA/Chile

Dyogenes Philippsen Araujo – PMBCS/Brasil

Assessoria

Maria Amélia Giovanetti – Brasil

Análise Crítica

Ir. Sebastião Ferrarini

Jorge Freyre

Gerardo Sauri Suárez

Capítulo 3:

Grupo de Redação

Ir. Juan Carlos Robles Gil (Coordenador) – PMMC/México

Ir. Álvaro Barragán Salin – PMMO/México

Cláudia Laureth – PMBCN/Brasil

Capítulo 4:

Grupo de Redação

Mónica Linares (Coordenadora) – PMCS/Argentina

Dilma Alves Rodrigues (Coordenadora) – PMBCN/Brasil

María del Socorro Álvarez Noriega – PMMC/México

Jimena Djauara Grinagni – PMBCS/Brasil

Capítulo 5:

Grupo de Redação

Mércia Maria Silva Procópio (Coordenadora) – Umbrasil

Alicia Ramos – PMMC/México

Ir. Carlos Alberto Rojas Carvajal – PMN/Colômbia

Eder D'Artagnan Ferreira Guimarães – PMBCN/Brasil

Ir. Félix Roldán Rodríguez – PMC/Canadá

Ir. Javier Salcedo Camarena – PMMC/México

Revisão do documento em espanhol:

Ir. Juan Miguel Anaya

Revisão do documento em português:

Patrícia Aragão e Fernanda Lisbôa

Tradução para o português:

Vera Regina Silva da Silva – PMRS/Brasil

Tradução para o Inglês:

Vera Müller – PMRS/Brasil

MARISTA